



Arraial
de culturas
Viver Semanas
de Palco Arraial
e das alterações
introduzidas este ano.



Espaço
Internacional
Um novo debate
estruturado já está
confirmado no espaço
internacional.



Feira
da Lada:
O novo debate
local de produtos
controlados e
puros dar.

NESTE NÚMERO

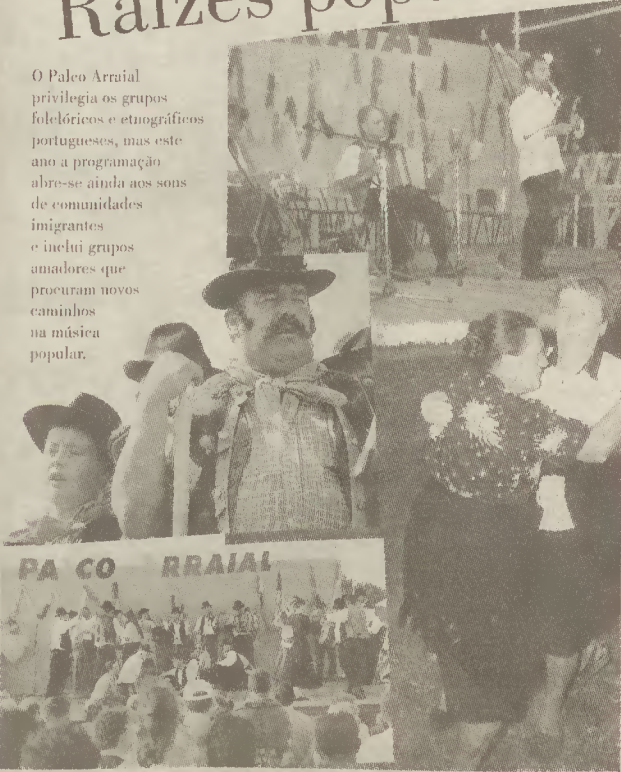
Na festa!

FESTAS DO ANO 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • S

Raízes populares

O Palco Arraial privilegia os grupos folclóricos e etnográficos portugueses, mas este ano a programação abre-se ainda aos sons de comunidades imigrantes e inclui grupos amadores que procuram novos caminhos na música popular.



Lembrar Hiroshima e Nagasaki Sol enganador

Nenhum argumento pode legitimar o que se passou em Hiroshima e em Nagasaki, mas a verdade é que, mais de meio século depois, as campanhas de desinformação pública conduzidas pelos EUA fizeram o seu curso, e não falta quem acredite que o genocídio foi «necessário» para pôr termo à II Guerra Mundial.

Págs. 14 e 19



A EPPT continua Ganho um ano

Ao fim de 15 semanas de intensa resistência, o Governo teve que adiar uma decisão que apresentara como irreversível. Foi ganho um ano para firmar a vitória sobre os interesses privados.

Pág. 9

Venezuela

Hugo Chávez reeleito

Milhares de pessoas festejaram nas ruas a reeleição de Hugo Chávez para um mandato de seis anos como presidente da Venezuela. Chávez apelou à união popular na «nova etapa do processo revolucionário».

Pág. 23

Reforma Agrária tem 25 anos

Com os olhos no futuro

A resolução do problema fundiário na área de influência do Alqueva esteve no centro dos debates da jornada comemorativa dos 25 anos da Reforma Agrária, em que participou Carlos Carvalhas.

Pág. 7

Está aí a factura a pagar por erros e más opções



Rombo na economia

Nos últimos meses, têm-se acentuado os sinais que evidenciam a existência de motivos de preocupação quanto à evolução da política económica. Nada que não se esperasse, conhecidas que são, desde a sua tomada de posse, as traves mestras que enformam as opções e orientações do Governo PS.

Págs. 5 e 6

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caíra
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Reforma Agrária, 25 anos de luta

Resumo

26

Quarta-feira

Octávio Teixeira afirma que a inflação prevista pelo Governo é uma «burla» aos portugueses e exige a reabertura das negociações salariais com o Executivo ● É aprovado na Assembleia da República, com os votos do PS e a abstenção do CDS/PP, a proposta de lei do Governo que atribui direito de permanência até cinco anos aos estrangeiros com contratos de trabalho ● George Speight, líder do golpe de Estado de 19 de Maio nas ilhas Fiji, é preso pelas forças militares, acusado de não respeitar a ordem e a lei do país.

27

Quinta-feira

Jorge Sampaio promulga o diploma apresentado pelos Verdes que suspende o processo de co-incineração em Outão e Souzelas ● Durão Barroso apresenta uma série de propostas alternativas à discriminação do consumo de drogas, defendendo uma aposta na «prevenção e recuperação» para a toxicod dependência ● Milhares de peruanos provenientes de todo o país manifestam-se em Lima contra a eleição de Alberto Fujimori, acusando-o de fraude eleitoral ● Um atentado à bomba numa estação ferroviária em Dusseldorf (Alemanha) provoca nove feridos, tendo as autoridades colocado a hipótese de ser um atentado de origem xenófoba.

28

Sexta-feira

O PCP, em requerimento enviado ao Governo, acusa o Executivo de não ter nenhuma estratégia de combate ao alcoolismo ● Encerra em Itália o jornal «L'Unità», antigo órgão do PCI que, segundo o ex-director, «já não representa uma esquerda hoje dilacerada» ● Alberto Fujimori toma posse da presidência do Peru onde promete a «democratização e industrialização» do país ● Termina no Porto a Conferência Regional da FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura e alimentação.

29

Sábado

Comemora-se em Montemor-o-Novo os 25 anos da Reforma Agrária, onde Carlos Carvalhas apresenta uma proposta que visa a entrega das terras a pequenos agricultores e assalariados para «travar a substituição da produção nacional pela estrangeira» ● Os pilotos da Portugalia anunciam uma paralisação às sextas-feiras como forma de protesto enquanto a administração da empresa não celebrar um «protocolo negociado» com o sindicato respectivo ● A ETA assassina mais uma pessoa, Juan Maria

Jauregui, ex-governador da província de Guipúzcoa e militante do PSOE ● Seis mortos e 79 feridos e vários edifícios públicos destruídos, é o balanço das manifestações no Peru contra a fraude eleitoral do presidente Fujimori.

30

Domingo

Carlos Pereira da Silva, presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, afirma que o Estado não irá ter capacidades para assegurar as pensões da Segurança Social ● Realiza-se em Chão da Lagoa a festa-comício do PSD/Madeira, onde Alberto João Jardim afirma que a política de Lisboa é condicionada por três lobbies: o da comunicação social, o gay e o da droga ● O Serviço de Inquérito responsável por apurar as causas do acidente do Concorde francês conclui que as chamas provenientes do avião foram causadas por uma fuga de combustível.

31

Segunda-feira

Fernando Rosas, candidato presidencial pelo Bloco de Esquerda, exige uma reacção de Jorge Sampaio e António Guterres às declarações de Jardim na festa-comício do PSD/M ● Os funcionários da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras entram em greve com uma adesão que ronda os cem por cento, provocando o caos nos aeroportos de Lisboa e Porto ● Moshe Katzav, candidato do partido israelita Likud (direita) é eleito presidente de Israel ● Hugo Chávez vence as eleições de domingo na Venezuela ● O presidente eleito de Taiwan propõe novo diálogo com Pequim, baseando-se no entanto num acordo de 1992 que não é reconhecido pela China.

1

Terça-feira

Albano Nunes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção da Região Norte, acusa o Governo do aumento dos imigrantes clandestinos em Portugal e da «escravatura» a que são sujeitos nas áreas da construção do norte do País ● O relatório do Comité Científico Director da União Europeia sobre a incidência da BSE nos países da União coloca Portugal no nível de maior incidência ao lado do Reino Unido ● Um atentado bombista contra a residência do embaixador filipino em Jacarta provoca dois mortos e cerca de 20 feridos ● Uma centena de membros de uma força indígena independentista armados com arcos e flechas ocupam o aeroporto de Wanema, província indonésia de Irian Jaya.

Aconteceu

Jantar de homenagem a embaixadora cubana

Promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba, realizou-se esta semana um jantar de homenagem à embaixadora de Cuba em Portugal, Mercedes Aguiar, que em breve cessará funções diplomáticas no nosso país. Usaram da palavra

nesta iniciativa a própria homenageada, Mercedes Aguiar, e a presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Armada Fonseca.

Estiveram presentes nesta homenagem à embaixadora cubana mais de 100 personalidades, de que des-

tacamos o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, Blasco Hugo Fernandes, Manuela Bernardino, Urbano Tavares Rodrigues, Sérgio Carvalhão Duarte, Luísa Irene Dias Amado, Luís Azevedo, José Ernesto Cartaxo, José Sucena, Antó-



Leandro Vale, entre muitos outros, Miguel Boeiro, Joaquim Gomes, Leandro Vale, Miguel Boeiro, Joaquim Gomes, entre muitos outros.

L'Unità fecha

Fechou esta semana L'Unità, o lendário jornal do Partido Comunista Italiano (PCI) fundado em 1924 por Antonio Gramsci e que entrara em crise há cerca de 10 anos, na sequência da «implosão» do PCI. Jornal de combate durante quase seis décadas, L'Unità tem uma história ímpar no panorama jornalístico de Itália, enfrentando o fascismo - que não lhe conseguiu calar a voz -, abrindo as suas páginas à luta dos trabalhadores e da esquerda em geral e impondo-se como uma refe-

rência incontornável no panorama político italiano desde a sua fundação. Com a desagregação do PCI e posterior extinção do próprio partido, L'Unità começou também a desagregar-se, caminhando lentamente para este fim anunciado. Os 123 jornalistas que integravam a redacção ocuparam as instalações num derradeiro esforço para impedir o fecho da publicação, mas o fim impôs-se inexoravelmente: na madrugada da passada sexta-feira saiu a última edição do L'Unità.



Menos dinheiro para ministérios

Segundo anunciou o ministro das Finanças, Pina Moura, só seis ministérios poderão aumentar as suas despesas de funcionamento em 2001: Defesa (7% mais), Ciências e Tecnologia (6,7%), Cultura (5,6%), Justiça (5%), Educação (4,1%) e Administração Interna (3,5%). Todos os restantes ministérios terão



um «crescimento zero» nas suas despesas de funcionamento. A política restritiva imposta

pelo Governo à sua governação atingirá, mesmo, algumas das áreas consideradas prioritá-

rias pelo próprio executivo de António Guterres, como é o caso da Saúde ou da Segurança

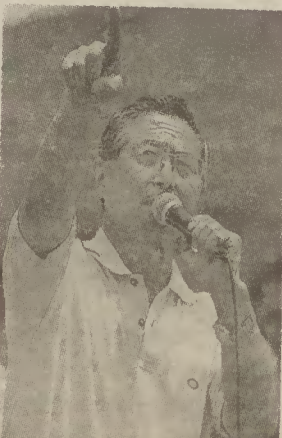
Social. Foi igualmente anunciado o corte no investimento público já em 2000. Entretanto, perfila-se igualmente no horizonte do Orçamento de Estado de 2001 o corte nos salários dos trabalhadores da Função Pública, tudo em nome do «cumprimento de critérios» determinados pela União Europeia.

ETA mata de novo

Um «comando» da ETA constituído por dois atiradores assassinou com dois tiros na cabeça o antigo governador civil de Guipúzcoa nomeado pelo PSOE. Chamava-se Juan Maria Jáuregui, tinha 49 anos e um trajecto político que começou pela militância no PCE entre 1973 e 1989, aderindo depois ao PSOE e sendo por este nomeado governador civil no último governo de Filipe Gonzalez. O atentado ocorreu em pleno dia numa esplanada de Tolosa, no País Basco, onde a vítima se deslocara numa curta visita pessoal e vindo do Chile, onde actualmente

dirigia a representação de uma cadeia de lojas aeroportuárias espanhola. Trata-se da sétima vítima mortal da ETA desde o princípio do ano e o 10.º atentado cometido por esta organização terrorista só neste mês de Julho. Segundo a polícia, os dois atiradores que assassinaram este ex-governador civil do PSOE são os mesmos que em Maio passado mataram López de la Calle, colunista do diário madrilenho. A vítima constava de uma lista de «alvos a abater» pela ETA, entretanto interceptada pela polícia espanhola.

Violência em Lima na posse de Fujimori



O presidente peruano, Alberto Fujimori, foi esta semana empossado para o seu terceiro mandato presidencial no meio de um gigantesco protesto, com dezenas de milhares de pessoas a manifestarem-se em frente ao Palácio da Justiça, onde decorria a cerimónia de posse, insurgindo-se indignadamente contra

o acto, acusando Fujimori de ditador. A polícia reprimiu violentamente os manifestantes e os distúrbios propagaram-se pela cidade de Lima que, nestes dias, tem sido palco permanentemente dos protestos dos peruanos. Fujimori, para conseguir este terceiro mandato, não hesitou em alterar ilegalmente a Constitui-

ção para se candidatar terceira vez e pôs a máquina do Estado ao serviço de uma gigantesca manipulação, que lhe valeu a acusação generalizada de fraude e a retirada dos observadores internacionais do processo eleitoral onde, apesar de todas as vicissitudes, só conseguiu uma vitória tangencial à segunda volta.

Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

G-8: muita parra...

Rambouillet, França, 1975: reúnem-se pela primeira vez os máximos governantes dos países mais ricos do mundo; são ainda G-6, falta o Canadá. Okinawa, Japão, 2000: reúne-se pela enésima vez o G-7, mais a Rússia. Passaram 25 anos de cimeiras, está-se à entrada do século XXI. Tirado o folclore faustoso destes encontros do top jet-set do poder mundial, seria de supor que este G-8 iria: 1) arrumar a casa, ao menos alguns dos muitos diferendos entre si; 2) fazer o balanço dos seus 25 anos; 3) traçar o programa para o século prestes a começar. Nem uma coisa, nem outra, com um mínimo de consistência. Reinou o *low-profile*, a mais estafada propaganda, a conversa de (não) fiar. O G-7 (mais a Rússia) está desinspirado. Já há um ano em Colónia fora assim... Agora foi pior.

Dos muitos diferendos, nada resolvido. Sobre um eventual reanimar da Ronda do Milénio, posta KO em Seattle – parece que os EUA não se mostram interessados... Sobre as OGM – alimentos transgénicos – tudo como dantes, manter o diálogo... E assim por diante. Mesmo quanto à grande tarefa colocada há um ano em Colónia – o alívio da dívida

São os EUA, de longe os mais ricos, os menos generosos



aos países mais pobres – promessas ainda mais vagas. Do magro objectivo que contemplava 41 países, até agora só 9 conseguiram alguma pouca coisa. Entretanto, no último relatório do FMI, saído em Maio, escreve-se (p.137): “nos últimos 30 anos, o total da dívida externa dos países em desenvolvimento cresceu drasticamente de cerca de 90 mil milhões de dólares (ou 15% do PIB) para quase 2.000 milhares de milhões em 1998 (37% do PIB)”. Tão rendoso investimento convém que não mingue. A “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” desceu a quase 0,25% apenas do PIB dos

ricos doadores, bem menos que a média de 0,33% dos anos 70 e 80. Isto quando a Conferência de Copenhaga, em 1995, fixava o compromisso de 0,7% do PIB dos 24 países doadores para o combate à pobreza. São os EUA, de longe os mais ricos, os menos generosos: dão apenas 0,1% do seu PIB.

Do “balanço” dos seus 25 anos de G-governança, i.e. as políticas de neoliberalismo desenfreado, eis uma amostra extraída do preâmbulo do documento aprovado: “No último quartel do século XX, a economia mundial alcançou níveis de prosperidade sem precedentes”. De quem estão a falar? Decerto da *boa sociedade* dos 200 supernababos do mundo, cuja fortuna conjunta segundo o relatório do PNUD de 2000 (p.82) aumentou de 98 para 99, mais de 93 mil milhões de dólares, atingindo o pico exorbitante de 1.135 mil milhões de dólares. Decerto não da *arraia miúda* de 582 milhões de habitantes dos países mais pobres, cujos rendimentos globais em 1999 somaram apenas 148 mil milhões de dólares. Estamos falados sobre qual a “economia mundial” com cuja prosperidade os governantes do G-7 se congratulam.

Mas para o século XXI é que o G-8 promete o melhor do mundo para todos. E tira o coelho da sua cartola: a D. O. T., *Digital Opportunity Taskforce*, a grande oportunidade digital que as tecnologias de informação proporcionam para o desenvolvimento, pela mão das grandes ETN da Nova Economia, para cujos negócios o G-8 se faz altissonante agente de *marketing*. Hoje, há só 332 milhões de utentes da Internet no mundo, e só os EUA, com 4,7% da população mundial, conta com mais de metade. Há que alargar esta “elite muito minoritária” e dizer a todos (como ape-lava o PNUD em 1999, p.62) “Bem-vindo à alta sociedade da rede”. Só que, como justamente observa o *The Economist* (direita desmancha prazeres...), subsiste “uma suspeita incómoda de que a fractura digital global é a prioridade errada (...). Se eles realmente quisessem ajudar os mais pobres, os participantes da Cimeira fariam muito melhor em focalizar-se na abertura dos seus mercados. Mas infelizmente, liberalizar o comércio custa capital político. As grandes palavras ficam baratas”.

Não sabemos que mais, nos corredores, combinaram entre si os senhores do G-8. Mas do extenso comunicado, com preâmbulo e 3 capítulos, pode dizer-se com razão: *muita parra, pouca uva* – e mesmo essa, em bom português, é uva “mijona”. Para a imensa maioria da Humanidade, o caminho para um futuro melhor não passa pelo G-8.

Editorial

PARA QUE A TERRA NÃO ESQUEÇA

Há 55 anos, pela primeira e, até agora, única vez na História, duas bombas atómicas foram lançadas sobre populações. Mais de 200 mil pessoas tiveram morte imediata e as consequências das duas explosões continuam ainda a fazer-se sentir, matando. Tratou-se de um monstruoso e cruel morticínio que importa assinalar e sobre o qual é mister reflectir particularmente neste tempo em que o Mundo é dominado pelos responsáveis por esse acto criminoso: o imperialismo norte-americano. E para que a Terra não esqueça.

Sempre os vários governos dos EUA justificaram os múltiplos crimes e atrocidades que têm cometido ao longo da História atribuindo-os a mandato divino e a preocupações humanitárias e democráticas – e porque, assim sendo, nunca erraram, não só jamais se arrependeram desses crimes e atrocidades como, pelo contrário, deles se orgulham e os exibem, hipocritamente, como exemplos de um profundo apego à causa da democracia, da liberdade, dos direitos humanos.

Sempre, nas horas ou nos dias que precederam todas as grandes decisões criminosas do imperialismo norte-americano, o Presidente de

“O imperialismo norte-americano é o inimigo número um da Humanidade.”

serviço aos EUA informou o Mundo que «um número significativo de vidas americanas está em perigo». Frase terrível esta: ouvi-la ou lê-la é ficar de imediato a saber que milhares de vidas não americanas vão ser ceifadas. Disse-a, por exemplo, Bush momentos antes do início da chacina do Iraque – repetindo Truman, em 1945, a propósito de Hiroshima e Nagasaki. Consumados os crimes, ambos acrescentaram outra frase-tipo de tais situações: «os bombardeamentos foram militarmente inevitáveis, democraticamente indispensáveis e humanitariamente necessários». E tantas vezes estas frases foram ditas por presidentes dos EUA que bem podem considerar-se como uma espécie de refrão do hino nacional daquele país.

Em Hiroshima e Nagasaki, os EUA abriram um novo e sinistro capítulo na história da barbárie. Tratou-se de uma façanha que simboliza exemplarmente a crueldade e a desumanidade intrínsecas do imperialismo.

Ao contrário do que repetidas vezes foi afirmado, o lançamento da duas bombas atómicas não era nem «inevitável», nem «indispensável», nem «necessário». Na verdade, os bombardeamentos atómicos de Agosto de 1945 não decorreram de quaisquer «exigências militares», antes constituíram um acto criminoso praticado sobre um país vencido e disposto a reconhecer a

derrota. Quando ordenou o lançamento das bombas, Truman sabia que cerca de dois meses antes o imperador japonês tinha decidido render-se e que quer o embaixador do Japão quer o príncipe Konoye haviam encetado contactos com a URSS pedindo a sua interferência no sentido de pôr fim à guerra. Para além disso, o Japão perdera quase toda a aviação e marinha e a sua defesa aérea havia sido destruída pelos 7000 *raids* dos B29 norte-americanos. E, importa sublinhar, a Alemanha nazi capitulara três meses antes.

A esse respeito são sintomáticas as palavras do almirante W. Leahy: «Os japoneses estavam já derrotados e prestes a capitular. O uso desta arma bárbara (...) não trouxe nenhuma contribuição material ao nosso combate contra o Japão. Os Estados Unidos, como primeiro país a utilizar esta bomba, adoptaram normas éticas semelhantes às dos bárbaros da Alta Idade Média.» De facto, «fazer regressar o Japão à Idade da Pedra» era o objectivo expresso nomeadamente pelo chefe da Força Aérea dos EUA, general Curtis Le May, o qual rejubilara, a 10 de Março, com o bombardeamento de Tóquio que provocou mais de 125 mil mortos e feridos.

Quanto à alegada «necessidade de evitar milhares de mortes de americanos e de aliados», ela constitui igualmente uma fraude monumental. Truman começou por dizer que o bombardeamento atómico poupava «a vida a 250 mil americanos». Depois corrigiu: afinal tinham sido evitadas 500 mil perdas americanas e aliadas. A seguir aumentou para «meio milhão o número de americanos poupados» e, mais tarde, arredondou para «um milhão de vidas salvas». Churchill, entretanto, estabelecera em 1 milhão e 200 mil o número de pessoas salvas pelas bombas atómicas e o marechal britânico Arthur Harris falava de «três a seis milhões de perdas evitadas» - Harris que, em Fevereiro de 1945, obedecendo a ordens de Churchill concretizara um acto de conteúdo semelhante ao do bombardeamento atómico: a destruição de Dresde, cidade alemã sem quaisquer alvos militares e desprovida de quaisquer defesas, provocando 120 mil vítimas.

Na realidade, o bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki – designado por Truman como «o acontecimento mais importante da História» – foi um acto friamente perpetrado e com objectivos muito precisos: travar o avanço do Exército Vermelho e mostrar aos soviéticos que o imperialismo dispunha de uma arma capaz de «liquidar todos os centros industriais soviéticos e todas as zonas com forte concentração populacional». Foi, de facto, o primeiro grande acto premeditado da «guerra fria».

Sintomática dos perigos que hoje ameaçam o Mundo e confirmando que o imperialismo norte-americano é o inimigo número um da Humanidade, é uma recente declaração de Clinton sobre esse acto criminoso: «Eu queria que nada disto tivesse acontecido? Claro que sim. Mas isso não significa que o Presidente Truman, no momento da decisão, tenha tomado a decisão errada, ou que os Estados Unidos venham agora pedir desculpa por uma decisão que não pensámos, nem pensamos, que tenha sido errada.»

Actual Separatismo, dizem eles

• José Casanova

A história repete-se, todos os anos, em Chão da Lagoa: Jardim, em pleno exercício de predestinadas funções, cumpre um caudaloso roteiro verbalista regado com muito tinto, poncha, uísque, cidra, cerveja, palavrões, suor e arrotos. De tal forma que, vendo-o e ouvindo-o julgamos estar perante uma representação do rei Ubu que Alfred Jarry escreveu há mais de um século. Há, no entanto, nesta cíclica prestação de Jardim, uma crescente carga política provocatória, ofensiva e caluniosa a exigir que quem de direito tome medidas. Não se pode tolerar a Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira e membro do Conselho de Estado, o que a nenhum outro cidadão português é permitido.

A grande farra deste super Ubu é, simultaneamente, grotesca e perigosa: de facto, ele dispara para vários alvos de forma a desviar as atenções daquilo que é essencial - e a verdade é que, em todas as edições da festança de Chão da

Lagoa, os copos, os palavrões e os arrotos são o folclore que serve de biombo a uma ostensiva e provocatória manifestação separatista.

A comunicação social dá-lhe, naturalmente, o espaço e o tempo que usa dar a todas as palhaçadas, estampa-o nas primeiras páginas, capta-lhe o ridículo, sublinha-lhe a boçalidade, diverte-se e diverte. Percebe-se que assim seja: Jardim tem um instinto mediático primário, é bobo e rei, é o homem que morde o cão... Mas é necessário e urgente alertar os portugueses - todos, do Continente às Regiões Autónomas - e recordar-lhes que a Autonomia, nascida do 25 de Abril, é uma experiência importante e positiva; que não é um fim último mas um meio fundamental para o tratamento do que é específico à Região Autónoma; que não pode continuar a ser permanentemente descredibilizada por práticas de conflitualidade política com o Estado e por comportamentos e



afirmações diluidoras da unidade do Estado; que não pode ser posta em causa pelas chantagens, ameaças e provocações separatistas de Jardim e dos seus homens de mão.

Face a tudo isto, a direcção nacional do PSD remete-se a um sepulcral silêncio. Mas que outra coisa poderia fazer? Então, não vimos e ouvimos Durão Barroso, há um ano, em Chão da Lagoa, ao lado de Jardim e do seu eco Jaime Ramos, cantando o hino separatista «Madeira é livre», gritando a plenos pulmões «Viva a Madeira livre!»? e afirmando convicto que a Madeira de Jardim «representa a verdadeira tradição de liberdade do PSD»?

Cidadania: Marx ou Aristóteles?

• Aurélio Santos

Para Aristóteles, filósofo da Grécia antiga (apresentada no pensamento ocidental como berço da democracia) cidadãos eram os que mandavam ou podiam mandar: aos outros atenienses (a esmagadora maioria, sem falar dos escravos) cabia obedecer à decisões (quantos vezes contra eles) tomadas (democraticamente) pela classe que usufruía o estatuto de cidadania.

Com a revolução francesa apareceu na história política europeia o princípio formal da igualdade de direitos - mas a sua «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão» (revolucionária na época) ignorava os direitos sociais e tinha como objectivo principal dar à burguesia ascendente o estatuto jurídico que as rédeas do poder permitem: cidadãos eram os burgueses possuidores de bens.

Por isso Marx falava de uma cidadania política (a herdada em especial da revolução francesa) e de uma **cidadania humana** - aquela que poderia efectivar o exercício dos direitos.

Esse grande salto histórico está ainda por concluir. Não é fácil ultrapassar um passado humano sedimentado em milénios de desigualdades impostas: entre castas, classes sociais, sexos, grupos.

Nas democracias do nosso tempo perduram limitações radicadas nos conceitos aristotélicos de cidadania. Para as

limitar e condicionar, as classes dominantes criaram as suas clientelas políticas (a «classe política»...) que actuam como instrumentos do seu poder, por exemplo, através de uma **alternativa** de partidos com a mesma política (leia-se: PS e PSD).

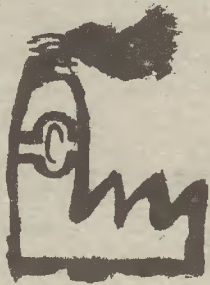
Acresce que vivemos numa sociedade onde se defrontam classes que têm interesses materiais antagónicos.

Garret, já no seu tempo, perguntava, denunciando as injustiças sociais: «Quantos pobres custa um rico?»

Champalimaud detém um património de 200 milhões de contos - a soma do rendimento mensal de 2 milhões de pessoas com salários de 100 contos. Serão iguais as condições de cidadania de uns e outros? Será esta a «sociedade homogénea» de que se fala quando se proclama o fim das classes? Bem podem afirmar

que não acreditam em classes e luta de classes - mas lá que as há... E foi a luta das classes oprimidas que impôs os avanços da cidadania e da democracia.

Nessa luta - **nós tomamos partido**. Pelos trabalhadores. Pelos explorados e oprimidos. Pelo real exercício dos direitos de cidadania já alcançados, mas querendo ir mais longe. Para uma **democracia socialista** que garanta a **cidadania humana** de que falava Marx.



Notícias das seguradoras

• Edgar Correia

Para quem tivesse ainda dúvidas sobre o carácter globalmente positivo da Lei de Bases da Segurança Social, viabilizada há semanas na Assembleia da República pelo PS, PCP e Bloco de Esquerda, elas terão sido certamente dissipadas pelos ataques que lhe foram dirigidos nas edições do *Diário de Notícias* de segunda-feira (entrevista com o presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social) e de terça-feira (o próprio editorial).

O ponto de partida desses textos é a afirmação de que «o Estado não tem capacidade para ser o único provisor das pensões», e que por isso é indispensável reduzir o sistema público (plafonamento) e desenvolver um regime complementar, obrigatório, e de carácter privado.

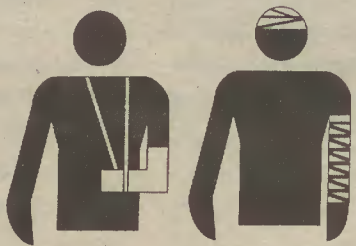
Trata-se de uma primeira e básica mistificação. Pois no regime geral, contributivo, que é de longe o mais importante da Segurança Social, quem de facto suporta o pagamento das pensões não é o Estado, mas sim os contribuintes, a partir dos descontos que são efectuados directamente por eles e pelas empresas, sobre as remunerações auferidas através do seu trabalho.

Além disso, o papel da complementaridade privada não constitui uma «abertura ao financiamento privado» da segurança social, como enganosamente afirma o editorialista do *Diário de Notícias*, mas sim uma «abertura» a que as seguradoras e instituições financeiras se financiem a elas próprias e aos seus negócios a partir dos elevados montantes que representam os descontos feitos pelos trabalhadores e restantes contribuintes. Pretender ainda por cima estabelecer o carácter obrigatório dos descontos para um regime complementar privado - não se está a ver a *mina* que isto representaria?

Num sistema público de Segurança Social ainda recente, como é o português, é verdade que a carreira contributiva média com que os contribuintes chegam à idade da reforma tende (natu-

ralmente) a aumentar, e que as suas pensões, por esse motivo, irão ser também (justamente) mais elevadas. Esta razão, bem como as alterações que estão a registar-se a nível demográfico e do trabalho, tornam por isso indispensável - como o PCP propõe - alargar o financiamento do sistema e aperfeiçoá-lo de modo a não se reflectir negativamente sobre o emprego. Resulta de forma muito clara das palavras do entrevistado e do editorialista do *Diário de Notícias* que o que os preocupa não são os problemas do sistema público da Segurança Social, mas sim as necessidades de alargamento das quotas de mercado das seguradoras e de outras instituições financeiras privadas.

Por isso a reclamação de afastamento do ministro Ferro Rodrigues - «pelo seu próprio pé» ou «empurrado» - como surge no editorial do *Diário de Notícias* de terça-feira, não pode deixar de ser lida como uma azeda confissão de derrota. E uma confirmação de que, em melhores condições para os trabalhadores e para os defensores do sistema público de Segurança Social, resultantes da nova lei de Bases aprovada na AR, a luta continua...



Frases

“Hoje não conheço António Guterres”

(Medina Carreira - «Visão», 27.07.00)

“A verdade é que, longe de intervir sobre as fragilidades estruturais da economia portuguesa (a começar pela sua vulnerabilidade face ao exterior), o governo apresentou aos portugueses e geriu uma situação favorável de forma de parole-rico.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 28.07.00)

“O Ministério da Cultura não pode ser o sujeito da vida cultural. Neste momento, a Cultura não caminha sem a intervenção do Estado, mas essa intervenção não se deve traduzir em escolhas no terreno.”

(José Sasportes, Ministro da Cultura - «Jornal de Letras», 26.07.00)

“Aquilo a que chamamos agora “insegurança” é o toque final da mudança. É verdade que provoca receio, mas faz parte do “pacote” que comprámos ou que alguém nos vendeu sem sabermos o que estávamos a comprar. Mas uma coisa não vem sem as outras.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 28.07.00)

“Em seis meses, Fernando Gomes produziu um discurso que retirará credibilidade à estratégia governamental de articulação de polícias e de organização estratégica da segurança interna.”

(Francisco Moita Flores - «Diário de Notícias», 31.07.00)

“Enquanto Cavaco Silva aprendeu a sofisticar-se, Paulo Portas apenas aprendeu a fingir que sente o povo. É certo que os bons actores encarnam as personagens e o Cavaco simplório, hoje, já não existe. Mas sabendo-se que o Portas campónio nunca existiu, o que resistirá, afinal, com o tempo, a esta aparente similitude?”

(Raul Vaz - «Diário Económico», 28.07.00)

“(Portas) para ter outras afinidades com Salazar que não sejam o celibato e alguma retórica, terá que gritar mais vezes ao espelho: “não, não e não!” e verificar se a repetição do destro advérbio é telegénica.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 30.07.00)

“Quem faz uma vida espartana dentro da política, quem não anda em jantaras e iates e essas coisas normais, dificilmente encontra algo interessante para fazer na política de hoje.”

(Medina Carreira - «Visão», 27.07.00)

“Como presidente do Sporting darei corpo e voz a Roquette.”

(Dias da Cunha - «O Jogo», 30.07.00)

● João Chasqueira



Esticar o salário até ao fim do mês é cada vez mais difícil

Economia abre brechas

Nos últimos meses têm-se acentuado os sinais que evidenciam a existência de motivos de preocupação quanto à evolução da política económica. Nada que não se esperasse, conhecidas que são, desde a sua tomada de posse, as traves mestras que enformam as opções e orientações do Governo PS.

Mas se aos indicadores económicos juntarmos os mais recentes desaires da acção governativa - veja-se, por exemplo, a política de administração e segurança interna e a forma como esta tem sido conduzida -, bem se pode dizer que há razões para crer que a rosa está em processo de descolocação. Em marcha acelerada? Irreversível? O tempo ditará a sua exacta medida. A rerer como certo, para já, é que a factura pelos erros e más opções do Executivo, essa, são os trabalhadores que já a começaram a pagar.

Inflação engole salários

No caso da inflação, todos os indicadores apontam para que esta, no final do ano, seja superior a 2,4 por cento. Toda a gente já percebeu isto. Sobretudo os trabalhadores que bem vêm como os aumentos nominais estão a ser engolidos pela inflação. Mas o Governo insiste em reafir-

mar que esta não ultrapassará os dois por cento. Com este expediente, pouco

O défice externo, o buraco das receitas orçamentais e o endividamento das famílias constituem três graves desequilíbrios estruturais que marcam hoje em dia a nossa economia

sério, o que conseguiu, como é sabido, foi travar os aumentos salariais da administração pública.

Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, não hesita em falar em «burla». Em declaração política proferida na passada semana, o líder parlamentar comunista insurgiu-se contra esta atitude do Governo que considerou lesiva dos trabalhadores, lembrando como estes sentem «no dia-a-dia que ou os meses estão a crescer ou é o salário que cada vez menos dá para chegar ao fim do mês».

Foi aliás esta derrapagem da inflação que levou o Governo a reabertura do dossier das actualizações salariais do ano em curso. A impô-la estão imperativos de natureza ética, política e social, na perspectiva dos comunistas, que não aceitaram que sejam os trabalhadores a pagar as artimanhas e asneiras do Governo.

Perda de competitividade

Em paralelo com o buraco existente nas receitas orçamentais (ver caixa), outro dos indicadores que dá conta do estado malsão da economia, refreando qualquer perspectiva mais optimista, mesmo entre apoiantes declarados do Governo, diz respeito ao **défice comercial com o exterior**. De acordo com o INE, o défice aumentou 33,5 por cento nos primeiros quatro meses do ano, ao mesmo tempo que o índice de produção industrial registava em Maio uma baixa relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

O País está assim confrontado com um aumento exponencial do défice comercial que mais não é, afinal, do que o reflexo da contínua perda de quotas de mercado das exportações, bem como das inultrapassadas fragilidades do nosso aparelho produtivo, a que importa acrescentar a «incapacidade de convergência da produtividade nacional

com a média comunitária». Em síntese, como fez notar Octávio Teixeira no Parlamento, é o «resultado da assumi-

tores concorrem para o quadro presente? Um deles radica seguramente na decisão governamental de baixar

no». O resultado está á vista: 20 milhões de contos é quanto custa a benesse.

A estas razões há que juntar também as quebras de receitas no Imposto sobre os Produtos Petrolíferos.

Outro factor determinante para a situação presente prende-se com a Banca e com os impostos por esta pagos. O caso assume foros de escândalo. A fonte é o próprio Banco de Portugal, no seu mais recente relatório, apresentado em 27 de Junho. Reportando-se aos resultados do sistema bancário em 1999, nele podemos ler que os lucros das instituições bancárias, antes de impostos, aumentaram cinco por cento. Mas o que pagaram de imposto sobre esses lucros, imagine-se, foi de menos 20 por cento.

Mas é ainda no processo relacionado com o aumento dos combustíveis que podemos encontrar um clamoroso exemplo de como o Governo

Um grande buraco

No plano das **receitas orçamentais**, as contas estão a sair furadas ao Governo. Contrariamente ao que previra - um crescimento das receitas fiscais situado na casa dos 9,9 por cento -, a verdade é que o verificado até ao mês de Junho não foi além dos 3,2 por cento. E a projecção das receitas fiscais para o final do ano, se tivermos em conta o padrão de execução orçamental do ano anterior, indica-nos um desvio negativo da ordem dos 300 milhões de contos. É obra. Melhor: é um buraco, um grande buraco. De uma dimensão tal que, diz-se, não há memória de uma derrapagem assim no nosso país.

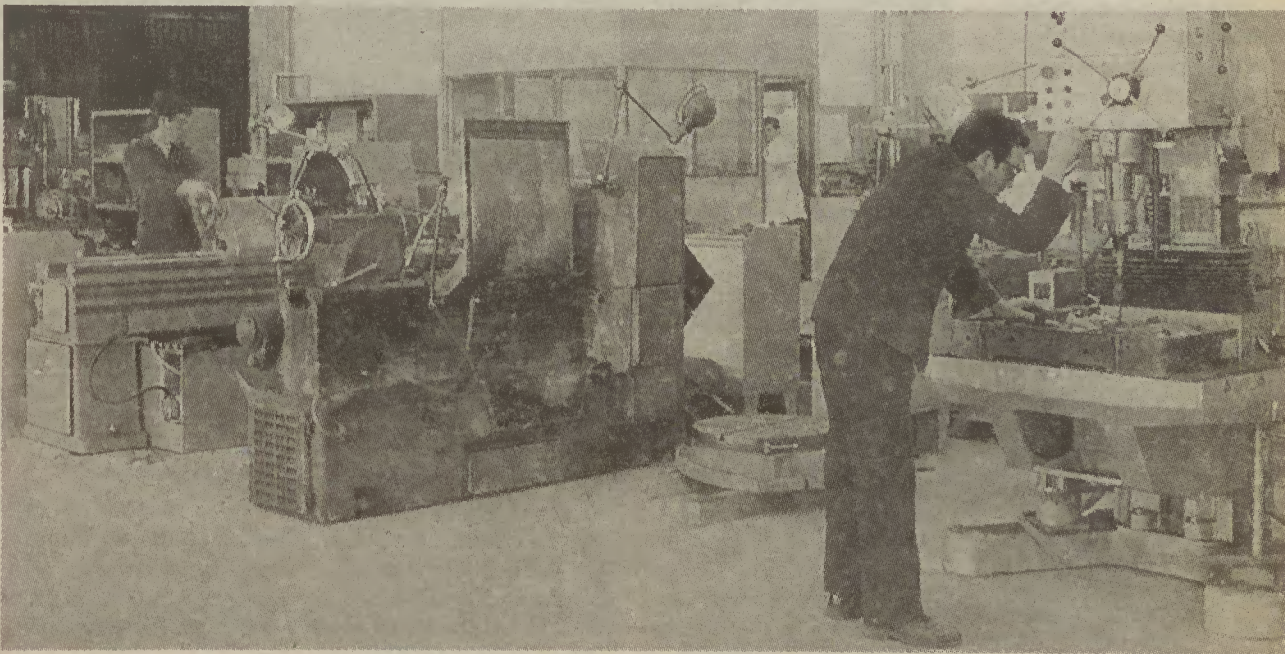
da demissão do Governo de ter uma política económica para o País».

Benefícios ao capital

E a pergunta, inevitável, coloca-se: porquê? Que fac-

a taxa de IRC às empresas de 34 para 32 por cento. Este facto, só por si, explica uma quebra de receitas fiscais de 50 milhões de contos.

Inaceitável, ainda no plano do IRC, é igualmente o benefício fiscal concedido à compra dos «todo-o-terre-

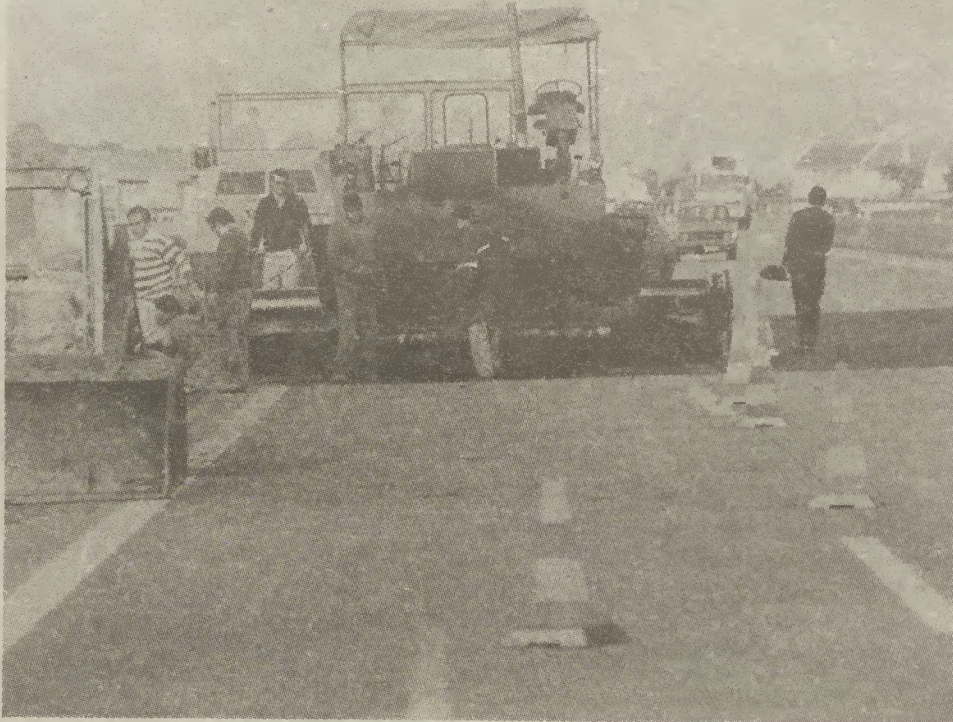


O índice de produção industrial caiu em Maio último

Evolução da política económica suscita fundadas preocupações

Economia abre brechas

PS define as suas políticas em função de pressupostos e objectivos que pouco têm a ver com os reais interesses do País e dos trabalhadores. O móbil, neste caso, foram mesmo puras razões eleitoralistas, que andaram de par com o propósito de condicionar a discussão do Orçamento e das actualizações salariais para o ano corrente. E quando apertado pelas críticas, o Primeiro-Ministro, numa fuga para a frente, não encontrou melhor forma de se defender que não fosse a de vir jurar que não mexerá nos preços dos combustíveis, independentemente de qualquer aumento do custo do petróleo. Aí está um excelente exemplo de sentido de Estado e de responsabilidade...



O corte nas despesas implicará menos obras públicas em infra-estruturas rodo e ferroviárias

Trabalhadores pagam factura

Claro está que esta política comporta um custo. Que recairá, sabe-se, sobre os trabalhadores. É a decorrência de opções políticas em favor do grande capital, aplicadas na melhor linha das receitas e orientações neoliberais.

As mesmas opções que conduziram ao actual défice externo, ao buraco das receitas orçamentais, ao endividamento das famílias. Constituindo três graves desequilíbrios estruturais que marcam hoje em dia na nossa economia, eles são a consequência e a face mais visível de uma política danosa. Uma política agravada pela teimosa insistência do Governo em garantir que o défice do PIB não ultrapassará os 1,5 por cento do PIB.

Ora, como há menos receitas, isto só pode querer dizer que o Governo, como o ministro da Economia e Finanças foi forçado a reconhecer, vai cortar nas despesas. Foi, aliás, o que já fez com a redução das bonificações das taxas de juro no crédito à habitação. Mas esta linha de tendência manter-se-á. «Apertar o cinto» parece ser a palavra de ordem. E não apenas para 2001, como Pina Moura anunciou, mas desde já.

Significa isto, prosaicamente, para além da diminuição do poder de compra dos portugueses, que haverá projectos de obras públicas que não passarão do papel, enquanto outros conhecerão consideráveis atrasos, seja a execução de vias de comunicação rodo e ferroviárias, seja a construção de hospitais, de centros de saúde, escolas, tribunais ou esquadras.

Em prejuízo, está bem de ver, do desenvolvimento do País e do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Estranhos atrasos

Tudo indica que o Governo, perante as adversidades, está a recorrer a expedientes no sentido de dificultar a exacta percepção sobre o estado da economia. A execução das receitas orçamentais, por exemplo, como é dito nesta página, está a ser má. Pois, nem de propósito, dá-se a curiosa coincidência de o «Boletim Informativo» que mensalmente divulga a execução orçamental (no plano das receitas e despe-

sas) estar a registar um atraso absolutamente inédito. À hora de fecho da nossa edição ainda não saíra do prelo.

Um facto aparentemente anómalo que destoa na sua história mais ou menos recente. É certo que nos últimos meses - ao contrário da anterior Legislatura, em que sempre saiu pontualmente -, passou a ser divulgado aproximadamente 15 dias depois de terminar o mês respectivo. Mas, no mês de Julho, o atra-

so teve características singulares. Como as notícias não são boas, bem se percebe porquê...

Aliás, não deveremos andar muito longe da verdade se se disser que poderá ser esta também a causa para a decisão (emanada do Governo?) que terá levado o INE, segundo veio a público, a adiar para Outubro a publicação das contas nacionais relativas aos dois primeiros trimestres.



Projecto de novos centros de saúde e escolas vão ficar no papel

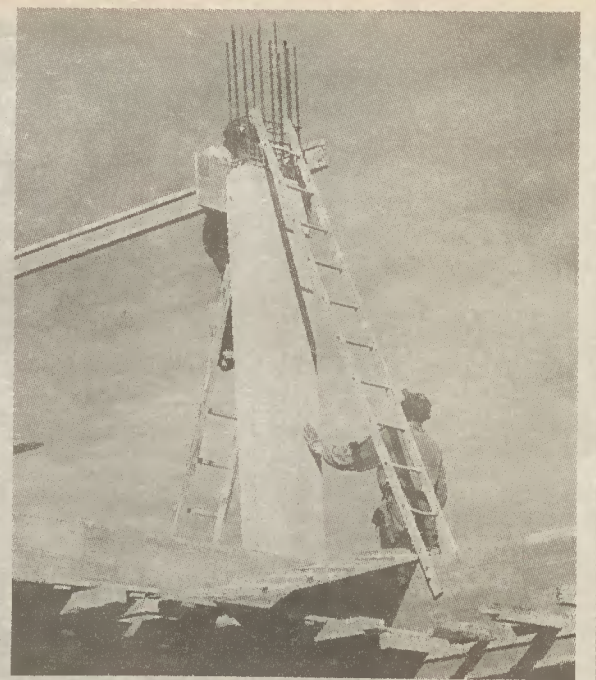
Evasão fiscal à solta

Absolutamente incompreensível é o que se passa em matéria de evasão fiscal. O tema é recorrente. Sempre que se fala em reforma fiscal e na imperiosa necessidade de adoptar medidas que ponham cobro às profundas iniquidades do sistema, vêm à baila clássicos exemplos de persistentes situações

indecorosas. São os dois terços de empresas que declararam prejuízo na sua actividade; são os irrisórios rendimentos declarados pelas chamadas profissões liberais; é a continuada fuga ao IVA, comprovada pelo diferencial existente entre o valor que é efectivamente cobrado e aquele que consta

dos registos recolhidos junto das empresas pelo INE, mas que esta entidade não divulga ao fisco por razões de sigilo estatístico.

O que ressalta de tudo isto, em suma, é a incapacidade do Governo ou a sua falta de vontade política para combater a evasão fiscal.



Lei de estrangeiros

Trabalhadores como mercadoria

A Assembleia da República aprovou o diploma que autoriza o Governo a alterar a lei da imigração. Para fazer passar a proposta, o PS contou com o decisivo apoio do CDS/PP, que se absteve. Todos os restantes partidos votaram contra.

Tal como as anteriores leis de estrangeiros (a última das quais aprovada há dois anos e revista há apenas um ano), que se revelaram incapazes de resolver os problemas da imigração ilegal, também esta está condenada ao fracasso.

Essa foi pelo menos a convicção evidenciada no debate pelo deputado comunista António Filipe, que não escondeu a sua decepção perante um diploma que em sua opinião constitui uma oportunidade perdida de «dotar o nosso país de uma lei de estrangeiros mais realista, mais justa e mais humana». E tudo porque o Governo PS - a quem acusou de de ter metido a «consciência social na gaveta» e de renegar a «nossa própria condição de país de emigração» - em vez de procurar dar resposta aos problemas mais dramáticos da imigração ilegal, dialogando para tanto com os partidos de esquerda e o movimento sindical, optou por negociar com o patronato e com a extrema-direita parlamentar. E o resultado é o que se vê: o Governo define uma autorização de permanência que trata os trabalhadores imigrantes «como se fossem mercadorias descartáveis». E não admira, por isso, que a proposta tenha recebido os elogios públicos de Le Pen, dirigente da extrema direita francesa, conhecido pelas suas posições xenófobas e racistas.

Esta é só podia ser, por conseguinte, uma «solução inaceitável» para a bancada comunista. Como sublinhou António Filipe, a autorização de permanência constitui uma drástica diminuição de direitos fundamentais dos imigrantes. É que, frisou, a única solução que o Governo oferece aos trabalhadores em situação ilegal pode resumir-se do seguinte modo: «trabalhe agora e seja expulso depois». Por outras palavras, para o parlamentar comunista, não se permite que ao trabalhador seja concedida uma autorização de residência que lhe dê oportunidade de fazer uma vida normal.

«Dá-se-lhe apenas uma autorização de permanência - salientou - que lhe permite usufruir de um único direito: trabalhar até ao dia em que, esgotado o prazo de autorização de permanência, seja expulso ou regresse à ilegalidade».

Arredada fica qualquer hipótese, com efeito, de usufruir de uma vida comum, como qualquer outro cidadão. As observações feitas por António Filipe, a este respeito, em jeito de pergunta, são esclarecedoras e convidam à reflexão: «Será que alguma instituição de crédito empresta dinheiro para compra de habitação própria a alguém que possua uma autorização de permanência? Será que um cidadão com autorização de permanência pode contrair casamento em Portugal? Será que um cidadão com autorização de permanência pode circular livremente no espaço Schengen?»

Mas pior ainda é sem dúvida o facto de a autorização de permanência, como alertou o deputado do PCP, representar a «institucionalização da precariedade, já não apenas da relação laboral, mas da própria vida humana». Isto é, os cidadãos estrangeiros sujeitos a autorização de permanência ficam com «as suas vidas inteiramente dependentes dos empreiteiros que os contratam», expostos a todo do tipo de abusos e ao livre arbítrio de gente, quantas das vezes, sem escrúpulos.

Reforma Agrária comemorou 25 anos Com os olhos postos no futuro

A resolução do problema fundiário na área de influência de Alqueva esteve no centro dos debates da jornada comemorativa dos 25 anos da Reforma Agrária realizada no passado sábado, em Montemor-o-Novo.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas (FENCA), com apoio de autarquias, cooperativas agrícolas e sindicatos do Alentejo, promoveram no sábado, 29 de Julho, em Montemor-o-Novo, uma jornada evocativa dos 25 anos da Reforma Agrária.

Participou na iniciativa uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, que defendeu a democratização do uso e da posse da terra através de uma «reforma agrária em novos moldes», a realizar no perímetro de rega de Alqueva.

Os objectivos principais da jornada foram atingidos, como afirmou o presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Carlos Pinto de Sá, sublinhando que assim «foi aberto um novo ciclo de debates sobre a questão da terra, que é fundamental ter em conta qualquer que seja o modelo de desenvol-

Ribatejo, foi um acontecimento ímpar possibilitado pela Revolução dos Cravos e com ela travou-se a desertificação e a quebra demográfica, aumentou-se a produção e produtividade introduzindo-se novas culturas,

garantiu-se o emprego, alargou-se o regime da Segurança Social aos trabalhadores agrícolas, apoiou-se a infância e os idosos, promoveu-se a cultura

e o bem-estar e abriram-se novas perspectivas de futuro nos campos. Por outro lado, a destruição da Reforma Agrária, por sucessivos governos do PS, PSD e PP, e a reconstituição do latifúndio são uma regressão nos planos social, cultural, económico e democrático, pelo que importa, «com os olhos postos no futuro e na solução dos problemas», resolver a questão fundiária no Alentejo, no interesse do desenvolvimento da região e do país, democratizar o uso e a posse da terra e avançar com uma reforma agrária em novos moldes, que beneficie o conjun-

Do Ribatejo veio Maria Rosa Vizeu, que trabalhou na Cooperativa do Couço, terra de grandes tradições revolucionárias. Lembrou os tempos do labuta nos campos do nascer ao pôr do sol, falou das lutas de anos e anos pelo pão e pela liberdade e recordou que, se hoje recebe uma reforma, ainda que baixa, e beneficia da Segurança Social, deve-o à Reforma Agrária que ela ajudou a erguer.

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez a última intervenção do dia, falando em nome do Partido que foi o «grande impulsor da Reforma Agrária, que sempre tem estado nas lutas do povo alentejano pelo pão, pela terra, pela paz, por uma vida melhor e mais digna numa sociedade mais justa, mais fraterna e solidária».



Centenas de pessoas participaram nas comemorações dos 25 anos da Reforma Agrária (foto: António Carrapato)

A Reforma Agrária de 1974/75 foi um acontecimento ímpar

Intervenção de Carlos Carvalhas

Por uma reforma agrária em novos moldes

«Não estamos aqui numa atitude passadista, mas com os olhos postos no futuro e na solução dos problemas», sublinhou Carlos Carvalhas na sua intervenção no âmbito de encerramento do colóquio «Reforma Agrária – que actualidade».

Partindo da «história empolgante da Reforma Agrária», da experiência dos «sem terra da Revolução dos Cravos», o secretário-geral do PCP lembrou que a sua destruição «foi e é uma regressão no plano social, cultural, económico e também democrático» e apresentou a proposta dos comunistas de «uma reforma agrária em novos moldes no perímetro de rega do Alqueva».

Mudar de rumo

«É cada vez mais necessário olhar para a situação do país e do Alentejo e mudar o rumo na política seguida.

Tendo em conta todas estas realidades quero aqui, nesta breve mensagem, tomar um compromisso solene em nome do PCP. O compromisso de que iremos debater as questões que aqui foram levantadas e as soluções preconizadas, no sentido de as incorporarmos na nossa reflexão e proposta, para depois as projectarmos para a região e para o país e as transformarmos em objectivos de luta e em leis da República.

O Alqueva vai ser uma realidade.

Mas que respostas é que o país vai dar para a questão do desenvolvimento e à sua dimensão social e ambiental e para a questão fundiária e agrícola do Alentejo a partir do impulso proporcionado pelo Alqueva no seu perímetro de regadio?

A valia eléctrica e turística é uma evidência. E no plano agrícola?

Como foi afirmado no colóquio, será justo que os milhões que o país está a investir no Alqueva (e nós até sabemos quem paga os impostos) sejam aproveitados por meia dúzia de proprietários? Ou que aqueles que o PS pretende hoje privilegiar com o dinheiro de todos nós, sejam precisamente aqueles que durante dezenas de anos impediram a concretização desta obra?

Os pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros, os trabalhadores agrícolas deverão ter acesso à terra irrigada.

E este acesso seria um facto positivo em termos sociais, económicos, regionais e ambientais.

Não fazer nada é, objectivamente, entregar a mais-valia de terrenos de regadio a meia dúzia que depois, num processo de concentração e capitalização da agricultura, tenderão a reproduzir um modelo de tipo Almeria, aqui na vizinha Espanha, com todas as repercussões sociais e de insegurança conhecidas.

Não há nada a fazer em relação ao uso e posse da terra?

Pela nossa parte pensamos que é urgente assegurar um melhor aproveitamento da terra, criando as condições de fixação das populações e o desenvolvimento rural e regional, de acordo aliás com o artigo 94.º da Constituição da República. A necessidade de uma reforma agrária nos campos do Sul é também reconhecida por estruturas ligadas à Igreja Católica e até por estruturas ligadas à Administração central da região.

Democratizar o acesso à terra

No actual quadro económico, social e político as propostas dos intervenientes no colóquio desta manhã em relação a estas questões centraram-se na democratização do acesso à terra, à área a beneficiar pelo empreendimento do Alqueva e por outros empreendimentos hidro-agrícolas associados (Barragem dos Minutos em Montemor-o-Novo). Neste processo, o Estado definiria com alguma flexibilidade áreas limites e o excedente, de acordo com o quadro constitucional, seria expropriado com indemnizações ou seria comprado pelo Estado. Estas áreas, segundo a sugestão de participantes no colóquio reverteriam para um banco de terras do Estado que seriam atribuídas a pequenos agricultores e assalariados rurais mediante uma contraprestação pela sua exploração.

Certamente que há ainda pela nossa parte questões a aprofundar e a especificar, mas a ideia central aqui apresentada parece-nos uma resposta adequada ao actual quadro sociopolítico da região e do país. Democratizar o uso e a posse da terra - uma reforma agrária em novos moldes - a realizar no perímetro de rega do Alqueva, contribuindo para o aumento da produção, da produtividade, para a fixação das populações e realizando justiça social.

Uma resposta que não deve ser limitada a uma vertente económica, ou pior, economicista, mas integrada numa solução global preocupada com todas as dimensões da vida humana e de um Alentejo desenvolvido, habitado e ecologicamente preservado e valorizado. As preocupações que foram da Reforma Agrária.

Por isso reafirmamos que vamos levantar esta bandeira esperando (e desafiando) que outras forças sociais e políticas nos acompanhem no objectivo da democratização do acesso à terra no perímetro regado pelo Alqueva, o que exigirá também formação profissional e a definição de novos sistemas produtivos adaptados ao regadio, bem como as respostas às questões ligadas à comercialização e valorização dos produtos.

É tempo de se encarar de frente os problemas sem preconceitos, sem hipocrisias ou falsos diálogos. E de nada vale inventar papões e fantasmas. Na nossa proposta há lugar para os diversos sujeitos agrícolas.

A não haver uma alteração profunda e rápida na estrutura fundiária que permita a consolidação de uma nova estrutura social assente em pequenas e médias explorações de tipo familiar e em cooperativas, de acordo com a vontade dos interessados e que privilegiem a fixação dos alentejanos à sua terra, corre-se o sério risco de vermos a continuação da desvitalização do mundo rural alentejano, da sua cultura e ver surgir em seu lugar, quer agricultores estrangeiros, que com os apoios de que dispõem dos respectivos governos acabarão por adquirir, aos grandes agrários, as terras valorizadas pelo regadio, quer as multinacionais agroalimentares cujos interesses assentam na exploração predadora dos nossos recursos e em mão-de-obra barata local e sobretudo vinda de Marrocos e de outros países do norte de África a exemplo do que hoje sucede nos campos irrigados na vizinha Andaluzia, com impactos negativos no plano social, económico e ambiental.

O desafio que aqui fazemos é também dirigido ao Governo e ao Primeiro-Ministro. Tem nesta questão uma grande oportunidade para governar, de facto, com consciência social. Esperemos que não seja mais uma oportunidade perdida.»

Mensagem de Vasco Gonçalves

Queridos amigos:

Não sendo possível estar presente, venho associar-me à comemoração dos 25 anos da Reforma Agrária, histórica conquista dos trabalhadores dos campos do latifúndio do Alentejo e do Ribatejo, e das Forças Armadas.

A luta continua!

vimento que se pretenda para o Alentejo».

O sábado de homenagem aos 25 anos da Reforma Agrária, dia de imenso calor, começou com um desfile de uma quinzena de grupos corais pelas ruas da cidade, invadidas pelos sons do cante alentejano louvando a terra, o pão e o trabalho.

Seguiu-se, no Parque de Exposições, Mercados e Feiras, a inauguração da exposição organizada pelo novo Centro de Documentação da Reforma Agrária, projecto que foi apresentado na altura, realizando-se depois, ainda de manhã, um colóquio/debate sobre o tema «Reforma Agrária – Que Actualidade», em que participaram os professores Fernando Oliveira Baptista (que foi ministro da Agricultura no tempo da Reforma Agrária nascida com a Revolução de Abril) e Aron Fohen, da Universidade de Granada, o deputado Lino de Carvalho, do PCP, e o presidente da Câmara de Montemor, Carlos Pinto de Sá, economista e professor universitário. Nota digna de registo foi a mensagem de solidariedade e apoio, divulgada durante o debate, do general Vasco Gonçalves, que era o primeiro-ministro do IV Governo Provisório que aprovou a Lei da Reforma Agrária, a 29 de Julho de 1975.

As intervenções do fórum convergiram no essencial – a Reforma Agrária de 1974/75, nos campos do Alentejo e do

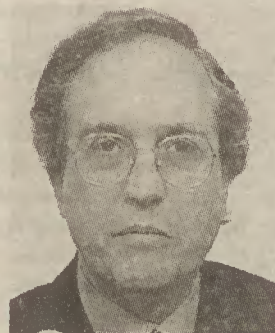
to da população e não uma minoria de grandes proprietários.

«Com a Reforma Agrária perdemos o medo do patrão»

Depois do almoço de convívio e confraternização, em que participaram largas centenas de pessoas, muitas delas antigos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, realizou-se um espectáculo musical em que actuaram Samuel, Manuel Freire, Francisco Fanhais e Carlos Mendes.

Depois da música, no encerramento da jornada, houve várias intervenções de convidados desta iniciativa de homenagem aos 25 anos da Reforma Agrária. Falou o presidente da autarquia montemorense fazendo o balanço da jornada – bastante positivo – e falaram dois antigos trabalhadores da Reforma Agrária.

António Neves Borges, de A-do-Pinto, em Vila Nova de S. Bento, no concelho de Serpa, afirmou que «com a Reforma Agrária perdemos o medo do patrão» e «ganhamos a consciência de homens livres» e condenou os milhares de contos que actualmente se gastam «em cercas de arame farpado e na concessão de subsídios aos agrários, sem que daí resulte mais produção, mais emprego ou mais justiça social para o Alentejo».





Do mar chão ao tormentoso

• Carlos Brito

O prometido mar chão, em que a barca nacional navegaria sem sobressaltos até ao euro e outras maravilhas da União Europeia, encheu-se de repente de escolhos e vagas altas, revelando afinal todos os riscos do mar tormentoso. Subitamente, os governantes socialistas que pintavam esse e outros quadros cor-de-rosa vêm dizer-nos que as cores verdadeiras são bastante mais sombrias, o que todos nós sabíamos, é claro. O seu acto de contrição é interesseiro, como de costume, só o fazem para logo a seguir anunciarem cortes orçamentais, começarem a falar na necessidade de apertar o cinto e insistirem na música de sempre sobre a contenção salarial. Há os males que o Governo reconhece e de que diz não ser culpado, como as elevadíssimas taxas de juro, o aumento do preço dos combustíveis, o défice da balança comercial. Mas são mais que evidentes os erros, nomeadamente de pendor eleitoralista, cometidos pelo Governo nas expectativas que criou e no tratamento de cada uma destas questões, tornando mais duras as suas consequências para as camadas populares, em especial para as de mais baixos rendimentos, e para a economia nacional. Há, além disso, as injustiças flagrantíssimas do Governo no domínio salarial e das reformas, nomeadamente, ao fixar os respectivos referenciais antes de decretar o pesado aumento dos combustíveis, o que gerou um dos mais fortes e justos motivos de descontentamento e de conflitualidade social.

Sinais de crise

A par destes aspectos concretos, são cada vez mais insistentes os sinais de crise em vários domínios: sintomas graves de crise social, com os piores ingredientes; indícios preocupantes de crise económica, que nos atrasará ainda mais em relação aos restantes parceiros da União Europeia e porá em questão a participação no euro; e a juntar aos anteriores, como natural corolário, prenúncios de crise política e governamental para o próximo outono, quando for votado o Orçamento de Estado para 2001. O mar tormentoso, assim levantado, fragiliza naturalmente o Governo, mas mexe com todo o tecido político-partidário do país a quem coloca especiais desafios e exigências, tanto

mais que a tempestade que parece avizinhar-se não será passageira. O Governo e o PS, da liderança de António Guterres, estão submetidos à grande prova de enfrentar, em simultâneo, uma conjuntura desfavorável e uma contestação social generalizada, com expressão crescente na comunicação social. Não se espere, no entanto, que se encolham perante as dificuldades, vão intensificar iniciativas propagandísticas e demagógicas, recorrendo a engenhosas manobras para recuperarem o que perderam na base de apoio. Os partidos da direita, disputam assanhadamente a hegemonia (com o CDS-PP a ganhar vantagem, o que não acontecia desde há muito), mas trabalham ambos para se apresentarem como alternativa e se tornarem os grandes beneficiários da crise e do descontentamento. As forças que constituem o Bloco de Esquerda vêem-se, pela primeira vez, na posição de poderem influenciar a política nacional e são-lhe atribuídos propósitos sôfregos de negociarem com o PS a passagem do Orçamento. Ah, a gula! O PCP que vai entrar na fase derradeira de preparação do XVI Congresso, embora tenha já definido como linha de trabalho «não fechar para Congresso» e assumido com galhardia a dinamização da luta dos trabalhadores, terá agora de redobrar de atenção a toda a esta situação, interpretar o seu significado profundo, elaborar respostas imediatas e orientações para o futuro, a aprovar pelo Congresso.

Capacidade de iniciativa

O mar tormentoso não é propício para se navegar à vista da costa, ao contrário do que uma visão superficial pode julgar. Nas baías de águas tranquilas, onde quase não chega o vento, é que os rochedos armam os grandes ciladas. A procura da rota segura não pode dispensar nenhuma das contribuições empenhadas de todos aqueles que se disponibilizam fazê-lo. A capacidade de iniciativa é uma condição essencial para que o PCP desempenhe o papel fulcral que lhe pertence no conjunto das forças de esquerda. Neste sentido, parece de grande importância a elaboração pelos comunistas de uma plataforma governativa de esquerda, que seja uma resposta credível aos problemas do país, uma bandeira para um grande trabalho de convergência de forças e, como tal, uma peça essencial da alternativa capaz de triunfar face à direita e à política de direita.

CGTP-IN toma posição

Por uma política de imigração solidária

O movimento sindical, e em particular a CGTP-IN, tem vindo a acompanhar com particular atenção, e numa perspectiva crítica, a situação em que vivem e trabalham as comunidades imigrantes e as alterações à lei actualmente em curso.

Numa primeira reacção à aprovação, dia 26 de Julho, da autorização legislativa que define os parâmetros da futura legislação da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, a CGTP-IN sublinha que «a nova legislação não resolverá os graves problemas das comunidades imigrantes».

A CGTP lembra que, nas últimas semanas, interveio activa e repetidamente junto do Governo, dos partidos com assento parlamentar, das associações de imigrantes e de solidariedade e realizou uma concentração-vigília. O Governo, entretanto, não deu ouvidos às reivindicações apresentadas, nem teve em conta o movimento de opinião pública, que reclamava alterações significativas à proposta de nova legislação.

A autorização legislativa acabou por ser viabilizada pelo Partido Popular, «uma opção que indicia uma visão economicista e policial».

A nova legislação não resolverá os problemas dos imigrantes

A CGTP-IN repudia esta escolha e continuará a reivindicar uma política de imigração solidária e humanista, «baseada em princípios civilistas e democráticos que reconheçam o enorme contributo dos imigrantes para o desenvolvimento da nossa sociedade».

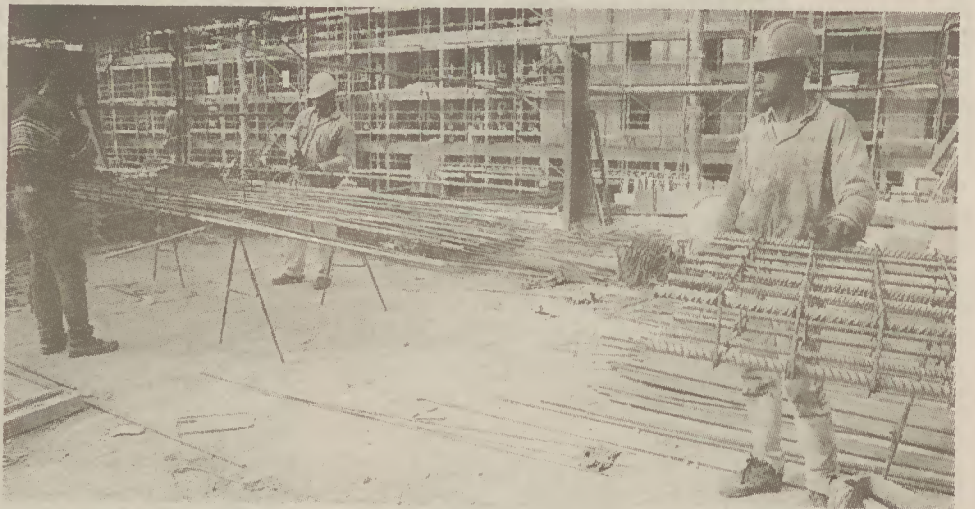
Uma vergonha num país de emigrantes

Em reunião realizada no início desta semana, a Direcção da União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP-IN) analisou as alterações à lei da imigração que considerou «uma

vergonha», numa país «de emigrantes como o nosso».

A USP afirma que esta lei «não tem princípios nem conteúdo social e é fundada numa visão meramente economicista que tem por base a política de baixos salários e a precariedade de mão-de-obra». Uma opção «de enorme gravidade no plano social e político que só facilitará os mecanismos de exploração» e que irá provocar «a acumulação de situações de injustiça e agravará problemas vários e humanos de grande complexidade».

Terça-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu promoveu uma conferência de imprensa com o tema «A verdade e a mentira sobre a exploração de trabalhadores de Leste e a intervenção do sindicato, contada por um trabalhador ucraniano», no intuito de dar a conhecer a realidade do «negócio» da exploração da mão-de-obra de Leste, condições de trabalho, remunerações e vida social destes trabalhadores e a posição do Sindicato perante esta realidade.



Os imigrantes são alvo de uma maior exploração

CDU/Faial apresenta candidatura

Uma aliança com princípios e objectivos, foi a forma como José Decq Mota apresentou, no passado dia 25, a lista de candidatos pelo círculo eleitoral do Faial, Açores.

Como primeiro candidato, Decq Mota, vereador da CDU na Câmara Municipal da Horta, coordenador do PCP/Açores, fez uma declaração à imprensa em que apresentou os candidatos como «cidadãos que sempre lutaram contra a arbitrariedade, sempre defenderam a participação das populações na vida política», sendo o objectivo destacado da candidatura «a defesa dos verdadeiros interesses do Faial».

O cabeça de lista da CDU/Faial avançou várias críticas à política que tem vindo a ser seguida, considerando que «a estratégia do

actual poder regional do PS é, sem qualquer dúvida, contrária aos interesses estratégicos autênticos desta ilha».

Concretamente, foram referidos aspectos como a falta de investimento público, o sistemático adiamento de projectos de modernização em sectores prioritários como a pecuária e lacticínios, ou ainda o adiamento de projectos como a nova escola secundária ou o parque desportivo.

Por outro lado, como foi salientado, a situação financeira é desastrosa, os grandes projectos municipais estão longe de estar concluídos, o relacionamento entre poder local e regional é pessimista, os serviços municipais estão em geral mal organizados, o diálogo com a sociedade é quase inexistente.

A «uniformidade partidária

sob o comando do PS está, já, a ser desastrosa para o Faial, tal como aconteceu nos anos 70 e 80, com o monopartidarismo PSD», concluiu Decq Mota. Uma situação que se agravou ainda a partir de 9 de Julho de 1998 «em função da nova realidade que o terramoto desse dia criou».

O primeiro candidato anunciou ainda que a candidatura da CDU irá, em tempo oportuno, apresentar «um conjunto coerente de propostas para o desenvolvimento do Faial e de propostas de actuação concretas que serão linha orientadora da acção política posterior», no sentido de contribuir para que haja, localmente, «uma dinâmica de desenvolvimento que alguns procuram, matar».

Ganhou um ano para firmar a vitória

A EPPET continua

● Domingos Mealha

Ao fim de 15 semanas de intensa resistência, o Governo teve que adiar uma decisão que apresentara como irreversível.

A Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações não vai ser entregue este Verão ao grupo privado Ensinus. A vitória alcançada pela luta tenaz de alunos, pais e professores fica, no entanto, ensombrada pela ameaça de se concretizar daqui por um ano a «oferta» da EPPET ao grupo onde destacadas figuras do PS e do Ministério da Educação tiveram, ou ainda têm, interesses accionistas.

A comunicação escrita do Ministério ainda não tinha chegado à escola, mas representantes dos pais e encarregados de educação confirmaram sexta-feira ao «Avante!» que da Avenida 5 de Outubro já

saíram instruções para a abertura de matrículas para o 1.º ano. Este processo, recorde-se, deveria ter sido desencadeado pelo ME em Abril. Tal não sucedeu porque, como se veio a esclarecer, a secretária de Estado Ana Benavente dera indicações nesse sentido; o futuro que estava preparado para a prestigiada e bem sucedida EPPET era a entrega ao Inete, instituto do Grupo Ensinus, pelo que a escola pública iria encerrar este mês.

Uma batalha

Para Amélia e Manuel Costa, o casal que recebeu a

nossa reportagem em nome dos pais e encarregados de educação, esta é uma importante vitória, embora se mantenha a ameaça sobre a escola onde o seu filho terminou agora o 1.º ano. Tal como Hugo Assis, professor e antigo aluno da EPPET, têm a noção de que grandes interesses económicos estão na base do ataque a uma escola cujo único «defeito» é ser pública.

«Dizem que o ensino profissional é para os privados, mas não fazem isso com as escolas agrícolas, que continuam a abrir como estabelecimentos públicos», contesta Amélia Costa, apontando a diferença face ao ensino na área das telecomunicações e da electrónica, que se mostra «interessante» para investir, «porque está a crescer e vai dar muito dinheiro».

Desde Abril, quando começaram a mover-se, como outros pais e encarregados de



Animados pelo resultado, Amélia Costa, Hugo Assis e Manuel Costa já pensam nas acções a desenvolver a partir de Setembro

educação, em defesa da escola ameaçada, já se depararam com falsidades, promessas adiadas, compromissos rompidos... «Trata-se do ensino, é o futuro dos nossos filhos, devia ser tratado de forma séria», clama Amélia, que nunca antes se tinha envolvido em actividades sociais e contactos com políticos. Manuel Costa vê o comportamento do Ministério da Educação neste caso como «leviandade tremenda»: com métodos obscuros e argumentos nada convincentes, o Governo queria encerrar e dar a um grupo privado uma escola que, apesar de se manter «em instalação» desde 1990, conseguiu um prestígio ímpar e índices praticamente totais de sucesso escolar e de empregabilidade.

Em todo este processo, foi ficando claro o envolvimento pessoal de **Ana Benavente**, que ainda não desmentiu actuais ou anteriores ligações ao grupo Ensinus. Agora, a secretária de Estado já chamou a si o *dossier* EPPET, mas antes verificaram-se tentativas de descarregar responsabilidades na Direcção Regional da Educação de Lisboa.

Mesmo ao anunciar aos professores e à comissão instaladora da EPPET que fora decidido manter a escola a funcionar durante mais um ano, Ana Benavente mostrou que não se dá por vencida na intenção de dar a escola ao grupo Ensinus. Manuel e Amélia Costa contaram que a secretária de Estado frisou que para o ano a EPPET irá mesmo para os prometidos proprietários, «nem que a vaca tussa» e mesmo perdendo o corpo docente formado na Holanda.

Mostram especial indignação com o facto de a governante ter até sugerido, quando anunciou a decisão de abrir as matrículas para o 1.º ano, que até funcionassem **duas turmas**, em vez de uma. «Aumentava os alunos, mas mantinha as instalações e os equipamentos, e isto era uma ratoeira», comenta Manuel Costa. Hugo Assis confirma que não haveria condições objectivas para

manter a qualidade do curso duplicando assim o número de alunos, uma vez que isso colidiria com a forma como está planeado o ensino.

A escola funcionará, portanto, durante mais um ano, «como se tudo estivesse normal». Hugo Assis, rejeitando qualquer papel de porta-voz dos professores, reconhece ter alguma dificuldade em encarar a situação desta forma, uma vez que, na interpretação do Ministério, este ano lectivo se destinará apenas a preparar melhor a transição para os novos proprietários.

Os pais e encarregados de educação, no entanto, não se dão por vencidos.

Animados por terem ganho um ano de vida para a EPPET, preparam-se para, nos próximos meses, prosseguir a batalha para que a escola continue definitivamente em actividade, com o reconhecimento, as instalações e os equipamentos que o Governo lhe recusou desde a nascença.

A partir de Setembro, prometem, «**não vamos parar**». Cá nos encontraremos.

Dados e factos

A luta dos alunos, pais e professores em defesa da EPPET permitiu trazer a lume alguns dados objectivos que permitem compreender melhor como a declarada «paixão» de António Guterres pela educação acabou por encontrar expressão política na resposta a interesses bem mais «materiais».

A Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações foi criada em **Julho de 1990**, na sequência de um protocolo de cooperação entre os ministérios da Educação de Portugal e da Holanda, através do GETAP português e da PTH, de Eindhoven. A portaria 550/90 estabelecia um período experimental até ao final do ano lectivo de 1993-94, «cujos resultados terão a maior relevância para idênticos empreendimentos futuros».

O prazo foi ultrapassado pelo Governo do PSD e a «nova maioria» do final de 1995 não mostrou qualquer diferença.

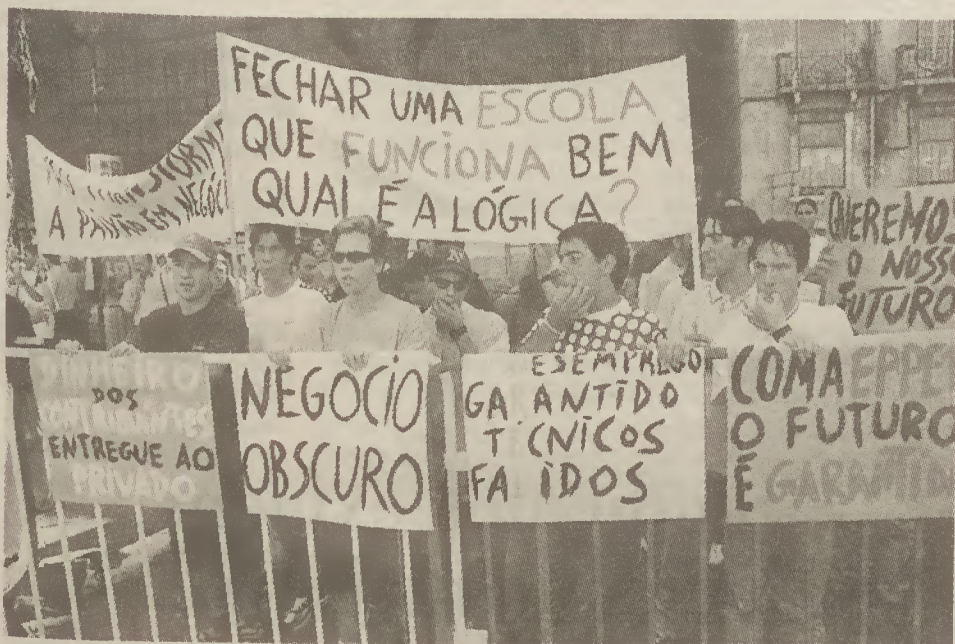
Em 1998 é aprovado o novo regime jurídico das escolas profissionais (**DL 4/98**), que abre todo o campo ao negócio privado. Para o Estado fica um papel subsidiário, na cobertura de áreas de formação ou regiões não contempladas pelos que têm o lucro como objectivo principal.

No período correspondente ao Quadro Comunitário de Apoio II, entre 1994 e 1999, os investimentos financeiros do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal ultrapassaram os 300 milhões de contos; destes, **117 milhões** foram destinados às escolas profissionais. No QCA III, de 2000 até 2006, estas verbas chegarão aos 470 milhões de contos, a que se juntam mais 90 milhões em incentivos. Os números foram apresentados já este ano, em meados de Junho, pelo ministro Oliveira Martins.

Em Maio de 1997, emitindo parecer sobre a necessidade de inscrição de verbas para dar à EPPET as instalações definitivas previstas no protocolo luso-holandês de 1989, um responsável do Ministério da Educação reconheceu o sucesso da escola, mas ressalvava que o seu curso se situava numa «área de formação **apeteçível** pelas escolas privadas, que só ainda não lhe pegaram porque **há uma escola pública** a fazê-lo».

O PCP, através da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do seu Organismo Intermédio para as Telecomunicações, exigiu o esclarecimento de todas as **ligações entre accionistas do grupo Ensinus e quadros responsáveis do ME e do PS**. Através do deputado Bernardino Soares, o protesto do PCP faz-se ouvir na Assembleia da República. Mas é admitido que seja necessário recorrer a uma investigação profunda pela Polícia Judiciária.

Aí, talvez se esclareçam outros dados e factos...



A luta travou o fecho da escola, que vai funcionar mais um ano

Lutar por quê?

No dia 14 de Julho, numa cerimónia festiva onde esteve bem patente o «espírito de escola» que une alunos e professores da EPPET, foram entregues os diplomas de final de curso. Desta vez, como salientou Carlos Carrapo, o presidente da Comissão Instaladora (ali distinguido como o principal responsável pelo sucesso da escola), foram batidos dois *recordes*: terminaram o curso 19 dos 20 alunos que o iniciaram, e concluíram as aulas a 13 de Julho. A EPPET, lembrou, foi também a primeira escola secundária a ter uma rede de computadores instalada e a abrir uma página na Internet.

«**Já vi uma coisa a funcionar bem**», disse então Hugo Assis, lembrando a ligação da teoria à prática, a iniciativa «escola aberta» (que leva anualmente à EPPET muitas dezenas de pessoas, desde responsáveis de empresas a moradores do bairro), a participação no projecto «Ciência Viva» (do Ministério da Ciência e Tecnologia), o apoio aos alunos na colocação no primeiro emprego e também em casos de mudança de emprego...

Em cada ano, as matrículas rondam as duas centenas, para 24 vagas. Em cada ano também repetem-se os casos de alunos que, antes ainda de terminarem os estudos, já foram contratados por empresas que já conhecem o valor do curso da EPPET.

Património público

É para defender este património público que pais, professores e alunos se mobili-

zaram desde os primeiros dias deste ano, promovendo reuniões, escrevendo cartas, incomodando governantes e granjeando simpatia, solidariedade e apoio. Por estes motivos se manifestaram no Ministério da Educação, na Assembleia da República, junto à residência do primeiro-ministro e frente ao Palácio de Belém.

É para continuar esta luta que, durante o próximo ano lectivo, as movimentações vão continuar. Por iniciativa dos pais e encarregados de educação (que estão a tratar da constituição formal da sua associação), a intenção de acabar com a EPPET e entregá-la ao Ensinus foi contestada junto da **Provedoria de Justiça**. Seguiu uma queixa para o **Supremo Tribunal Administrativo**, já que o ME não fornece o texto do despacho-fantasma que traça o destino da escola. Uma queixa vai ser entregue também na **Procuradoria Geral da República**, enquanto para o **Presidente** está a ser preparado um detalhado *dossier*. Aguardam também nova ida à **Assembleia da República** e à **Comissão de Educação**.

Amélia e Manuel Costa reconhecem que foi muito importante o contributo da comunicação social, destacando algumas rádios e televisões, jornais e, especialmente, o «Avante!». Também se interrogam sobre os motivos por que órgãos como a SIC e «O Independente» terão «travado» o interesse que manifestaram pelo caso.

Ainda está por resolver o problema dos excedentários da Manuel Pereira Roldão

Desnorte na Câmara

A Câmara Municipal da Marinha Grande reagiu ao comunicado do Sindicato dos Vidreiros, mas não falou no fundamental.

Depois do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira ter denunciado a retirada, pela segunda vez e por ordem

dos responsáveis camarários, das faixas que colocou denunciando a falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo para com os excedentários da Manuel Pereira Roldão, a Câmara reagiu. Mas o comunicado municipal revela «desnorte», respondeu prontamente o sindicato, apontando o facto de não tocar a questão fundamental.

Do comunicado municipal, «salta à vista o objectivo de conotação partidária que se tenta dar às acções que são desencadeadas pelo sindicato na defesa dos trabalhadores», mas estas «são posturas que já têm barbas» e mostram como, «à falta de argumentos sérios e realistas, há os que continuam a recorrer à política dos papões».

A Câmara queria os louros, mas o Governo não cumpriu as promessas

«A Câmara reage com desnorte, calunia o sindicato e os seus dirigentes», mas «não diz quando vai ser cumprido o compromisso do Governo de passar estes trabalhadores à situação de reforma, sem que isso lhes traga quaisquer penalizações», protesta o STIV/CGTP, numa nota que distribuiu sexta-feira. E aponta outras omissões: «Nem fala nos prejuízos que os mesmos estão a ter por se encontrarem dependentes do subsídio de desemprego há cerca de dois anos, sem qualquer actualização; nem fala naqueles que, a breve ou médio prazo, terão que sobreviver com o subsídio social de desemprego; nem sequer se interroga se há casos em que, depois de expirado o tempo de atribuição do subsídio de desemprego, ficam sem acesso a outro meio de subsistência, nem mesmo ao subsídio social.»

O sindicato reafirma que, «enquanto houver um único trabalhador sem o seu problema definitivamente solucionado, merecerá a mesma importância que agora merecem estes doze, como já mereceram as várias centenas de envolvidos» anteriormente.

Leilão baixo

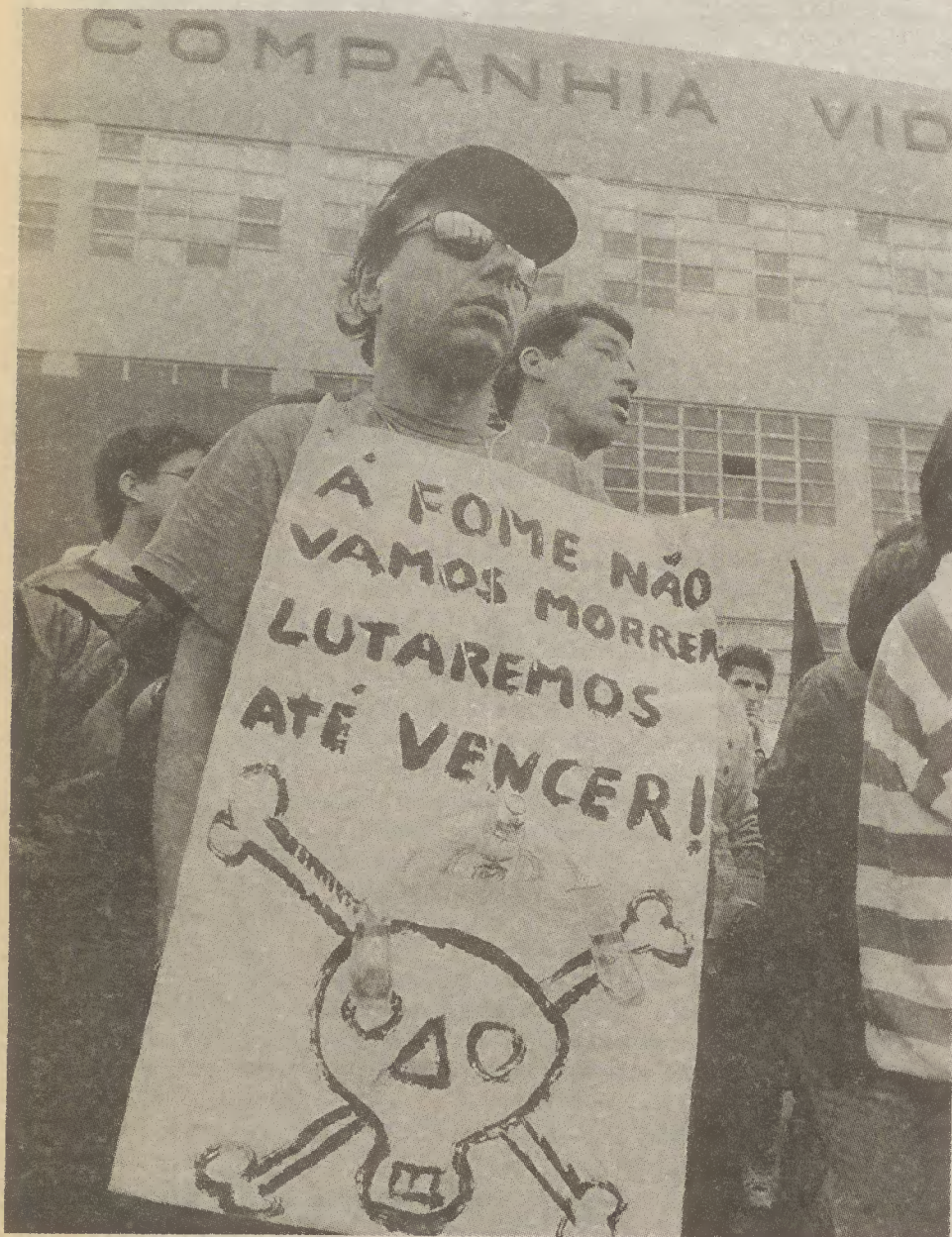
O património da antiga vidreira foi levado no dia 26 de Julho a leilão judicial, mas os bens imóveis não tiveram propostas de compra a partir do preço-base de licitação. Segundo a Agência Lusa, os bens móveis foram vendidos por 13 050 contos, enquanto as ofertas pelos bens imóveis (a fábrica, dois prédios rústico e uma parcela de um prédio urbano) não tiveram ofertas pelo preço-base de licitação, estipulado em 1 milhão e 140 mil contos.

O presidente da Comissão de Credores da MP Roldão mostrou-se insatisfeito com as verbas oferecidas pelo património da empresa falida, afirmando ter «expectativas mais elevadas».

A firma «António Oliveira», de Gaia, adquiriu os bens móveis (a maquinaria e os moldes existente na fábrica), enquanto a «Ecotur», uma empresa de construção do Cacém, fez o registo de oferta mais elevado sobre os bens imóveis, num total de 263 mil contos. No caso da fábrica e dos dois prédios rústicos, o registo de oferta ficou nas mãos do liquidatário judicial e, no prazo de 30 dias, poderão surgir novas propostas de oferta. No que diz respeito à parte de um prédio urbano, os co-proprietários têm direito de preferência, pelo que o liquidatário irá ainda contactá-los.

No final do processo caberá à comissão de credores pronunciar-se sobre os valores dos registos de ofertas, podendo optar por outra solução, como a venda do património em parcelas.

A venda dos bens esteve marcada para 2 de Novembro passado, mas não se realizou devido a questões levantadas pelo Sindicato dos Vidreiros, que reclama a existência de mais de um milhão de contos de débitos aos trabalhadores.



A luta continua a ser o único caminho para a completa solução do problema, tal como em 1995 (foto de arquivo)

A cassette da contenção salarial

• Paulo Maurício

Antes de ir para férias, o Governo do engenheiro Guterres tratou de tentar condicionar a capacidade de raciocínio, de discernimento e de reivindicação dos trabalhadores e do povo português.

Após anos de desvalorização real dos salários dos trabalhadores e de uma contínua degradação dos mesmos, o ministro Pina Moura e os comentadores da nossa praça vêm dizer que o próximo ano terá que ser de contenção. Quantas vezes ouvimos isto? Quantas vezes os trabalhadores responderam em conformidade, indo para a luta e ganhando em muitas delas? Com as suas organizações e com o seu Partido, os trabalhadores saberão encontrar a resposta adequada.

A crescer

Vem a propósito adiantar alguns elementos que, pela sua limpidez, podem clarificar muito. «Lucros do grupo BCP progrediram 40,1 por cento» («Diário Económico», 26 de Julho); «BES ganha mais 14,5 por cento no primeiro semestre» (idem); «Resultados líquidos do BPI deverão crescer 21 a 31 por cento» (ibidem). Isto só para falar nos bancos, sector onde a relação entre os lucros obtidos e os impostos pagos ao Estado é escandalosa.

A política neoliberal impõe-se, com a sua mão de ferro, servindo os interesses do grande capital. O défice orçamental, actualmente em derrapagem, tem que se cumprir... A meta da inflação não pode ser ultrapassada... Conclu-

são: «o corte na despesa terá que começar pela contenção salarial» (diz o mesmo «Diário Económico»).

O aumento da produtividade, com o investimento em novas máquinas, novos processos de produção, com a participação dos trabalhadores no próprio processo produtivo, com um aumento do seu tempo de descanso e lazer, não é fomentado. A fuga ao fisco da esmagadora maioria das empresas é tolerada, não se avançando para uma reforma fiscal penalizadora das transações financeiras especulativas e de forma a que se consiga uma cobrança de impostos minimamente significativa por parte das unidades empresariais.

Ao longo dos últimos anos não se qualificou a nossa mão-de-obra, não se aumentaram de modo minimamente significativo os salários. Incentivou-se a política de baixos salários, de precariedade, de desqualificação.

A mudar

Portugal e os trabalhadores portugueses têm direito a outra política, uma política de esquerda, valorizadora do trabalho e dos trabalhadores. Os trabalhadores têm que lutar por essa política, que, objectivamente, é do seu interesse.

As lutas reivindicativas que acompanham as discussões sectoriais e da Função Pública têm todas as condições para passarem para um patamar superior de reivindicação política.

Sindicatos exigem demissão no ISCAL

O Sindicato de Professores da Grande Lisboa e o Sindicato Nacional do Ensino Superior exigiram segunda-feira a demissão do Conselho Directivo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, que acusam de várias irregularidades.

Os dois sindicatos, em comunicado citado pela Lusa, justificam a sua posição com «o processo de averiguações mandado instaurar por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, sob proposta do Conselho Directivo, a dois co-regentes da disciplina

de Contabilidade Financeira II, por não estarem a cumprir os horários que lhes tinham sido atribuídos pelo CD». Ao processo de averiguações seguiram-se os processos disciplinares e a suspensão preventiva dos dois docentes por 90 dias.

O SPGL e o SNESup denunciam «a chamada da polícia, pelo Conselho Directivo, em 5 de Junho, para impedir que aqueles docentes entrassem na escola». Naquele dia, afirmam, decorria uma prova de Contabilidade Financeira II, «que, face aos acontecimen-

tos, muitos alunos não realizaram». Os sindicatos acusam o Conselho Directivo de «desrespeitar os outros órgãos do ISCAL, nomeadamente o Conselho Científico, usurpando-lhes poderes e competências». Exigem que os processos disciplinares sejam arquivados, que o Conselho Directivo cesse funções e que sejam desencadeados os inquéritos sobre a actuação do CD, para que o ISCAL «seja colocado no caminho da normalidade» e possa «ocupar o lugar de excelência que ainda está ao seu alcance».

Estão por actualizar as pensões dos professores

O Governo não cumpriu o acordo político estabelecido com a Federação Nacional dos Professores, para que as actualizações das pensões, na sequência de uma lei publicada em Maio do ano passado, fossem processadas ainda em Julho. Esta atitude foi «verberada» por unanimidade, no plenário nacional de professores aposentados, que a Fenprof promoveu em Lisboa, na passada sexta-feira.

A moção, aprovada por todos os participantes na reunião e divulgada pela federação, considera a «insensibilidade política» com que este processo foi tratado pelo Governo como «um atentado à dignidade de professores e cidadãos». Devido à não criação de condições legais, o diploma da Assembleia da República não é cumprido há 14 meses.

Do plenário saiu «a convicção de que as acções desenca-

deadas, e que conduziram a um novo compromisso governamental, ao nível do primeiro-ministro, se consubstanciem na resolução desta questão no mês de Agosto».

De qualquer modo, os docentes aposentados reafirmaram a sua disposição de «agir junto de todas as autoridades e, de uma forma muito viva, junto da opinião pública», caso as suas expectativas sejam, mais uma vez, defraudadas pelo Governo.

STAL¹ mostra a prova em Cascais

Males da privatização

A Câmara gasta mais, a recolha de lixo e a limpeza urbana degradaram-se, os trabalhadores têm piores condições.

«Com a privatização do serviço de recolha de resíduos e limpeza do concelho de Cascais, o serviço piorou, os custos aumentaram e as condições de trabalho são cada vez piores», acusa o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, que na semana passada divulgou uma carta-aberta a José Luís Judas.

O STAL deixa ao presidente da Câmara Municipal de Cascais uma questão, após

fazer o balanço dos dois anos e meio decorridos desde a entrega do serviço à SUMA: «Estará a autarquia disposta a tomar medidas, ou será que prefere assistir impávida e serenamente à degradação completa?»

Para o sindicato, «o erro que representou a privatização pode e deve ser corrigido», e «a única forma de garantir o respeito pelos interesses dos cidadãos de Cascais e dos trabalhado-

res» será «recuperar para o serviço público» aquelas tarefas.

Como previsto...

O STAL começa por lembrar que sempre se manifestou contra a intenção de entregar a uma empresa privada os serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e a limpeza urbana no concelho, pois já previa as graves con-

sequência que tal solução acarretaria. «Dois anos e meio após a SUMA ter assumido a gestão deste serviço

público, é impossível não se reconhecer a sua degradação, o aumento dos custos em, pelo menos, mais 50 mil contos, e o ataque aos direitos mais elementares dos trabalhadores», afirma o sindicato, através da

Direcção Regional de Lisboa e da Comissão Sindical da Câmara.

A Câmara, a população e os trabalhadores pagam para que o lixo e a limpeza dêem lucro

O maior contributo para este resultado vem da «desresponsabilização da autarquia, esquecendo os utentes e trabalhadores». De tal forma, que «a própria SUMA sente-se à vontade para não cumprir as suas obrigações». A provar a diferença, a carta-aberta refere «a degradação dos contentores e das papeleiras, o crescimento descontrolado das ervas, o amontoar de resíduos». Este «resultado da privatização» deve-se ao facto de o objectivo do lucro ser «incompatível com o respeito pelo serviço público».

Quanto aos direitos dos trabalhadores, eles «não estão na lista das prioridades» da SUMA: «A contratação temporária banalizou-se, com reflexos na qualidade do serviço; os acidentes de trabalho aumentam, ano após ano; as tentativas de responsabilizar os trabalhadores pelo mau desempenho da empresa é uma constante».

«Nada tem sido feito» para evitar ou resolver os conflitos laborais, acusa o sindicato, lembrando a Judas que os problemas têm sido denunciados e «são do seu conhecimento».

Maconde ameaça 2 mil empregos

«É uma situação demasiado escandalosa para que o Governo continue surdo-mudo perante aquilo que se está a passar», clama a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifício, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, reagindo a declarações do patrão da Maconde que colocam em causa as unidades fabris da empresa em Vila do Conde e Braga.

As declarações de Joaquim Cardoso foram reproduzidas no «Público» de 21 de Julho, evidenciando uma estratégia de deslocalização da produção para África e o Leste

Europeu, colocando em risco cerca de 2 mil postos de trabalho em Portugal.

O grupo Maconde, recorda a Fesete/CCTP, no ofício que endereçou ao ministro do Trabalho e da Economia e Finanças, obteve alguns milhões de contos de apoios públicos, no âmbito dos Fundos para a reestruturação e internacionalização das empresas (Fries). As grandes benesses financeiras obtidas permitiram à Maconde «uma grande rentabilidade económica», salienta a federação, que considera «no mínimo, escandaloso, que um grupo

empresarial que beneficiou de apoios de milhões de contos tenha ainda coragem para vir pedir ainda mais apoios ao Governo, ao afirmar que o seu grupo «poderia ter uma maior dinâmica, se o Governo assumisse parte dos encargos com os trabalhadores». Esta atitude, para a Fesete, traduz-se por «despedir, despedir, e o erário público que pague».

Do Governo, a federação sindical têxtil exige explicações sobre, designadamente, o tipo de apoios financeiros que prestou à Maconde; os objectivos de tais apoios; as

metas que foram alcançadas; os resultados para o País.

Pretende ainda saber se o Governo «vai permitir novas “golpaças”, quando é dito que serão criadas duas novas unidades, exactamente nas mesmas zonas onde estão instaladas as actuais», cujo encerramento a Maconde anuncia agora. Além da atitude que o Governo vai tomar se os patrões da Maconde tentarem levar por diante os seus projectos, a federação questiona os ministros sobre formas de garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Greve de três dias nas fábricas da Secil

Os trabalhadores da Secil Pré-Betão iniciaram ontem uma paralisação de três dias nas fábricas da empresa instaladas no Montijo, Coimbra e Olhão.

A greve, que termina hoje, dá sequência a uma paralisação total que os trabalhadores levaram a efeito nos dias 18, 25 e 26 de Julho. «Os trabalhadores vão demonstrar, mais uma vez, nesta greve, que estão dispostos a levar a sua luta até ao fim, caso a administração não dialogue, ou não venha ao encontro das suas justas reivindicações», refere uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Centro.

O sindicato espera que a administração «apresente uma contraproposta séria, conforme se comprometeu na reunião de 27 de Julho». «Qual o trabalhador que, auferindo pouco mais de 80 contos mensais, poderia ficar indiferente face às constantes ausências de resposta da administração da empresa», questiona o sindicato.

O coordenador do sindicato, também citado pela Lusa, informou que os cerca de 200 trabalhadores das fábricas aderiram de novo à greve, reivindicando um acréscimo salarial de 10 contos.

«Se houver uma proposta positiva da administração, vamos analisá-la», disse Jorge Vicente, adiantando que novas formas de luta iam ser equacionadas numa reunião que estava a decorrer em Lisboa, na sede da Federação dos Sindicatos das Indústrias da Cerâmica, Cimentos e Vidro de Portugal.

Processos na Auto Sueco para combater plenários

A administração da Auto Sueco, empresa de comércio de automóveis, instaurou processos disciplinares a sete elementos das estruturas representativas dos trabalhadores, um dos quais já foi despedido, informou na semana passada o Sindicato das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte.

Em comunicado a convocar

uma conferência de imprensa para a porta da empresa, na Via Rápida (AIP) do Porto, o sindicato refere que outro dos sete trabalhadores está suspenso e os cinco restantes aguardam o desfecho dos respectivos processos disciplinares.

Segundo o sindicato, os processos disciplinares foram instaurados porque os administradores da empresa «não querem

que os trabalhadores se reúnam em plenário» e, quando mesmo assim o fazem, a administração tem «sempre alguém da sua confiança a registar todas as palavras e vírgulas» que lá são pronunciadas.

«É inconcebível que, no limiar do século XXI, esta situação ainda se verifique numa empresa que se diz moderna», protesta o sindicato,

que considera este afrontamento como anticonstitucional. No comunicado, é realçado que a Lei fundamental portuguesa assegura a protecção adequada a representantes eleitos dos trabalhadores, contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções.

Administração Local três dias frente ao MAI

De quarta a sexta-feira da semana passada, dirigentes, delegados e activistas sindicais da Administração Local mantiveram-se, em protesto, concentrados frente ao Ministério da Administração Interna.

Vindos dos vários distritos do Continente, os sindicalistas reclamaram, de Fernando Gomes e do Governo PS, o cumprimento das promessas feitas quanto à revalorização e reestruturação de carreiras. Exigiram ainda um aumento salarial intercalar de 3 por cento (que não deve ser, para nenhum funcio-

nário, inferior a 3 mil escudos) e a publicação imediata da regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, bem como a uniformização em 3 anos do tempo de progressão nos escalões.

O STAL e o STMI (sindicato do Município de Lisboa) pretendem, com estas medidas, fazer face à derrapagem da inflação, à alta do custo de vida e à necessidade de aproximar da média europeia os salários dos trabalhadores portugueses (notando que temos a Administração Pública pior paga da UE).





Os utentes têm de esperar meses por uma consulta de especialidade em Évora ou Lisboa

Borba O estado da Saúde

As instalações do novo Centro de Saúde de Borba têm servido de pretexto ao Partido Socialista para atacar a Câmara Municipal, a quem acusa de prestar um mau serviço à população em matéria de saúde.

A Câmara já esclareceu que o novo Centro, com o parecer favorável da Administração Regional de Saúde do Alentejo, vai ficar localizado na Zona da Cerca, próximo do Mercado Municipal, portanto com bons acessos e facilidades de estacionamento. Mas ao PS o que interessa é esconder que a política de saúde é da inteira responsabilidade do Governo central e que às autarquias, nesta matéria, cabe apenas indicar a localização dos equipamentos, correspondendo ao Governo a aquisição dos terrenos e a sua construção, lembra a Comissão Concelhia de Borba do PCP, reclamando melhor saúde para o concelho.

As actuais instalações do Centro não passam, pois, de mais um problema a acrescentar à má prestação dos cuidados de saúde no concelho, não podendo ser responsáveis pela falta de médicos, de enfermeiros e de outros técnicos, pelas longas listas de espera para as consultas, pelas marcações de

consulta de madrugada, sem garantia de conseguir vaga, ou, ainda, por problemas como as más condições de atendimento nas freguesias de Rio de Moinhos e da Orada, pelos meses de espera por uma consulta de especialidade em Évora ou Lisboa, ou pela falta de meios técnicos e humanos no Centro de Saúde de Estremoz, que obriga os doentes a deslocarem-se ao Hospital de Évora para uma simples radiografia.

Ao remeter para a Câmara as responsabilidades pela situação, é esta política que o PS de Borba quer fazer esquecer, insiste o PCP. Mas a verdade é que, se o Ministério da Saúde não chegar a acordo com os proprietários dos terrenos onde o equipamento vai ser instalado, pode ser feita a expropriação das áreas necessárias.

De todas as formas, os grupos parlamentares do PCP e de «Os Verdes», face às reclamações dos utentes, solicitaram a inscrição no PIDDAC/2000 de uma verba para a construção do novo Centro de Saúde de Borba. Não se sabe, porém, «onde estavam na altura as preocupações do PS», que só inscreveu no Orçamento do Estado «uns magros 2.500 contos» para obra tão importante.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo Alves Pires

Faleceu, no passado dia 24 de Julho, o camarada Alfredo Alves Pires: membro do Partido desde 1974, militava na freguesia de Vialonga.

António Pires Pancas

Com 79 anos de idade, faleceu no mês passado, o camarada António Pires Pancas. O camarada estava organizado no Bairro 5, freguesia do Barreiro.

Jacinto Brito Colaço

Faleceu subitamente, com 63 anos de idade, o camarada Jacinto Brito Colaço. Militante do Partido desde 1974, estava organizado na freguesia de Santo André, Barreiro. Foi membro da Junta de Freguesia.

Manuel Rosa Cardador

Com 80 anos de idade, faleceu, no passado dia 28 de Julho, o camarada Manuel Rosa Cardador. Estava organizado na freguesia da Apelação, concelho de Loures.

Maria Rosa Azevedo

Faleceu, no dia 17 de Julho, a camarada Maria Rosa Azevedo, de 82 anos de idade. Membro do Partido de longa data, estava organizada em Santa Justa, Couço, onde militava activamente e era uma grande divulgadora e vendedora do «Avante!».



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Actividade de Agostinho Lopes assenta numa estreita ligação aos problemas

Deputado de Braga presta contas

Num encontro com os órgãos de comunicação social, realizado na quinta-feira passada, Agostinho Lopes, deputado do PCP eleito pelo distrito de Braga, prestou contas da actividade que desenvolveu no sentido de cumprir os compromissos assumidos em campanha eleitoral.

O trabalho de Agostinho Lopes não se resumiu à intervenção na Assembleia da República, tendo sido antecedida de muitas dezenas de encontros, contactos, visitas e reuniões em locais e áreas de actividade onde os problemas mais se agudizaram e abrangem preocupações que vão da repartição dos rendimentos, do emprego e da segurança social, às infra-estruturas e ordenamento de território, à saúde, a educação e ao ambiente.

Referindo algumas das questões mais significativas em que interveio, Agostinho Lopes lembrou o combate ao pagamento ilegítimo das taxas

cobradas pelas Misericórdias de Vila Verde, Esposende, Fão e Riba d'Ave aos utentes do SNS e a reunião realizada na Comissão Parlamentar de Saúde com o Presidente da ARSN sobre o assunto.

Por sua vez, as condições de trabalho e o respeito pelos trabalhadores do distrito foram motivo de uma Audição na Comissão Parlamentar do Trabalho (ainda incompleta por falta do Presidente do IDICT), tendo o problema dos trabalhadores da Grundig sido objecto de requerimento e tratado na Comissão Parlamentar e no Plenário por duas vezes.

Resultados positivos

O PCP acompanhou a luta das populações de Vila Seca, Carvalhal e Alvelos e, agora, de Celeirós, Trandeiras e Morreira, relativa ao traçado das vias rodoviárias - para o que está já aprovada uma Audição no início dos trabalhos parlamentares, em Setembro - e deu particular atenção aos problemas do ambiente, designadamente nas bacias hidrográficas do Ave e do Cávado. A defesa do comércio tradicional e os atrasos na concretização do PROCOM foram outras questões que mereceram a intervenção de Agostinho Lopes que não descurou questões como a distribuição dos fundos do III Quadro Comunitário de Apoio, as cotas do leite e a sanidade animal nas zonas de montanha e

avançou com o projecto de criação dos Institutos Regionais para substituir as CCR's.

Os deputados dispõem de poucos instrumentos para a sua actividade

Num balanço em jeito de conclusão, o deputado do PCP começou por reafirmar a «inutilidade» das propostas de alteração das leis eleitorais para «restabelecer a ligação deputado/elector», inteiramente possível no actual quadro institu-

cional, considerando que, apesar das limitações decorrentes da forma de funcionamento e composição política da Assembleia da República, o seu trabalho registou resultados positivos na resolução ou início de resolução de alguns problemas (Bairro da Atouguia, traçado de rodovias, questões da Saúde e do Ambiente, entre outras).

Agostinho Lopes, sublinhou, porém, a necessidade de alterar alguns instrumentos parlamentares, como os requerimentos e perguntas ao Governo, de forma a permitir uma relação mais pronta e transparente entre a actividade dos deputados e as decisões executivas do Governo, considerando, ainda, que os instrumentos à disposição dos deputados são insuficientes para a concretização das missões constitucionais que lhes estão atribuídas.



A questão da Grundig foi várias vezes tratada, quer em Comissão quer em Plenário

Ambiente vai mal em Gondomar

O deputado Honório Novo entregou na Assembleia da República vários requerimentos relativos a problemas em Gondomar, reconhecidos na visita que efectuou àquele concelho. Destaca-se, assim, a preocupação em relação à qualidade das águas fluviais que, pelo alerta da Delegação de Saúde, se julga péssima. Uma das principais queixas diz respeito à albufeira de Crestuma-Lever, que apresenta elevados índices de poluição para uma

zona de recreio, motivados pela utilização excessiva de motos de água e pelas descargas da empresa TURBOGÁS.

Também os investimentos do Programa Operacional Ambiente (II QCA) na praia de Zebreiros constituíram uma preocupação assumida na visita, nomeadamente em relação a várias infra-estruturas que, nesse âmbito, foram construídas naquela praia fluvial mas cujo processo de degradação, até ao seu desa-

parecimento, causa especial transtorno aos veraneantes.

Nessa visita ficou também patente a estranheza da população em relação ao aproveitamento privado da Lagoa de Pombal, uma zona com um grande potencial turístico e de lazer mas que serve de marina privada. A este propósito foi, aliás, entregue na Assembleia da República um requerimento procurando clarificar os verdadeiros projectos em torno desta lagoa.



A Lagoa de Pombal, de grande potencial turístico, serve de marina privada

Quem tem mão no Alberto João?

As declarações do presidente da Região Autónoma da Madeira, Alberto João Jardim, e do líder do PSD/Madeira, Jaime Ramos, de que por detrás da legislação que des-criminaliza o consumo da droga estão «interesses económicos» e de que os lobbies dos traficantes, dos gays e da comunicação social «mandam em Lisboa», suscitaram de imediato indignadas reacções de protesto.

Comentando estas afirmações, Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, considerou como «maior tentação» a de «não dar troco nem confiança às grotescas enormidades, provocações, calúnias e insultos debitados» por semelhantes personagens.

Porém, «para que não se confunda um justo desprezo com uma nefasta distração» Vítor Dias acrescentou que, «mais uma vez, o que provavelmente vai sobrar de importante e significativo destas cenas anuais do Chão da Lagoa é a chocante incapacidade dos líderes do PSD se demarcarem clara e rispidamente das torpes afirmações desta gente desqualificada que representa e dirige o PSD na Madeira».

BARREIRO PS está com medo

A perspectiva de um mau resultado eleitoral está a pôr o PS nervoso, levando os seus vereadores a abandonar os pelouros que detinham desde o início do mandato. Os termos usados pela direcção local do PS para dar nota do sucedido assumem, contudo, contornos «tão baixos» que mereceram de imediato o repúdio da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP. Aliás, diz o PCP, desde o início que o PS, através de acordos pós-eleitorais, pretendeu isolar dos presidentes de Junta eleitos pela CDU, quando em maioria relativa, mostrando já então dificuldades na convivência e respeito pela vida democrática. É nesta atitude que se insere a posição irresponsável agora tomada pelos vereadores socialistas e já manifestada quando, no mandato anterior, se recusaram a aceitar pelouros. O medo leva-os agora a recorrer à calúnia, que os eleitores não deixarão de avaliar.

OVAR Insegurança campeia

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP considera que o Executivo municipal deveria dinamizar o Concelho Municipal de Segurança que, reunindo de acordo com o previsto na lei 33/98 representantes das forças de segurança, das autarquias e de outras organizações a definir, tem um importante papel a desempenhar enquanto entidade com funções de natureza consultiva, de articulação, de informação e de cooperação, no âmbito da segurança. É que, sem entrar em alarmismos, a insegurança tem aumentado também em Ovar, onde, nos últimos meses, para já não falar nos «esticões» na via pública, se têm verificado inúmeros assaltos, quer em escolas básicas, caso de S. João e S. Miguel, quer em bombas de gasolina, estabelecimentos comerciais, garagens particulares ou outras instituições, como na Associação dos Diabéticos.

MARINHA GRANDE Câmara provoca

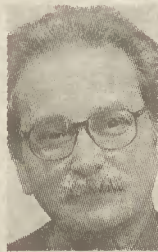
A Câmara Municipal da Marinha Grande, de maioria PS, não pára de provocar os trabalhadores «excedentários» da Manuel Pereira Roldão, a quem juntamente com o Governo tudo prometeu mas para quem ainda não apontou qualquer solução. Assim, acusa a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, numa atitude «arrogante», sem qualquer solidariedade e usando os meios camarários, retirou por diversas vezes as faixas que os trabalhadores têm vindo a colocar denunciando a sua grave situação. O PCP, solidário com os trabalhadores, exige, pois, que o Governo e a Câmara do PS «cumpram os compromissos que assumiram» e deixem de afrontar os trabalhadores.

QUINTA DO CONDE Cemitério, já!

Um abaixo-assinado posto a circular pela Comissão de Freguesia da Quinta do Conde do PCP exige que o presidente da Câmara de Sesimbra proceda à abertura do cemitério que, sem explicação plausível, continua encerrado meses depois de construído. Correspondendo aos anseios da freguesia, foi a CDU que, presidindo então aos destinos da autarquia, procedeu à escolha do local, à elaboração dos projectos, à abertura de concursos, apesar dos obstáculos colocados pela oposição socialista à obra que, iniciada em Setembro de 1998, se previa estivesse concluída seis meses depois. Entretanto, a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que tanto propagandeou o início das obras - como de iniciativa socialista se tratasse -, findas as mesmas nada tem feito para a abertura deste equipamento.

O L'Unitá de Gramsci voltará!

A notícia do encerramento do L'Unitá não surpreendeu. A crise era pública e notória. O jornal vendia cada vez menos e ter-se-ia tornado economicamente insustentável. A 28 de Julho cessou a publicação, com os trabalhadores a ocuparem as instalações.



Albano Nunes
Membro do Secretariado

A notícia ecoou pela Itália e pelo mundo. Amargura e tristeza entre os comunistas e o movimento operário italiano, mas não só. Mesmo muitos daqueles que no plano ideológico e político nada tinham a ver com os valores e ideais que durante décadas o L'Unitá representou, se terão sentido mais pobres. Um sobressalto próximo da inquietação e talvez do medo, fez estremecer a Itália.

O L'Unitá, fundado por António Gramsci em 1924 pouco depois da

subida de Mussolini ao poder, e que tão importante papel desempenhou na resistência ao fascismo, na Libertação, na luta da classe operária e do povo trabalhador italiano, desaparece num momento em que a vida política italiana se carrega de sombras. Precisamente quando as forças da direita e da reacção se reagrupam em torno de Berlusconi e se preparam para regressar ao governo. Quando os herdeiros de Mussolini, os chamados «ex» ou «pós»-fascistas da Aliança Nacional de Fini, em que a própria neta do «Duce» é estrela, crescem em ambição e arrogância, tendo mesmo conquistado nas recentes eleições a presidência do município de Roma.

Sim. O L'Unitá faz falta aos trabalhadores e ao povo italiano no seu combate pela democracia e o socialismo. Faz falta à Europa e ao mundo progressista.

Mas atenção! Neste jornal que agora desaparece já só o título e pouco mais tinham que ver com o L'Unitá fundado por Gramsci, durante muitas décadas, órgão central do movimento operário.

«O L'Unitá foi durante muitas décadas a tribuna do movimento operário»



do PCI, o L'Unitá se transformara num diário semelhante aos demais. A sua característica de jornal comunista, de e para os trabalhadores, combativo, inconformado com as injustiças e desigualdades sociais, apontando às massas a perspectiva de uma sociedade nova, foram estiolando à medida que uma fornada de «jovens turcos», «moderna» e cheia de «aspirações de poder» tomara conta de posições-chave do Partido, nomeadamente nas áreas da informação, ideológica e internacional, como os Fassino, os D'Alema, os Veltroni. Avançaram aproveitando os atalhos reformistas abertos pelo «eurocomunismo» e invocando Gramsci para combater o marxismo-leninismo, depois Lênine, de seguida Marx e por fim o próprio materialismo. E quando, cavalcando a degenerescência oportunista da «perestroika» e apoiado por Gorbachov, Yakovlev e outros dirigentes do PCUS, Occhetto dá o golpe e proclama abertamente a intenção de liquidar o PCI, o L'Unitá coloca-se na vanguarda do processo, e Massimo D'Alema, o seu director de então, dá-lhe a machadada final, criando primeiro o PDS e depois os DS, «Democratas de Esquerda».

O L'Unitá torna-se o jornal da «Coisa»; os comunistas, que se organizam no Partido da Refundação Comunista, terão de criar de raiz o *Libera-zione* para que a imprensa comunista não desapareça no seu país.

... a coisa nenhuma

Entristece-nos o desaparecimento do L'Unitá de Gramsci, comunista, não do jornal de D'Alema, social-democrata de direita, que se apropriara de um prestigiado símbolo para o pôr ao serviço da política do grande capital. O desaparecimento de um jornal intitulado abusivamente de L'Unitá pode afinal introduzir um elemento positivo de clarificação. Fornece em qualquer caso abundantes elementos de reflexão sobre a trajetória de um partido que, tendo sido o maior do mundo capitalista (1976: quase 2 milhões de membros e 34,4% do eleitorado), de cedência em cedência às pressões políticas e ideológicas externas, acabou renegando tudo na sua identidade revolucionária. Aduldo pela burguesia, invocado para o combate ao PCP particularmente no período revolucionário, fez todas as concessões possíveis e imagináveis para chegar ao governo. Quando lá chegou já tinha deixado de ser comunista, e rendeu-se definitivamente ao sistema. O papel do governo de D'Alema na guerra contra a Jugoslávia, no reforço da NATO, no esforço de articulação do imperialismo europeu e norte-americano - vide a «Cimeira dos Progressistas» de Florença - aí estão a mostrar que não só é realmente um «ex-comunista» como é um «neo»-liberal de direita. Entretanto D'Alema já teve de ceder a outro o seu lugar de primeiro-ministro e tudo indica que cumprirá com coerência o papel de devolver todo o governo à direita de Berlusconi, Fini, Bossi e companhia. O sobressalto provocado pelo encerramento do L'Unitá, que também tem que ver com esta perspectiva negativa, pode desencadear uma reacção positiva das massas. Assim o desejamos.

De jornal da «Coisa»...

Há muito já que, transformado apenas em «jornal comunista», acompanhando e por vezes antecipando o processo liquidacionista

L'Unitá
più forte il Pci, più forte
la causa dei lavoratori,
più forte la democrazia
sottoscrivi per il Pci
e la stampa comunista
il tuo contributo
in un momento decisivo
per l'avvenire del Paese

L'Unitá
DA TUTTI I LAVORATORI PER
IL GIORNALE DEI LAVORATORI
TRE MILIARDI E MEZZO
PER IL P.C.I. E PER
LA STAMPA COMUNISTA

● Anabela
Fino, texto

Sol enganador

Lembrar Hiroshima e Nagasaki

A Carta de princípios do Tribunal Militar Internacional de Nuremberga define, na alínea c) do seu artigo VI, que constituem «crimes contra a humanidade: nomeadamente, assassinato, extermínio, escravatura, deportação, e outros actos desumanos cometidos contra quaisquer populações civis, antes ou durante a guerra (...)

O documento data de 8 de Agosto de 1945 e foi assinado pelos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França. Dois dias antes, os EUA tinham arrasado Hiroshima com o primeiro ataque atómico da história da humanidade; um dia depois, foi a vez de Nagasaki.

Às 8.15 horas da manhã, uma bola de fogo, como um pequeno sol, brilhou no céu de Hiroshima do dia 6 de Agosto de 1945, logo depois de uma enorme explosão. A intensidade de calor e a radiação libertada por este «sol enganador» foi de tal ordem que se registou um súbita e descomunal expansão de ar e uma imensa rajada de vento, mais potente do que um tufão. Hiroshima acabava de ser atingida com uma bomba atómica de urânio lançada pela Força Aérea dos Estados Unidos. Mais de 310 000 civis e mais de 40 000 militares foram directamente afectados pela bomba. Cerca de 140 000 pessoas, das quais 20 000 soldados, morreram até finais de Dezembro desse ano, e estima-

-se que 90 por cento das restantes morreram nas duas semanas seguintes. Dos cerca de 76 000 edifícios da cidade, 92 por cento foram destruídos; na cidade e arredores, apenas 6 180 edifícios (8 por cento) ficaram habitáveis. Admite-se que cerca de 15 por cento da energia libertada pela bomba - lançada sobre o centro da cidade - se transformou em raios radioactivos, 35 por cento em raios de calor e 50 por cento em rajada de vento. Três dias depois o pesadelo repetiu-se em Nagasaki, às 11.02 horas. Nos poucos segundos que o novo «sol enganador» levou a transformar-se no tristemente célebre «cogumelo», o calor libertado atingiu níveis nunca imaginados: vários

milhões de graus no momento da explosão, cerca de 300 000 graus um segundo depois, 5000 passado mais um segundo. A bola de fogo ardeu durante 10 segundos.

A imaginação não chega para conceber o horror, o sofrimento, a destruição, as sequelas que ficaram até hoje destes dois actos de barbárie cometidos há 55 anos. Mas o pior de tudo, se é que isto se pode dizer, é que passados 55 anos e muitas guerras depois, todas «humanitárias», os EUA continuam a testar nas populações as suas novas armas, e a não reconhecer autoridade a nenhum tribunal do mundo para julgar os seus actos.

As novas guerras

Nenhum argumento pode legitimar o que se passou em Hiroshima e em Nagasaki, mas a verdade é que mais de meio século depois as campanhas de desinformação pública conduzidas pelos EUA fizeram o seu curso, e não falta quem «acredite» que o genocídio foi «necessário» para pôr termo à II Guerra Mundial. Como se à data o Japão não procurasse já uma forma «honrosa» de se render; como se o assassinio em massa pudesse ser legitimado de qualquer forma. A «bondade» da decisão norte-americana em recorrer à bomba atómica, que todos os documentos *Top secret* entretanto

desclassificados desmentem, continuou a ser negada pela prática seguida nas últimas décadas. Hoje, após inúmeros ensaios no terreno, e graças aos avanços tecnológicos, os EUA podem advogar a sua total proibição; já não são precisos. E novas armas, mais eficazes e menos «sujas», fazem parte dos seus arsenais: foram testadas na Guerra do Golfo e mais recentemente na Jugoslávia, a pretexto do Kosovo. As vítimas fazem parte de «danos colaterais» das novas guerras, onde o que importa é a destruição sistemática das infra-estruturas. Que os países alvos regridam décadas no seu desenvolvimento; que ressurgam doenças há muito desaparecidas; que a taxa de mortalidade aumente e a pobreza cresça, pouco importa. O que é preciso é domar (ou eliminar) os insubmissos, a quem se assaca a responsabilidade de todas as vicissitudes, e abrir o caminho ao *american way of life*, que o mesmo é dizer ao neoliberalismo. Que podem os povos fazer? Resistir, lutar. Como diria o «velho António», que o subcomandante Marcos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (México) gosta de citar: «Em numerosas batalhas, a força permite obter a vitória, mas uma guerra não se ganha a não ser pela razão. O poderoso jamais poderá tirar a razão da sua força, ao passo que nós podemos sempre tirar força da nossa razão.»

A decisão

A ordem escrita para usar a bomba atómica contra cidades japonesas foi dada pelo general Groves a 25 de Julho de 1945. O presidente

Truman e o secretário de guerra, Stimson, aprovaram-na em Potsdam.

A ordem não faz qualquer referência a alvos com objectivos militares ou à salvaguarda de civis. As próprias cidades eram os alvos. A ordem previa igualmente mais ataques.

«Bombardeamentos adicionais» podiam ser feitos «logo que houvesse condições logísticas».

Na sua ordem para se usar a bomba atómica, o general Groves apontava como «alvos: Hiroshima, Kokura, Niigata e Nagasaki», e informava que seriam dadas novas «instruções respeitantes a outros alvos para além dos apontados».

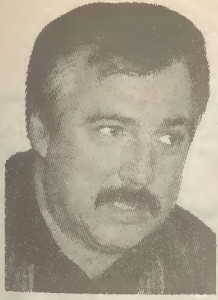
O general Groves não descurou igualmente o interesse militar e científico da missão. A ordem de ataque especifica que «avião suplementar [com pessoal militar e com cientistas do Departamento de Guerra] deve acompanhar o que transporta a bomba», para «observar e filmar os efeitos da explosão». As medidas de segurança também não foram negligenciadas: «os aviões de observação devem ficar a várias milhas de distância do ponto de impacto da bomba.»

Escusado será dizer que as ordens do general incluíam a proibição total de «qualquer discussão ou informação» sobre o uso da bomba, matéria reservada exclusivamente ao «Secretário de Guerra e ao Presidente dos Estados Unidos».



O general Groves assinou a ordem para usar a bomba atómica contra cidades japonesas a 25 de Julho de 1945

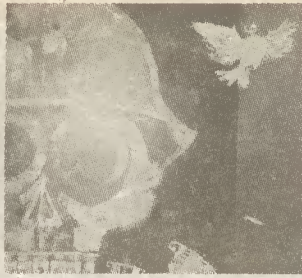




Arraial de culturas

Vitor Sarmiento fala do Palco Arraial e das alterações introduzidas este ano.

Pág. 16



Espaço Internacional

Vinte e sete delegações estrangeiras já estão confirmadas no espaço internacional.

Pág. 17



Feira da Ladra

O êxito deste procurado local depende dos contributos que cada um possa dar.

Pág. 18

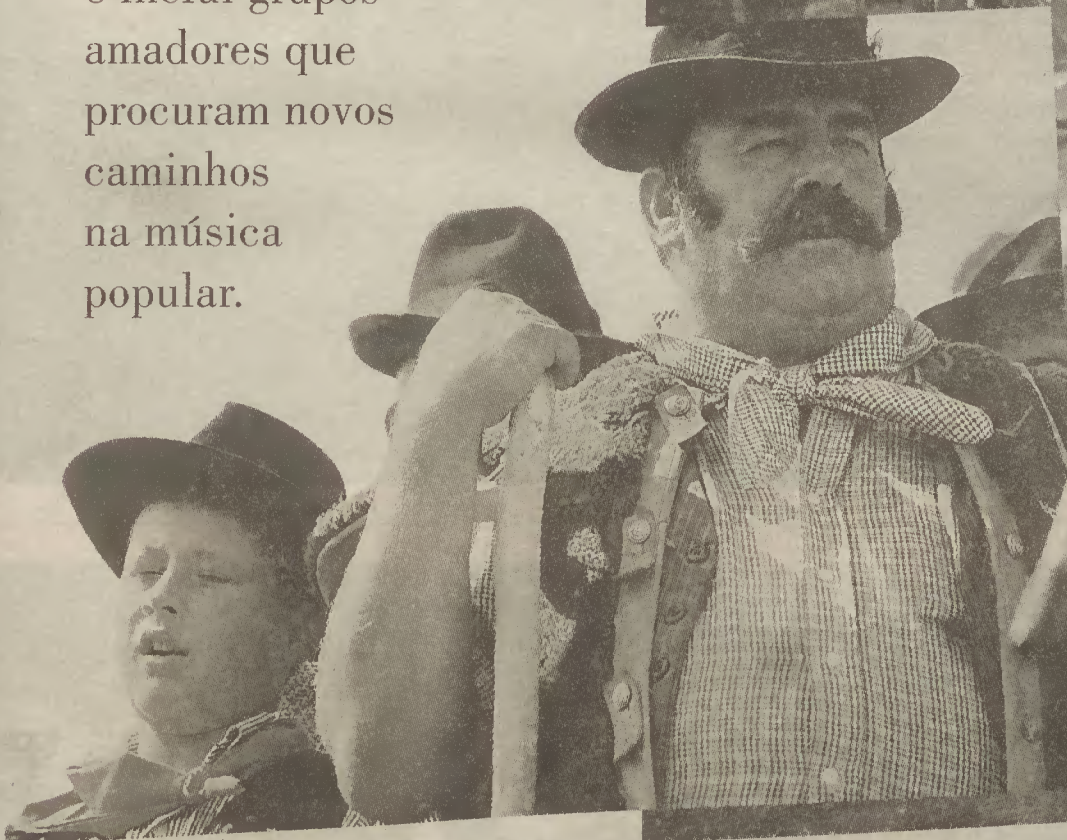
Avante! festa!

FESTADO Avante! 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIJA • AMORA • SEIXAL

Raízes populares

O Palco Arraial privilegia os grupos folclóricos e etnográficos portugueses, mas este ano a programação abre-se ainda aos sons de comunidades imigrantes e inclui grupos amadores que procuram novos caminhos na música popular.



Três dias de tradições

O Palco Arraial tem sido uma importante montra do folclore e da música tradicional portuguesa. Neste espaço todos os anos desfilam centenas de músicos e dançarinos, na sua esmagadora maioria amadores, que mantêm vivas por esse país fora as tradições musicais populares.

Mas a sociedade tem mudado com a chegada de comunidades imigrantes que se têm fixado em sobretudo nos grandes meios urbanos. À semelhança do aconteceu com migrações internas, consigo as novas gentes trouxeram hábitos e costumes, as cores e os sons das suas terras, que cultivam em associações e colectividades entretanto surgidas nas cinturas industriais. É esta realidade intercultural que a organização da Festa pretende reflectir na programação da presente edição palco Arraial, que pela primeira vez incluirá grupos de Cabo Verde e de etnia cigana. Sendo esta a principal novidade do Palco Arraial, como referiu ao «Avante!» o seu responsável, **Vitor Sarmento**, a presença de outros grupos reflecte um esforço para diversificar a oferta de espectáculos neste espaço.

Um programa recheado

Assim, para além da actuação de dois grupos corais de associações de reformados da Amora e do Fogueteiro, a noite sexta-feira será animada com a apresentação de danças de salão do Grupo Desportivo Estrelas de Aljezur. Sonocracia e Erva de Cheiro — dois grupos que fazem uma abordagem criativa da música popular — encerram a noite.

O sábado é quase totalmente preenchido com a actuação de grupos etnográficos e ranchos folclóricos de vários pontos do país. O desejável, diz Vitor Sarmento, «seria conseguir uma mostra do folclore de todas as regiões do país incluindo dos Açores e Madeira. Isso seria possível se contássemos com uma maior ajuda das organizações do Partido na procura de mais grupos».

A noite culmina com a actuação de dois grupos de Cabo Verde, ambos constituídos no seio do Sporting Clube da Reboleira: «Batuta Franca-Funaná» e «Batuko Rais de Cau Verde», este último formado exclusivamente por mulheres. Segue-se o folclore alentejano com o grupo Estrelas do Tejo, que dá depois lugar ao «Barabari», formação de etnia cigana que promete inflamar a assistência com os ritmos entusiasmantes da música de raiz sevilhana.

«São espectáculos que naturalmente irão atrair muitos visitantes que pertencem a estas comunidades, mas estamos certos que o público em geral irá gostar destes espectáculos».

No domingo, a programação prossegue com o folclore português e termina com o grupo Maranuns, que parte de temas da música popular de Trás-os-Montes.

Arraial de culturas

O espírito amador

Ao todo, estão previstas mais de duas dezenas de actuações nos três dias da Festa, envolvendo mais de 600 pessoas. A este número impressionante devemos acrescentar o facto de serem todos amadores e de virem a actuar à Festa do «Avante!» graciosamente: «Para além do vasto público da Festa, a contrapartida que estes grupos recebem resume-se à alimentação e aos transportes.»

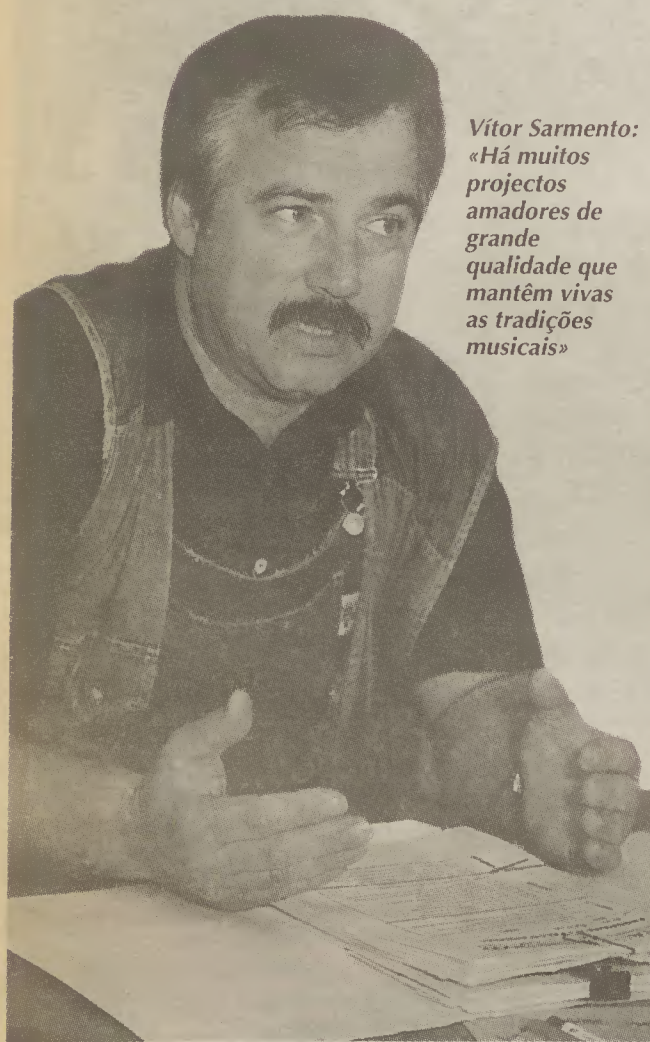
Porém, amadorismo não significa menor qualidade: «Por esse país fora há uma

quantidade apreciável de projectos amadores com grande qualidade, que não só mantêm vivas as tradições musicais como se dedicam à pesquisa da música tradicional», diz Vitor Sarmento, considerando que «este espírito amador nem sempre é reconhecido e valorizado».

Por isso, este ano a organização da Festa irá atribuir uma pequena recordação a todos os participantes como forma de agradecimento pela sua presença.

Mas se a qualidade está bem presente nos grupos que vão ao Arraial, este não é um

critério absoluto: «Neste palco damos também oportunidade a grupos com pouca experiência alguns dos quais revelam grande qualidade. Temos assim surpresas muito positivas e algumas menos positivas, mas pensamos que só se aprende a caminhar, caminhando, e algumas destas formações para crescerem têm de actuar, de aprender a estar em palco. O palco Arraial, tal como outros espaços da Festa do «Avante!», têm ajudado muitos grupos a crescer e queremos continuar a fazê-lo.»



Vitor Sarmento: «Há muitos projectos amadores de grande qualidade que mantêm vivas as tradições musicais»

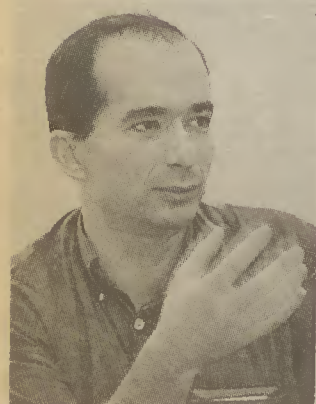


Batuko Rais de Cau Verde, vozes e ritmos de África (foto da esquerda); em cima, Barabari, música sevilhana; à direita, Novo Rumo, um grupo de jovens da Zambujeira do Mar que propõem um espectáculo de música e dança

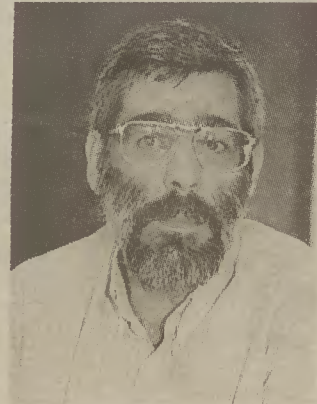


Rectificação

Devido a um lamentável erro tipográfico, saíram trocadas algumas legendas da reportagem sobre a exposição «Materialmente» da Festa do Avante!, publicada na semana passada. Pelo facto, pedimos desculpa. Nesta edição, voltamos a publicar as fotografias, agora acompanhadas pelos nomes certos.



Hélder Araújo



Manuel Crisóstomo



Dois dos painéis de Eduardo Neves que vão estar expostos no Espaço Internacional

Espaço Internacional Pelo fim das armas nucleares

Renovado e valorizado por obras realizadas no terreno, o Espaço Internacional tem como tema forte a exigência da abolição das armas nucleares. A exposição política aposta neste tema e liga-o à actual fase de extrema agressividade do imperialismo, ao novo conceito estratégico da Nato e à corrida aos armamentos. Quatro debates tratarão ainda de outros temas: a actual situação de Timor-Leste, um ano passado sobre a independência; os problemas da posse da terra e da sua injusta repartição; o bloqueio a Cuba e a resistência do seu povo, e a questão do Saara Ocidental, nação oprimida há décadas por Marrocos e que luta pela autodeterminação. No «Palco da Solidariedade» terão lugar espectáculos com música de vários pontos do mundo. O visitante pode ainda usufruir da gastronomia típica de outras paragens, adquirir o seu artesanato e aprender sobre a sua vida, cultura e luta nos stands.

Até ao momento está confirmada a presença de 27 delegações estrangeiras: Partido Comunista Alemão (DKP), Partido do Socialismo Democrático (PDS), Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Bolívia, Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, PAICV (Cabo Verde), Partido Comunista do Chile, Partido Comunista da China, FARC-EP da Colômbia, Partido dos Trabalhadores (PT) da Coreia, Partido Comunista de Cuba, Bloco Nacionalista Galego (Espanha), Partido Comunista de Espanha, Partido dos Comunistas da Catalunha (Espanha), Partido Comunista Britânico, Partido Comunista da Grécia, Partido dos Trabalhadores (PT) da Hungria, Partido Comunista do Iraque, Partido da Refundação Comunista (Itália), Partido da Vanguarda Democrática Socialista (Marrocos), OLP (Palestina), Partido Comunista Peruano, PC Boémia e Morávia (República Checa), Frente Polisário (Saara Ocidental), Partido Suíço do Trabalho, FRETILIN (Timor-Leste), Partido Comunista do Vietname.

Contribui para a Feira da Ladra O usado tem valor



Quantas vezes abrimos o armário e pensamos que um dia destes temos de deitar fora aquele par de calças, que nos faz lembrar que já fomos magros; o um blusão que deixamos de usar por estar fora de moda; uns sapatos que nunca conseguimos «domesticar» e que são um martírio para os pés; isto para não falar das «quinquilharias» de toda a espécie (copos, autocolantes, crachás, isqueiros, canetas, livros, etc.) que ao longo dos anos nos foram enchendo gavetas e prateleiras. Coisas quase todas em bom estado, com pouco uso que até dá pena deitar fora. Mas que fazer?... o espaço é cada vez mais escasso.

Se é esse o caso, a solução pode muito bem ser a Feira da Ladra, o

Pavilhão do Coleccionador e o Sai Sempre, três stands que a Organização Regional de Lisboa promove todos os anos na Festa e que constituem um chamariz para centenas de apaixonados por antiguidades, curiosidades e pechinchas.

Mas para que o êxito destas iniciativas se mantenha é necessário que os materiais sejam entregues o mais rapidamente possível nos centros de trabalho mais próximos ou directamente no Centro de Trabalho Vitória.

O prazo limite é até dia 25 de Agosto, mas os organizadores agradecem a máxima brevidade.

É que é preciso classificar os materiais e prepará-los para Festa.



Aveiroapura banda para a Festa

A Direcção Regional de Aveiro da JCP organizou na passada sexta-feira, um festival de bandas integrado na preparação da Festa do «Avante!». Quatro formações chegaram a esta final depois de terem superado quatro pré-eliminatórias realizadas nos últimos meses em concelhos do distrito. São eles os Wysiwyg (Aveiro); Joyasm (Feira) Zinzum (Estarreja) e Society Kills (Espinho). A banda Joyasm foi a preferida pelo Júri, este ano composto por Joel Fernando, guitarrista de Ovar, Álvaro Teixeira Lopes, professor da Universidade de Aveiro e concertista-pianista, Victor Hugo, vocalista dos Bui de S. João da Madeira, e Nandinho, baterista dos Ez Special, de Estarreja. A banda vencedora foi anunciada não sem antes ter sido destacada a qualidade dos restantes grupos que contribuíram para uma grande noite de música que entusiasmou as centenas de jovens que formavam a

assistência. Os Joyasm vão estar no Palco dos Novos Valores, onde mostrarão um pouco da boa música que se faz no distrito. Mas se o balanço final foi positivo, a JCP teve de superar várias dificuldades para realizar o festival já que a Câmara Municipal de Ovar, à semelhança do que aconteceu no ano passado, voltou a não ceder o palco e luz eléctrica que estavam disponíveis a poucos metros da estrutura que a organização teve de alugar. A JCP já manifestou o seu «mais vivo repúdio por esta lamentável atitude do executivo camarário, tomada à revelia dos mais elementares valores da convivência democrática. Entretanto, «e porque se trata efectivamente de um bem público cujo acesso não pode ser condicionado a critérios incompreensíveis», a JCP decidiu enviar uma exposição ao Provedor da Justiça, tendo já enviado um relatório dos acontecimentos ao Grupo Parlamentar do PCP.



Adquirida agora, a EP custa apenas 2300 escudos. Nos dias da Festa o preço será de 3100 escudos

FESTA
Avante!
2000

SEXTA-FEIRA

FESTA
Avante!
2000

SÁBADO

FESTA
Avante!
2000

DOMINGO

1 2 3
TÍTULO DE SOLIDARIEDADE

FES
123 SE

Diário de Truman, 25 de Julho de 1945

O presidente Truman considerava os japoneses «selvagens», mas insiste no seu Diário na versão de que os alvos que mandara atingir com bombas atômicas eram «puramente militares». O que escreveu nesse dia revela que o presidente dos EUA estava plenamente consciente da capacidade devastadora da nova arma, que considerava poder vir a ser «a mais útil de todas»:

«Descobrimos a mais terrível bomba na história do mundo. Pode ser o fogo da destruição profetizado na era do Vale Eufrates, depois de Noé e da sua fabulosa Arca.

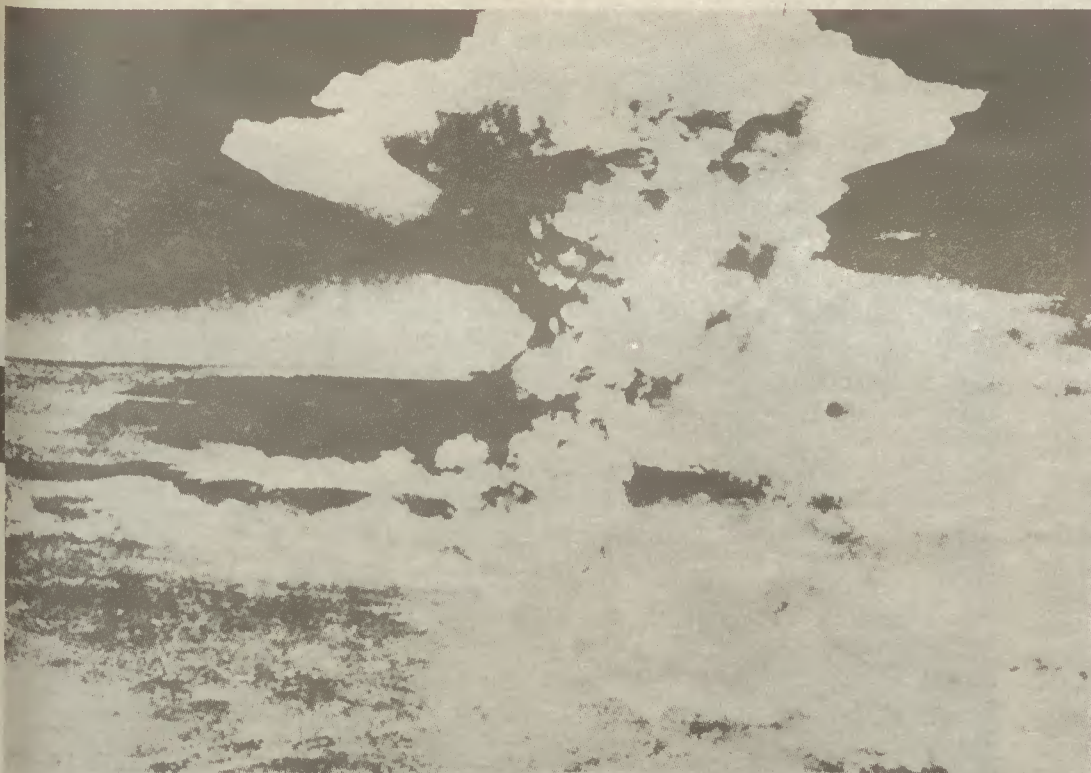
«Seja como for “pensamos” que descobrimos a forma de provocar a desintegração do átomo. Uma experiência no deserto do Novo México foi espantosa - para não exagerar. Treze pounds [unidade de peso equivalente a 453,6 gramas] de explosivo provocaram a desintegração completa de uma sólida torre de 60 pés de altura, fazendo uma cratera de 6 pés de profundidade e 1,200 pés de

diâmetro, atingindo uma sólida torre a 1 milha de distância e derrubando homens a 10,000 jardas de distância. A explosão foi visível a mais de 200 milhas e ouvida a mais de 40 milhas.

«Esta arma é para ser usada contra o Japão entre hoje e 10 de Agosto. Disse ao Sec. de Guerra, Mr. Stimson, para usá-la em objectivos militares e que soldados e marinheiros eram o alvo, não mulheres e crianças. Mesmo que os japoneses sejam selvagens, cruéis, desumanos e fanáticos, nós como dirigentes do mundo para o bem comum não podemos lançar essa terrível bomba numa capital velha ou nova.

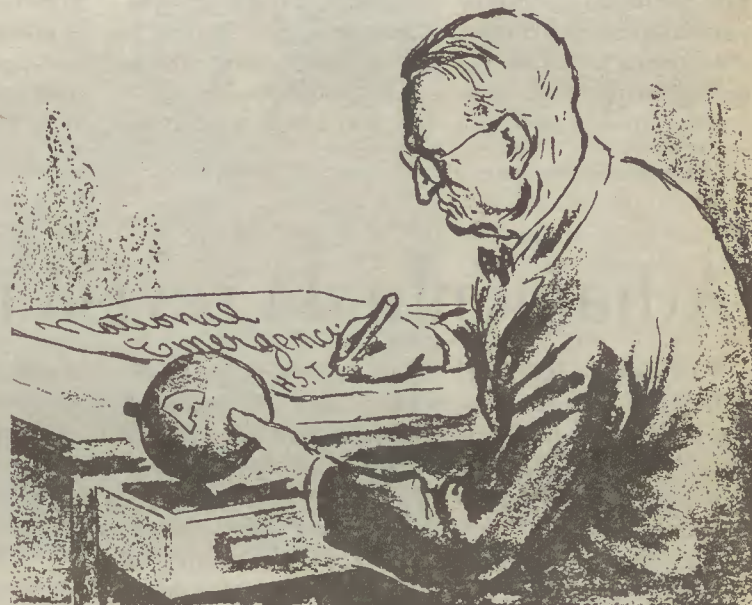
(...) «Esta parece ser a mais terrível coisa jamais descoberta, mas pode ser a mais útil de todas...»

Calcula-se que a bomba lançada sobre Hiroshima tinha uma potência equivalente a 12,5 kilotoneladas de TNT, e que a que atingiu Nagasaki tinha uma potência equivalente a 22 kilotoneladas de TNT.



(Em cima) A enorme nuvem atômica que envolveu Hiroshima às 8h15 da manhã de 6 de Agosto de 1945. (Em baixo) Ruínas da cidade a 900 metros do epicentro da explosão

Na Ponte Miyuki, em Hiroshima, sobreviventes, queimados e feridos, incapazes já de darem mais um passo para fugir ao pesadelo (a 2,2 quilómetros do epicentro da explosão)



O discurso de Truman

A 9 de Agosto de 1945, numa mensagem radiofónica transmitida a partir da Casa Branca, o presidente dos EUA, Harry Truman, falou do ataque atômico a Hiroshima referindo-se a esta cidade como se fosse «uma base militar». O aparente equívoco do presidente, patente no excerto do discurso que a seguir se reproduz, não pode ter sido inocente: nessa altura, Hiroshima já tinha sido reduzida a escombros e uma segunda bomba atômica destruíra igualmente Nagasaki. O genocídio era por de mais evidente para que se possa acreditar na «ignorância» de Truman.

«O mundo tomou conhecimento que a primeira bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima, uma base militar. Isto sucedeu porque desejamos com este primeiro ataque evitar, tanto quanto possível, a morte de civis. Mas o ataque é só um aviso do que está para vir. Se o Japão não se render, serão lançadas bombas contra as suas indústrias de guerra e, lamentavelmente, perder-se-ão milhares de vidas civis. Instamos os civis japoneses a abandonar imediatamente as cidades industriais, e a salvar-se da destruição.»

A hipocrisia destas palavras, proferidas *a posteriori* do ataque sem aviso prévio a duas cidades densamente povoadas, dispensa comentários.

* Fonte: Documentos públicos do presidente dos Estados Unidos: Harry S. Truman, contendo as mensagens públicas, discursos e depoimentos do presidente de 12 de Abril a 31 de Dezembro, 1945 (Washington D.C.: Imprensa Oficial do governo dos EUA, 1961, pág. 212). O texto completo foi publicado no New York Times, a 10 de Agosto de 1945, na pág. 12.

Acampamentos por todo o País assinalam a actividade de Verão da JCP, marcada pela afirmação das propostas políticas

Em festa até à Festa

Os acampamentos da JCP, iniciativas de grande convívio e animação, constituem igualmente momentos ímpares de enquadramento e recrutamento e, como tal, de reforço da organização.

A JCP está a braços com uma intensa actividade. O Verão do ano 2000 está a ser marcado por uma série de iniciativas de convívio e de festa que, pelos frutos que daí advém ao nível do enquadramento de militantes mais desligados, do estreitamento das relações humanas entre os camaradas e do próprio recrutamento, constituem iniciativas de grande importância na vida de uma organização juvenil. Desde os festivais de apuramento de bandas para a Festa do «Avante!», até outro tipo de iniciativas, os acampamentos são talvez o melhor exemplo disto mesmo.

Este Verão, um pouco por todo o País realizaram-se acampamentos regionais da JCP, envolvendo centenas de camaradas e amigos, em fim-de-semana marcados por muito convívio, muita intervenção política e, sobretudo,

muita vontade de transformar o mundo.

Música, debates, cinema

O «pontapé de saída» foi dado nos Açores, com um acampamento na Terceira, sobre as questões do ambiente, com a participação de 20 pessoas. No fim-de-semana de 14, 15 e 16 de Julho, a Organização Regional de Lisboa foi acampar para a Ericeira.

Nos acampamentos ficou vincada uma grande vontade de transformar

Foram aproximadamente 20 os camaradas que estiveram presentes no acampamento onde se debateu as questões da face agressiva do imperialismo, com o participação da camarada Margarida Botelho, da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

No fim-de-semana seguinte foram seis os acampamentos. Na Lagoa de Santo André

a Organização Regional de Setúbal reuniu cerca de 100 jovens naquela terra alentejana e, entre muitas outras actividades, discutiu-se sobre o Partido que somos e queremos ser com o camarada José Casanova.

A Organização Regional de Santarém reuniu 40 camaradas e amigos na praia fluvial dos Olhos de Água, em Alcanena, e conversou em torno do tema «PCP, partido da juventude», com a participação da camarada Luísa Araújo. Houve ainda tempo para a projecção do filme «Os Virtuosos».

Na Figueira da Foz estiveram reunidos cerca de 30 jovens da organização regional de Coimbra. Margarida Botelho foi a convidada num debate sobre as questões da pena de morte.

A Organização Regional do Litoral Alentejano reuniu-se para acampar em Sines (S. Torpes). Foram 15 os camaradas presentes.

As organizações regionais de Évora, Beja e Portalegre reuniram-se em Vila Nova de Milfontes. Eram cerca de 70 os jovens presentes neste acampamento onde houve ainda lugar para um concerto de música moderna e de



A JCP levou a animação a todo o País

intervenção a lembrar que a luta é e continuará a ser o caminho.

Em Valhelhas estiveram a acampar 50 jovens das organizações regionais de Castelo Branco e da Guarda. O debate foi sobre a pena de morte e contou com a presença da camarada Célia Violante, da direcção da JCP.

No passado fim-de-semana, nos dias 28, 29 e 30 de Julho, decorreram mais quatro acampamentos. Em Valongo estiveram 15 jovens do Porto que

discutiram as questões da pena de morte. Em Feradouro esteve reunida a Organização Regional de Aveiro. Decorreu no acampamento um debate com a camarada Margarida Botelho sobre as questões da pena de morte e ainda a final do Festival de Bandas.

Em Odeceixe, foram 20 os camaradas da Organização Regional do Algarve que se reuniram em acampamento. Também a organização regional de Braga escolheu este fim-de-semana para ir acam-

par em torno das questões do ambiente. E fê-lo em Fão (Espôsende).

Estas iniciativas reforçaram a organização, deram grande visibilidade à JCP e fortaleceram-na internamente, com o estreitamento das relações entre os camaradas. São sempre momentos de recrutamento e de envolvimento de novos camaradas. Esta dinâmica de festa e de convívio terá o seu corolário na grande festa da juventude, a Festa do «Avante!». Um Verão em cheio...

Ensino secundário

Adiamento da revisão curricular é vitória dos estudantes

A Delegação Nacional saída da Reunião das Associações de Estudantes do Ensino Secundário considera que o anunciado adiamento da revisão curricular do ensino secundário constitui «um recuo inevitável perante a força das reivindicações e da luta dos estudantes».

Numa nota à imprensa, a

«Esta medida é uma manobra política que visa enfraquecer e paralisar a luta na tentativa de impor esta revisão. Mantemos a nossa reivindicação e vamos continuar a lutar por ela: exigimos a suspensão da revisão curricular e que seja aberto um processo democrático de discussão que envolve os estudan-

faz com que o acesso ao ensino superior em Portugal não tenha em conta nem o conceito de educação para todos, nem as opções dos candidatos, nem as reais necessidades do país». E prometem não baixar os braços até os *numerus clausus* desaparecerem completamente.

Por outro lado, a delegação

deram que esta é uma conquista dos estudantes e não «um acto de fé ou de boa vontade» do Ministério. «Entretanto, vamos estar atentos a todo o processo de implementação da lei, nas suas varias vertentes», prometem.

JCP solidária

A Comissão Política da JCP reiterou a sua solidariedade com a luta dos alunos do ensino secundário e sublinha que o adiamento da revisão curricular e a regulamentação da lei da educação sexu-

al são fruto da luta dos estudantes e constitui um primeiro passo para a suspensão da revisão.

Para os jovens comunistas, o aumento de vagas no superior não corresponde à eliminação progressiva dos *numerus clausus*. «Mais uma vez, o Governo promete e não cumpre, ignorando as reivindicações de dezenas de milhares de estudantes e de vários sectores profissionais da sociedade portuguesa. Não esqueçamos que o sistema de acesso ao ensino superior encerra em si um elitismo profundo e uma injustiça que se agrava

de ano para ano, aumentando as desigualdades sociais», afirmam.

Também a JCP pede ao Ministério da Educação que anuncie quais as verbas previstas para as escolas que viram aumentadas as suas vagas. Isto, porque actualmente «existem estabelecimentos em risco de fechar as portas devido à desresponsabilização financeira do Estado».

A JCP refere ainda o interesse do Governo em aumentar as vagas no ensino privado, continuando a pôr de lado a educação pública e a privilegiar as empresas privadas.



Depois dos protestos na rua, milhares de postais foram enviados ao Ministério da Educação exigindo a suspensão da revisão curricular

delegação afirma que a decisão do Governo demonstra «mais uma vez que os estudantes têm razão». No entanto, os alunos não estão satisfeitos com as medidas anunciadas, visto estas não corresponderem às suas exigências. Para eles, este facto mostra «a falta de interesse político relativamente à discussão desta matéria com os estudantes».

tes», afirma a delegação, lembrando os milhares de postais assinados por alunos de todo o país enviados ao Ministério da Educação.

Para as associações, o aumento de vagas nas licenciaturas é insuficiente, tardia e não corresponde à eliminação dos *numerus clausus*, sistema «que é mantido por razões economicistas e que

exige saber que reforço financeiro está previsto para dotar a subida das vagas. «Se o aumento de vagas não for acompanhado por um reforço financeiro adequado, a qualidade do ensino é gravemente afectada», sublinha.

As associações do secundário congratulam-se ainda com a regulamentação da lei da educação sexual e consi-

Comissão Europeia reconhece Erasmus longe do sucesso

A maioria dos estudantes europeus que vão estudar para o estrangeiro no âmbito do programa Erasmus debatem-se com problemas financeiros durante a sua estadia, segundo um relatório da Comissão Europeia referente ao período de 1997/98.

Para resolver a situação, o documento propõe a adopção de medidas de apoio indirecto, como a redução dos preços das viagens, ajudas ao alojamento e sistema de empréstimo que permita custear as despesas de mobilidade.

Outro objectivo é alargar as origens sociais dos estudantes Erasmus, pois são os alu-

nos das classes mais abastadas que mais beneficiam do programa, em detrimento dos grupos mais desfavorecidos.

De facto, a maioria esmagadora dos estudantes portugueses é obrigada a abdicar desta oportunidade face às dificuldades financeiras para suportar uma parte das despesas da frequência.

A Comissão Europeia considera igualmente necessário reforçar os direitos dos alunos. Como refere a agência Lusa, o relatório defende que estes não devem ser obrigados a pagar propinas duas vezes e deverão ser celebrados acordos entre as universidades de

acolhimento e as de origem em matéria de currículos de estudo e de reconhecimento de graus académicos.

O documento revela ainda que no ano lectivo 1997/98, apenas metade dos lugares disponíveis foram preenchidos, ou seja, 86 mil em 181 mil. Isto significa que apenas um por cento dos estudantes europeus participam no Erasmus, muito longe da meta inicial de 10 por cento.

A Irlanda e o Reino Unido continuam a ser os destinos preferidos, enquanto a Grécia, Noruega, Portugal e Itália atraem pouca gente devido à língua.



Nenhum ilusionismo pode esconder a crise do mundo rural e da agricultura familiar

Política agrícola

A propaganda dos milhões

A CNA acusa o Governo de anunciar repetidamente os mesmos «milhões de contos para investimentos na agricultura».

A frequência com que o Governo português fala dos 600 milhões de contos de investimentos na agricultura portuguesa, durante os próximos sete anos, no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, não corresponde à actual situação do sector que atravessa a mais profunda crise de sempre sem dar sinais de recuperação.

Como recorda a Confederação Nacional da Agricultura, os rendimentos dos agricultores caíram quase 40 por cento nos últimos 10 anos: um agricultor português recebe em média menos nove vezes menos dinheiro do que um irlandês e Portugal recebe menos verbas para toda a sua agricultura do que a Grécia recebe só para o algodão. Enquanto isso, os preços à produção continuam a baixar; aumentam as importações que já atingem 500 milhões de contos por ano, agravando o défice da balança de pagamentos.

É neste quadro que o ministro aparece de novo a anunciar os mesmos 600 milhões de contos que já tinham sido divulgados em Janeiro último. Por seu turno a CNA contesta

os números, sublinhando que 100 milhões já estão hipotecados a dívidas assumidas pelo Estado com projectos anteriores ao ano 2000.

Quando ao Plano Operacional, Agricultura e Desenvolvimento Rural (POADR), a Confederação revela que a União Europeia vai somente enviar até cerca de 244 milhões de contos, os quais o Estado vai ter de participar com cerca de 108 milhões de contos, e os agricultores com cerca de 320 milhões, ou seja, quase tanto como a soma das verbas comunitárias mais o dinheiro do orçamento de Estado.

Sem recursos para investir

Mas o cenário piora se, como afirma a CNA, tivermos em conta que os orçamentos de Estado estão sem recursos financeiros e que os agricultores já não têm meios para novos investimentos. Tanto mais que no âmbito do POADR, os agricultores vão ter de pagar em média mais 15

por cento do que pagavam até aqui no âmbito do 2.º QCA. Assim, um tractor vai custar mais 500 contos e o hectares de pomar mais 150 contos, pagos pelo produtor.

Isto significa que o total do dinheiro público disponível para os sete anos do POADR atingirá quanto muito os 252 milhões de contos, o grosso dos quais deverá ser absorvido pela grande agro-indústria, pelo sector das grandes empresas de transformação e comercialização e pela floresta industrial.

E se por um lado é positivo que a gestão dos fundos esteja regionalizada a nível das CCR's, já merece críticas o facto de os agricultores terem uma representação mínima, situação que outros sectores poderão aproveitar para desviar verbas da agricultura para outras finalidades.

A CNA refere ainda outras medias positivas, algumas que resultaram de propostas suas, nomeadamente as majorações, que permitem a atribuição de maiores subsídios para os projectos das pequenas explorações agrícolas em zonas consideradas desfavorecidas e para os projectos dos jovens agricultores. Porém, estas majorações não chegam para repor o nível de co-financiamento público praticado anteriormente e que atingia 65 por cento do 2.º QCA.

Por que luta a CNA?

«A CNA protesta por protestar e apenas para fazer agitação política»; «a CNA não tem propostas para a resolução dos problemas»; «a CNA e os seus dirigentes manipulam os agricultores com finalidades políticas». Porém, apesar das desbragadas declarações do ministro, a CNA tem um património de luta de que se orgulha através da qual tem alcançado importantes benefícios para os agricultores.

Em recente nota à imprensa a organização destaca entre os resultados conseguidos:

– o compromisso do ministro de aplicar a modulação, ou seja a redução por escalões de ajudas directas ou subsídios INGA aos grandes proprietários

para reforço dos apoios às explorações familiares;

– a manutenção do preço do gasóleo agrícola, exigência levantada apenas pela CNA em Março último;

– uma menor redução da bonificação de seguros agrícolas e a inclusão de mais culturas afectadas pelas intempéries com direito a apoios;

– a reclassificação dos solos e a redução do valor das rendas dos rendeiros da Herdade da Comporta;

– melhorias em aspectos da sanidade animal, como o aumento das indemnizações por abate sanitário, encurtamento dos prazos de retirada dos animais doentes, ajudas ao repovoamento dos efectivos

e introdução da vacina contra a brucelose;

– indemnizações aos produtores de tomate da península de Setúbal devido ao vírus do bronzeamento do tomate;

– escoamento da batata e ajudas à armazenagem;

– a manutenção de centenas de lagares de azeite e de serviços da EPAC;

– a suspensão no imediato das penalizações aos produtores de leite por ultrapassagem da quota nacional de leite;

– uma petição apreciada favoravelmente pela Assembleia da República com vista à redução das prestações mensais dos agricultores para a Segurança Social, sem perda de direitos.

• Pedro Carvalho

Por uma nova política agrícola

A presidência portuguesa da União Europeia (UE), que acabou no passado mês de Junho, não fez nada pelo sector agrícola nacional e sua especificidade. Perdeu-se uma oportunidade única, numa presidência que, ao nível agrícola, fica sem história e «prémio».

A reforma da organização comum de mercado (OCM) das frutas e legumes e a OCM do Arroz irão agora ser «despachadas» durante a presidência francesa. A questão das penalizações do leite continua pendente, com o Comissário Fischler a afirmar que os agricultores portugueses «vão ter de pagar». Continua, também, o embargo à carne de bovino portuguesa. Do ministro, só se ouve a cassetete de «milhões em linhas de crédito», na generalidade para o latifúndio e os grandes agrários.

Ouve-se, do Ministro e do Comissário, a

que 1% dos agricultores, em Portugal, recebem cerca de 42% das ajudas e que os agricultores portugueses sejam aqueles que menos ajudas recebem da PAC.

Agricultores contra a PAC

No dia 29 de Maio, cerca de 15 mil agricultores vieram para a rua em Évora exigindo uma nova PAC, enquanto decorria sobre os auspícios da Presidência Portuguesa, uma reunião informal do Conselho de Ministros da Agricultura da UE. Esses agricultores, representantes da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, vieram para a rua para mostrar «o estado da agricultura nacional».

E qual é o «estado»? De 1990 a 1998, perderam-se mais de 150 mil postos de trabalho no sector e desapareceram 180

mil explorações, sobretudo pequenas e médias. De 1994 para cá, os preços agrícolas desceram 13% e, desde 1997, o rendimento agrícola desceu cerca de 11%. É a história do aumento do défice da balança alimentar e da progressiva desertificação do mundo rural.

Capoula Santos, então presidente em exercício do Conselho de Agricultura, que horas antes desvalorizava a manifestação, veio depois dizer estar «com os agricultores», afirmando «que ele próprio tinha votado contra» a última reforma da PAC. Mas o Sr. Ministro mentiu, visto que o Governo PS do Eng. António Guterres aprovou o pacote global

da Agenda 2000 que incluía o compromisso agrícola, que nunca chegou a ser votado. Mais uma vez, o sector agrícola pagou a «factura», como já tinha acontecido com a reforma da PAC de 1992, com o então ministro da Agricultura do PSD, Arlindo Cunha. A então proclamada como «grande vitória da lavoura nacional» anos mais tarde, considerada «como contrária aos interesses dos agricultores nacionais» pelo próprio, agora «eurodeputado».

Reforma Agrária, precisa-se!

É necessária uma nova PAC, que defenda um preço remunerador a produção. Uma PAC com novos princípios básicos que defendam um desenvolvimento sustentável da actividade agrícola: uma produção integrada e em circuito fechado, produção local/abastecimento local e a coesão económica e social. Assim, como é necessário garantir o plafonamento e modulação das ajudas ao nível da UE. É urgente reduzir e simplificar a máquina administrativa da PAC.

Mas, fundamentalmente, Portugal necessita de uma verdadeira política agrícola nacional - um plano agrícola, que garanta o direito a produzir e estrutura a nossa produção. Precisa-se de uma reforma fundiária - garantir o direito à terra a quem a trabalha. É urgente uma reforma agrária.



necessidade de defender o modelo agrícola europeu, baseado «no princípio da multifuncionalidade e na pequena e média exploração». Mas não é o próprio modelo agrícola europeu e seu «instrumento» - a Política Agrícola Comum (PAC) - que atentam contra a multifuncionalidade e a pequena e média exploração?

Este modelo tem por base a promoção das exportações e a liberalização do comércio agrícola, defendendo os interesses da agro-indústria e das grandes explorações. É um modelo que assenta na promoção do *dumping* de preços, através das restituições à exportação e dos pagamentos directos.

A PAC sempre promoveu a concentração e centralização da terra. Não só as grandes explorações vão integrando as pequenas e as médias que vão desaparecendo, como o controlo da terra cada vez mais se centraliza nas «mãos de alguns», assim como os direitos de produção. No Alentejo, voltam a aparecer as grandes famílias agrárias. Paralelamente, cresce o fenómeno da «verticalização» da produção - a tomada da produção pela indústria.

A PAC, desde da entrada de Portugal e Espanha, não só nunca deu cumprimento aos seus princípios da solidariedade financeira e da preferência comunitária, como agravou as discriminações na distribuição das ajudas comunitárias entre países, produtores e produções. É inadmissível

Violência na Alemanha

O aumento da violência de extrema-direita na Alemanha parece estar finalmente a preocupar a classe política: quatro dias depois do atentado à bomba da passada quinta-feira, numa estação de Dusseldorf, que feriu 10 estudantes de países da Europa de Leste, um deles com gravidade, alguns membros do governo reconheceram a necessidade de tomar medidas para combater o flagelo. A ministra da Justiça, Herta and Paul Amirants, advertiu contra o «terrorismo pardo», numa alusão à cor das camisas dos nazis, sublinhando que os alemães já não podem «desviar os olhos», desta crescente onda de violência, como se não fosse nada com eles. Também o ministro do Ambiente, Jürgen Trittin, reconheceu que um novo tipo de violência contra os estrangeiros se instalou no país, e lembrou o risco de que «o emprego da violência seja cada vez mais fácil».

Eleições no Haiti

Haitianos de vários distritos foram às urnas no domingo para decidir a atribuição de 10 lugares na Câmara Baixa do país, dado que nenhum candidato obteve a maioria na primeira volta das eleições. O processo eleitoral no Haiti tem sido fortemente contestado pela generalidade dos partidos políticos, que não aceitam a alegada vitória do partido da Família Lavalas, do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, em ambas as Câmaras do Parlamento, acusando-o de fraude generalizada. O partido da Família Lavalas afirma ter conquistado 18 dos 19 lugares da Câmara Alta, mais de 60 dos 83 da Câmara Baixa, 77 por cento das câmaras e a maioria dos conselhos urbanos e rurais. Os Estados Unidos, Canadá e União Europeia ameaçam cancelar a ajuda económica ao Haiti caso não sejam investigados os resultados dos escrutínios de 25 de Maio e 9 de Julho. Na semana passada, o governo do Japão suspendeu um pacote de ajuda de 13,5 milhões de dólares ao país devido à instabilidade política.

Clandestinos

A polícia costeira italiana interceptou esta semana um barco com mais de 360 imigrantes clandestinos que procuravam entrar no país. O barco, onde se apinhavam kurdos, afegãos, senegaleses, paquistaneses e serraleoneses, provinha da Turquia, e foi detectado próximo do porto de Crotone, no sul da Itália, depois de se ter reabastecido de combustível num porto grego.

Direita israelita rejeita qualquer negociação sobre o estatuto de Jerusalém

A cidade da discórdia

«Jerusalém não é apenas uma responsabilidade palestiniana. É também uma responsabilidade árabe, muçulmana e cristã», defende Yasser Arafat.

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, pediu no início da semana a convocação de uma reunião especial do comité islâmico sobre Jerusalém para discutir o futuro da cidade.

Depois do fracasso das conversações de Camp David, patrocinadas pelo presidente norte-americano Bill Clinton, em que o estatuto da «Cidade Santa» foi justamente um dos pontos da discórdia, Arafat iniciou uma ronda por vários países europeus e árabes em busca de apoio para a proclamação do Estado da Palestina no próximo mês de Setembro, e para o reconhecimento da soberania palestiniana sobre Jerusalém oriental.

A questão está a ser debatida a vários níveis, inclusive no Vaticano, onde ontem a secretária de Estado Made-

leine Albright foi recebida pelo responsável da diplomacia da Santa Sé, monsenhor Jean-Luis Tauran. Segundo

Vaticano poderá desempenhar um papel no conflito, diz Albright

Albright, o Vaticano poderá desempenhar um papel importante na aproximação das posições palestiniana e israelita sobre Jerusalém. O Vaticano tem defendido para a cidade um «estatuto especial com garantias internacionais», tal como advogam as Nações Unidas.

Barak perde terreno

A possibilidade de um rápido acordo israelo-palestiniano parece no entanto estar longe. Na segunda-feira, o Parlamento israelita infligiu uma séria derrota aos trabalhistas ao preterir Shimon Peres em favor de Moshe Kat-

sav, do partido Likud, para a chefia do Estado. Esta vitória da direita, ao que tudo indica resultante do apoio dos 31 deputados religiosos e ultra-ortodoxos, não pode deixar de constituir mais um sinal de alarme para o governo de Barak.

É certo que Barak sobreviveu no mesmo dia a uma

vante que ambas as moções condenassem «as concessões feitas por Barak aos palestinianos na recente cimeira de Camp David».

As palavras de Ariel Sharon, dirigente do Likud, explicam o que se entende por concessões: «É necessário conseguir um tratado de paz definitivo, que obrigue e

jordânia, Gaza e Jerusalém] nas nossas mãos».

Para o dirigente do Likud, «é impensável entregar todos os bens sem solucionar o conflito», o que na sua opinião implica o reconhecimento do Estado de Israel por todos os estados árabes e muçulmanos do Médio Oriente.



Um acordo israelo-palestiniano continua longe

moção de censura do Likud (50 votos a favor, outros tantos contra e oito abstenções), e a outra da extrema-direita (53 votos a favor, 48 contra), dado que em nenhum dos casos se registou a necessária maioria absoluta (61 dos 120 votos). Mas não é menos rele-

ponha termo ao conflito entre nós e os palestinianos, mas se, devido às circunstâncias, só é possível alcançar agora um acordo provisório a longo prazo, temos que deixar a maior parte dos nossos bens estratégicos [os territórios ocupados da Cis-

Não deixa de ser significativo que, no mesmo dia, o Parlamento israelita tenha aprovado em primeira leitura (de um total de três) um projecto do Likud que proíbe a alteração das fronteiras de Jerusalém a não ser por maioria absoluta.

Desemprego no Chile gera protestos

A Central Unitária de Trabalhadores (CUT) anunciou domingo as primeiras manifestações de protesto contra o governo e o patronato do Chile, que acusa de responsáveis pelo aumento do desemprego.

De acordo com a CUT, a taxa de desemprego subiu em Junho de 8,5 para 9,4 por cento, ao mesmo tempo que se verifica uma constante degradação dos salários. Os protestos, agendados para os primeiros dias de Agosto, reflectem o desapontamento dos trabalhadores com a política económica que vem sendo seguida pelo governo socialista de Ricardo Lagos.

Os responsáveis sindicais criticam, entre outros aspectos, a liberalização das taxas alfandegárias sobre determinados produtos, o encerramento de minas e o futuro tratado de livre comércio com a Coreia do Sul. Por outro lado, rejeitam as propostas patronais de congelamento ou redução de pessoal, e queixam-se que 10 por cento da produção nacional de cobre vai directamente para o orçamento das Forças Armadas.

Ainda de acordo com fontes sindicais, estão actualmente no desemprego cerca de 600 000 mil chilenos, mas a taxa de desemprego poderá subir para os 10 por cento em Outubro.

O governo de Ricardo Lagos previa um crescimento da economia de seis por cento ao ano e prometeu a criação de 200 000 postos de trabalho, mas a verdade é que depois da taxa de desemprego ter caído do seu recorde histórico de 11,5 por cento, em Agosto do ano passado, para 8,1 por cento em Fevereiro último, voltou novamente a subir.

O mais grave é que esta situação se acentuou, apesar de o país registar em Maio um crescimento de 7,4 por cento em relação ao mesmo período de 1999, segundo dados do Indicador Mensal de Actividade Económica, o que significa que o crescimento não deu origem a novos postos de trabalho.

O Instituto Nacional de Estatística chileno desdramatiza a situação e justifica o aumento da taxa de desemprego com os fortes temporais do Inverno, que deixaram 32 730 agricultores sem trabalho, e com o crescimento da população activa em 0,4 por cento. Por seu turno, o presidente Lagos, procurando conter a contestação social, anunciou novas obras públicas para o próximo. Uma promessa de duvidosa concretização, já que os recursos para o efeito não constam do Orçamento de Estado.

Pouco optimista está também a Associação de Bancos e Instituições Financeiras, que acaba de rever as suas previsões quanto ao aumento da procura interna, apontando agora para os sete por cento, contra os nove por cento inicialmente previstos.

Coreias

Mais um passo para a reconciliação

A partir de 15 de Agosto volta a funcionar a agência de ligação situada em Panmunjom, na fronteira entre as duas Coreias.

A agência de ligação, situada na zona desmilitarizada controlada pela ONU que há mais de meio século separa o Norte e o Sul, foi criada em 1992 e funcionou até 1996, data em que a Coreia do Norte retirou os seus representantes. A partir de então, os contactos entre as partes passaram a ser feitos através da Cruz Vermelha.

A decisão de reactivar a agência, que representa mais um novo passo no caminho da reconciliação entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, consta de um comunicado conjunto divulgado segunda-feira, em que os dois Estados anunciam igualmente a intenção de organizar

uma semana de reconciliação nacional.

O comunicado conjunto é a expressão pública dos resultados alcançados no último fim-de-semana, após o encontro em Seul de delega-

ções dos dois países, nas primeiras conversações realizadas na capital sul-coreana; um evento só tornado possível pela histórica cimeira de Pyongyang, de 13 a 15 de Junho último.

Resultados positivos

As consequências do novo processo de reconciliação intercoreano estão já a fazer-se sentir positivamente na Coreia do Norte, sobretudo no domínio das suas relações internacionais. Na quarta-feira da semana passada, o Canadá tornou-se o segundo membro do Grupo dos sete países mais industrializados (G7), depois da Itália, a reconhecer formalmente a Coreia do Norte e estabelecer relações diplomáticas com Pyongyang. Um dia depois, em Bangkok, a Coreia do Norte transformava-se no vigésimo terceiro membro do FRA, o único fórum de segurança da zona Ásia-Pacífico. Este fórum, em que participam também os Estados Unidos, União Europeia, China e Rússia, reúne-se uma vez por ano para discutir temas de segurança.

Evoluções positivas registam-se igualmente na Coreia do Sul. O governo de Seul decidiu autorizar a população coreana residente no Japão, e que simpatiza com o regime da Coreia do Norte, a visitar a Coreia do Sul, algo que era proibido até agora.

A escolha da data não é acidental. A 15 de Agosto ambos os países comemoram o Dia da Libertação Nacional, assinalando o fim da ocupação japonesa da Península da Coreia (1910-1945). A efeméride poderá ficar marcada este ano como sendo também a da reconciliação nacional.

Os representantes das duas Coreias, que admitem a possibilidade de a breve prazo serem restabelecidas as ligações ferroviárias, interrompidas desde a guerra, marcaram novo encontro para o período de 29 a 31 de Agosto em Pyongyang.

Venezuela consolida democracia

A revolução tranquila

Hugo Chávez, reeleito domingo para um mandato de seis anos como presidente da Venezuela, apela à união popular na «nova etapa do processo revolucionário».

Milhares de pessoas acorreram domingo à noite ao palácio presidencial de Miraflores, no centro de Caracas, para celebrar a reeleição do presidente venezuelano, Hugo Chávez Frias. As portas do palácio abriram-se pouco depois de o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ter anunciado os primeiros resultados das eleições, que confirmavam a vitória de Chávez por uma larga vantagem sobre os seus adversários, Francisco Arias Cárdenas e Claudio Fermín.

Ostentando a sua conhecida boina vermelha de pára-quedista, Hugo Chávez fez do balcão do palácio presidencial uma tribuna de novo «aberta ao povo» para saudar os seus apoiantes e festejar a «revolução bolivariana».

Constantemente interrompido pela palavra de ordem «o povo unido jamais será vencido», o presidente prometeu «medidas de impacto» nos «primeiros cem dias» do seu novo mandato, e apelou à unidade. «Convoco toda a gente. Bem-vindos... União, união, união! E nisso incluo a Igreja católica para que coloquemos o coração nas lutas por Cristo (...) Convido-os a percorrermos juntos os próxi-

mos 11 anos, e quando digo 11 anos estou a referir-me à data [de 5 de Julho de 2001; comemorativa dos 200 anos da independência nacional] que proponho ao povo venezuelano para ter como meta, como o prazo que precisamos para trabalhar na recuperação da Venezuela».

Milhares de pessoas festejam nas ruas revolução bolivariana

Voto para a mudança

Quando estavam escrutinados 85,63 por cento dos sufrágios, Hugo Chávez recolhia já 59,5 por cento dos votos, enquanto Francisco Arias Cárdenas se ficava pelos 38 por cento, o que dava 3 193 828 votos a Chávez e 2 059 400 votos a Arias Cárdenas. O outro candidato, Claudio Fermín, não foi além dos 157.085 votos (2,9 por cento).

Hugo Chávez, que ascendeu à presidência da Venezuela em 2 de Fevereiro de 1999, dispõe agora de um mandato até 2006, de acordo com a nova Constituição Bolivariana de Dezembro último, podendo recandidatar-se mais uma vez.

As eleições, que decorreram sem incidentes, registaram uma afluência às urnas de 56,57 por cento dos 10,36

milhões de eleitores inscritos. O acto eleitoral visou ainda a eleição dos 165 deputados à Assembleia Nacional, 219 deputados regionais, 23 governadores, 336 presidentes de câmaras municipais e treze conselheiros metropolitanos, bem como representantes do país nos parlamentos Latino-Americano (12) e Andino (cinco).

Vitória da esperança

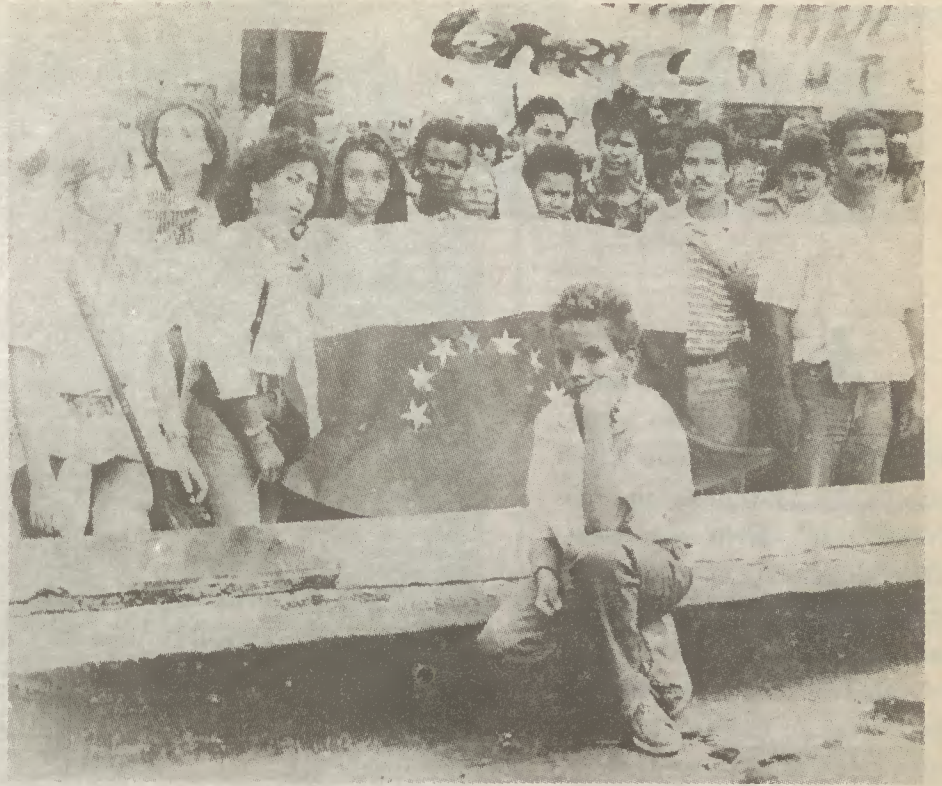
Segundo os primeiros resultados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a aliança de partidos que apoia o presidente Hugo Chávez ganhou 14 dos 23 governos regionais da Venezuela, 99 dos 165 lugares da Assembleia Nacional e também o distrito metropolitano de Caracas. Por seu lado, a Acção Democrática (AD, social-democrata) venceu em cinco estados; o partido democrata-cristão COPEI ganhou em dois, e o partido Convergência Nacional, do ex-presidente Rafael Caldera, obteve um governo regional.

Recorda-se que a coligação Pólo Patriótico que apoiou Chávez integrou o Movimento V República (MVR), o Movimento para o Socialismo (MAS), o Partido Comunista da Venezuela (PCV), a Acção Agropecuária, o Novo Regime Democrático (NRD), o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), Gente Emergente, Independentes pela Comunidade (IPC) e Solidariedade Independente.

Francisco Arias foi apoiado pela Esquerda Democrática (ID), A Causa R, Movimento de Integridade Nacional (MIN), Movimento Democracia Directa (MDD) e a outrora de extrema-esquerda Bandeira Vermelha.

Arias, que só reconheceu a derrota na manhã de segunda-feira, garante ir «continuar na política». Resta saber se os grandes empresários que lhe financiaram a campanha vão continuar a apostar nele, ou se lhe reservam um futuro como o do conservador Salas Römer, votado ao esquecimento desde que foi derrotado por Chávez nas presidenciais de 6 de Dezembro de 1998.

De sublinhar que, após do derube da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, em 1958, a AD e o COPEI governaram a Venezuela em alternância até à chegada de Chávez ao poder, pelo são os grandes responsáveis pela corrupção reinante no País, e pela miséria que afecta mais de 80 por cento dos 24 milhões de habitantes.



● Anabela Fino

A luz no túnel

A «revolução bolivariana» iniciada por Hugo Chávez em Fevereiro de 1999 não tem as simpatias da Igreja católica nem dos capitalistas venezuelanos, mais preocupados com a defesa dos seus privilégios do que com o desenvolvimento de um país onde 80 por cento da população vive na miséria. Mas nem sempre foi assim. Quando o comandante dos pára-quedistas Hugo Chávez se levantou em armas contra o social-democrata Andrés Pérez, em 4 de Fevereiro de 1992, a corrupção e o descalabro social gerados pelo regime de alternância instaurado desde 1958 assumiam de tais proporções que poucos condenaram o golpe. Seis anos depois, Chávez era eleito presidente, os partidos tradicionais - Acção Democrática, social-democrata, e o COPEI, democrata-cristão - relegados para segundo plano e a mudança

eleições consecutivas em que as suas propostas saíram vencedoras, a começar pelo referendo para a Assembleia Constituinte. Tornou-se então evidente que estava em marcha o processo de liquidação das velhas instituições que até então tinha sustentado o regime, e a direita tocou a rebate. Chávez passou a ser «intolerante», «maniqueísta», «megalómano», «comunistóide», «prepotente»... A direita, «preocupada» com a democracia, ficou estarelecida com as sucessivas consultas populares, de que saiu sempre derrotada.

O caso não era para menos. A 25 de Abril, a coligação Pólo Patriótico conquista 123 dos 128 lugares da Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição é aprovada em consulta popular a 15 de Dezembro, com mais de 70 por centos dos votos expressos. Aos poderes executivo, legislativo e judicial a Magna Carta da

Venezuela junta agora os poderes eleitoral e do cidadão; vela pelas minorias; consagra os direitos da pessoa humana. Os 20 por cento de venezuelanos bem instalados na vida consideram-na «calamitosa», uma «pura ilusão». E acusa Chávez de querer fazer regressar o país a «esquemas económicos obsoletos», e de não ter resolvido em ano e meio os problemas que eles próprios, com a sua «modernidade», provocaram em mais de 40 anos. Num país cujo orçamento depende em mais de 70 por cento do petróleo; que importa cerca de 80 por cento do que consome; onde a fuga de capitais estimada para este ano atinge os 7800 milhões de dólares (contra os

4600 do ano passado); e onde as catástrofes naturais de Dezembro último provocaram um dos mais graves desastres da sua história, só para citar alguns casos mais relevantes, não deixa de ser digno de registo o facto de se ter conseguido deter a queda do Produto Interno Bruto, da inflação ter baixado para 6,8 por cento no primeiro semestre deste ano (contra 10,1 no mesmo período do ano passado) e de se prever uma taxa de crescimento de 2,2 por cento para o corrente ano.

Ao discurso catastrofista da direita respondem os venezuelanos nas urnas reforçando a sua confiança na «revolução bolivariana». É a resposta de quem acredita que finalmente encontrou a luz ao fundo do túnel.



saudada como positiva, inclusive pela Igreja e pela classe média.

Esperavam os sectores mais proeminentes que alguma coisa mudasse para que tudo continuasse na mesma, e que as promessas de Chávez de levar a cabo uma «revolução bolivariana» não passariam disso mesmo, de promessas. Acontece porém que o novo presidente não se limitou à denúncia da exploração e da opressão levada a cabo pela oligarquia do país com a conivência da hierarquia católica. Pelo contrário, meteu ombros à tarefa de liquidar as bases de um sistema alimentado a petróleo e injustiça social, dando, através das urnas, a voz ao povo. As hostilidade dos conservadores contra Chávez cresceu ao ritmo das seis

Um novo regime

«Está a nascer uma nova República legítima. Não nasceu de um golpe de Estado, não nasceu derrubando ninguém. É o povo que está a legitimar todos os poderes» - as palavras são de Hugo Chávez, proferidas ainda antes de ser conhecido o resultado das eleições de domingo. Chávez não se cansa de sublinhar o carácter democrático e pacífico da «revolução bolivariana» em curso na Venezuela: «Durante 18 meses, pacificamente, o povo venezuelano desmantelou um regime apodrecido de meio século. Por isso hoje comecei por dizer: Graças a Deus e a este nobre povo da Venezuela que tanto aguentou! Quanto estoicismo, que alma tão grande! Um povo parindo em democracia um novo regime.»

Segundo Chávez, as eleições de domingo foram o culminar do processo político constituinte, que embora não isento de contradições e tendo de enfrentar a hostilidade dos sectores mais conservadores da sociedade, foi levado a cabo com sucesso.

Com a frontalidade que se lhe reconhece, Hugo Chávez criticou abertamente os meios de comunicação locais (todos privados, à excepção do jornal do Partido Comunista da Venezuela), que não se pouparam a esforços para boicotar o processo e impedir a sua reeleição. O presidente sublinhou em particular o facto de, no domingo, as estações de televisão venezuelanas se terem unido numa emissão colectiva, denominada «Uma Só Voz» para a transmissão conjunta das eleições.

«Nunca gostei de uma só voz. Uma só voz nunca é boa. Que haja muitas vozes, que haja liberdade de expressão», disse Chávez.

● Manoel de Lencastre

Bill Alexander, à esquerda, e o seu sucessor no comando do Batalhão Britânico, Sam Wild



A morte recente de uma grande figura de antifascista, o comandante do Batalhão Britânico da 15.ª Brigada Internacional, que serviu na Guerra Civil espanhola, fez-nos refletir no heroísmo, na dignidade, na grandeza, no desinteresse e na solidão dos homens que abandonaram tudo e correram para a defesa da liberdade em Espanha e contra as tenebrosas forças do nazismo e do fascismo em plena ascensão. Poucas pessoas, hoje, conhecem o imponente, colossal sacrifício desses heróis. Vale a pena, por isso, lembrar o que se passou.

Sacrifício e glória das Brigadas Internacionais

Até sempre, camarada!

O grito da Espanha ferida pelo traiçoeiro golpe do general Francisco Franco foi ouvido pelos internacionalistas. Quem eram? Homens simples, homens de ideal, gente completamente desligada de interesses financeiros ou da ambição de subir na vida à custa da exploração de outros — no «British Battalion», como em todos os outros, acreditava-se no Homem e preferia-se lutar, combater, dar a vida pelos ideais da Fraternidade, da Liberdade, do Socialismo. Milhares de homens desta ténpera aderiram às Brigadas cujo organizador principal não era outro senão Josip Broz, o marechal Tito.

Terras heróicas

Alexander atravessou os Pirinéus em 1937, logo depois da batalha de Jarama na qual dois terços dos efectivos do batalhão tinham sido dizimados na resistência ao avanço dos fascistas que pretendiam tomar Madrid. Recebeu rudimentares sessões de treino militar e foi incorporado numa bateria antitanque para participar na batalha de Brunete, em Julho de 1937. Mas, apesar de haver conseguido fazer recuar as tropas fascistas, muito mais numerosas, o Batalhão Britânico viu os seus efectivos reduzidos para 42 homens apenas. Outros voluntários chegaram, entretanto. Em Dezembro de 1937, Alexander, comissário político, combateu em Teruel depois de ter sido mencionado em despachos do comando pela sua bravura e desinteresse pessoal. Quando o comandante do batalhão tombou (Fred Copeman), Alexander viu-lhe confiada a responsabilidade suprema. O contingente britânico seria louvado, em Janeiro de 1938, pelo destacado papel da sua artilharia durante a batalha por Teruel.

Em Julho desse ano Alexander estava incapacitado pela perda de funcionamento da capacidade auditiva devido ao trabalho da artilharia e por ter sido ferido em combate durante o avanço para Segura de Los Baños. Nestas condições, foi mandado regressar à Grã-Bretanha tendo sido substituído por Sam Wild. Três meses mais tarde, as Brigadas Internacionais foram desactivadas e saíram de Espanha. Dolores Ibarruri, La Pasionaria, exclamaria: «Podem regressar aos vossos países, às vossas casas, às vossas famílias, com orgulho. Ganham lugar na História. Tornaste-vos numa legenda imortal. Mas não serão esquecidos. Regressem! Logo que haja paz neste país, regressem!»

Em 1996, 20 anos após o fim da ditadura de Franco e dos seus generais assassinos, falagistas, nazis, as Brigadas Internacionais regressaram a Madrid e, nelas integrado, Bill Alexander. Foram receber a cidadania honorária de Espanha que, em reconhecimento do seu papel humano e heróico, lhes foi reconhecida e votada pelo Parlamento espanhol. Mas, por que razão tinham sido as Brigadas desactivadas?

Traição das «democracias»

A luta em Espanha era entre as forças da liberdade e as do obscurantismo fascista e religioso. Não era só entre espanhóis. Os franquistas viam-se bem auxiliados, poderosamente, por Mussolini e Adolfo Hitler e, a nível mais modesto mas não menos eficiente, por António de Oliveira Salazar. As legiões de camisas

negras, italianas, combatiam com largos efectivos. Nos ares, a legião Condor, parte da Luftwaffe, dava a Franco um apoio inestimável. E a legião dos Viriatos, comandada por António de Spínola, um simples tenente, então, também lá estava a marcar o lugar do governo de Lisboa. Entretanto, as «democracias industrializadas» proclamando-se naturais, divulgavam o conceito de que a guerra devia ser resolvida pelos espanhóis e só por eles. Mas toleravam a presença de italianos, alemães e portugueses no conflito, ignorando-a, enquanto apontavam o dedo às Brigadas Internacionais como forças desestabilizadoras ao serviço do Continente de Stalin. Tais forças, diziam, eram estranhas ao conflito. A República espanhola só poderia contar com o auxílio das democracias (?) se as Brigadas saíssem de Espanha. O resto, evidentemente, é história... a história do costume.

Bill Alexander

William Alexander, nasceu em Ringwood, no Hampshire, a 13 de Junho de 1910. Passou os primeiros anos da juventude em New Forest, num meio rural. Após a morte do pai, um carpinteiro, com mais seis irmãos e irmãs conheceu a pobreza. Mas conseguiu uma bolsa de estudo que lhe permitiu entrar para a Universidade de Reading onde cursou Química. Nesse período, ao assistir à passagem da marcha da fome dos trabalhadores galeses, recordou as ideias políticas de esquerda que aprendera com a mãe. Sentiu um frémito revolucionário que lhe transformou a existência e, para sempre, colocou-se ao lado da classe trabalhadora. Tendo aderido ao Partido Comunista, participou na histórica confrontação conhecida como a batalha de Cable Street onde militantes partidários e outros elementos antifascistas fizeram frente e detiveram os camisas negras de Sir Oswald Mosley, o chefe do partido fascista britânico. Trabalhador numa fábrica de papel em Dartford, aderiu também ao sindicato respectivo e tornou-se activo nas lutas de classes dos anos trinta na Grã-Bretanha. Ao regressar da Guerra Civil de Espanha tornou-se num dos melhores oradores do movimento antifascista internacional. Quando rebentou a 2.ª Guerra Mundial viu recusada a sua adesão às forças armadas britânicas devido às ideias que defendia. Tamanha injustiça foi levada à discussão na Câmara dos Comuns e Alexander conseguiu, finalmente, entrar para a Academia Militar de Sandhurst. Saiu diplomado como o melhor cadete do respectivo curso. Serviria, depois, em unidades de reconhecimento no Norte de África e na Alemanha e comandou a libertação de um campo de concentração. Quando o grande conflito acabou, dedicou-se ao trabalho de organização do Partido em Liverpool, nas Midlands, no País de Gales, e desempenhou o lugar de secretário-geral-adjunto de 1959 a 1967. Escreveu alguns livros sobre Espanha e a Guerra Civil, entre os quais se destaca «British Volunteers for Liberty» (1982), no qual descreve o idealismo e a coragem heróica do Batalhão e de todos os internacionalistas que integraram as célebres Brigadas Internacionais.

Carta de um internacionalista

Caro sr. Manoel de Lencastre:

Escrevo-lhe para agradecer a carta que enviou ao «Times Literary Supplement». Por muitos anos tem-se desenvolvido a propaganda insidiosa de que Hitler e Stalin eram duas cabeças no mesmo corpo. Isto serve, belissimamente, o capitalismo que é preciso combater em todos os lugares e em todas as oportunidades.

Como prova da minha gratidão pelo que escreveu na sua carta, envio-lhe um exemplar da «Elegia pelos mortos em Espanha» que dediquei ao meu pai, George Green, também morto em combate no país de Garcia Lorca. A morte de meu pai, garanto-lhe, não foi em vão.

Assinado: Martin Green.

A mensagem de Cuba para a humanidade

• Miguel Urbano Rodrigues

Este 26 de Julho - 47.º aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada - deu força de transparência àquela que é talvez a maior lição que a humanidade pode extrair da Revolução Cubana.

Estive nas ruas pela manhã. Como espectador e como revolucionário e comunista, participante na luta deste povo, que é também minha.

Nas últimas quatro décadas tive a oportunidade de acompanhar o nascimento e também o fim de algumas revoluções. Neste 26 de Julho a minha reflexão incidiu sobretudo sobre um fenómeno óbvio, mas de que pouco se fala, aquilo a que chamo «a grande lição de Cuba».

Não há na História precedente para uma resposta tão prolongada e espontânea das massas aos apelos do Poder em defesa do direito a defender um caminho próprio e solitário, repudiando qualquer tipo de pressões exteriores.

Quase meio século após Moncada, metade da população de Havana - ou seja mais de um milhão de pessoas - desfilou em frente da sede da missão diplomática dos EUA manifestando-se contra o bloqueio e pela independência nacional. Nunca antes tanta gente se havia reunido na capital cubana.

A Revolução enfrenta incontáveis perigos e desafios. O projecto romântico não pôde concretizar-se. Fidel lembrava há dias que «o pior e o mais difícil está para vir». Enunciou uma evidência. Os desafios próximos são gigantescos. E, contudo, eles não perdem a esperança na vitória: uma vitória de contornos brumosos, distante, mas pela qual se batem com confiança.

O povo, como grande colectivo, está consciente das dificuldades do presente e de outras, maiores, que tem pela frente. O que emociona é a sua resposta. Continua disponível para morrer, se necessário, se o gigante norte-americano puser o pé na Ilha.

Repito: não encontramos um precedente na História. Os povos cansam-se. O entusiasmo revolucionário lembra as labaredas de uma fogueira. Tem uma duração limitada. Os homens morrem lutando pelas grandes causas, mas durante períodos breves. O povo de Paris, cinco anos após a Tomada da Bastilha, aceitou, passivo, o Directório. Na URSS, trinta anos transcorridos sobre a Revolução de Outubro, que mudou o rumo da humanidade, o entusiasmo popular arrefecera e as manifestações de massas tinham já adquirido um carácter artificial. Em 91, o Socialismo caiu sem que as massas saíssem à rua para o defender. Em Portugal, olhamos para trás, recordamos a alegria revolucionária do 25 de Abril, e sofremos com a mediocridade do presente. Vivemos noutra país.

Aqui, em Cuba, é o que se vê. O sequestro de Elián rejuvenesceu a Revolução. Mas isso foi possível porque ela estava viva.

A resposta do povo, a que esteve nas ruas de Havana e de todo país desespera as forças da direita nos EUA. Têm motivos para isso. Porque o que aconteceu mais uma vez em Cuba tem um significado complexo que carrega uma ameaça para o imperialismo. Sem um consenso muito amplo, muito profundo no tocante ao fundamental, o desfile-manifestação do 26 de Julho teria sido uma caricatura daquilo que foi. Porque o belo naquela jornada grandiosa foi a sua espontaneidade.

Ocultos pelas vidraças no edifício do Escritório de Interesses dos EUA, os diplomatas norte-americanos e os funcionários da CIA ali colocados tinham consciência de que a multidão que desfilava pelo *malecón habanero* comparecia por vontade própria e expressava o que sentia nos seus clamores contra o bloqueio, no brado «seguimos em combate!».

Três horas durou o desfile. Fidel estava na cabeça da manifestação, envolvido pela velha guarda e também pela juventude, pela geração que assegura a continuidade.

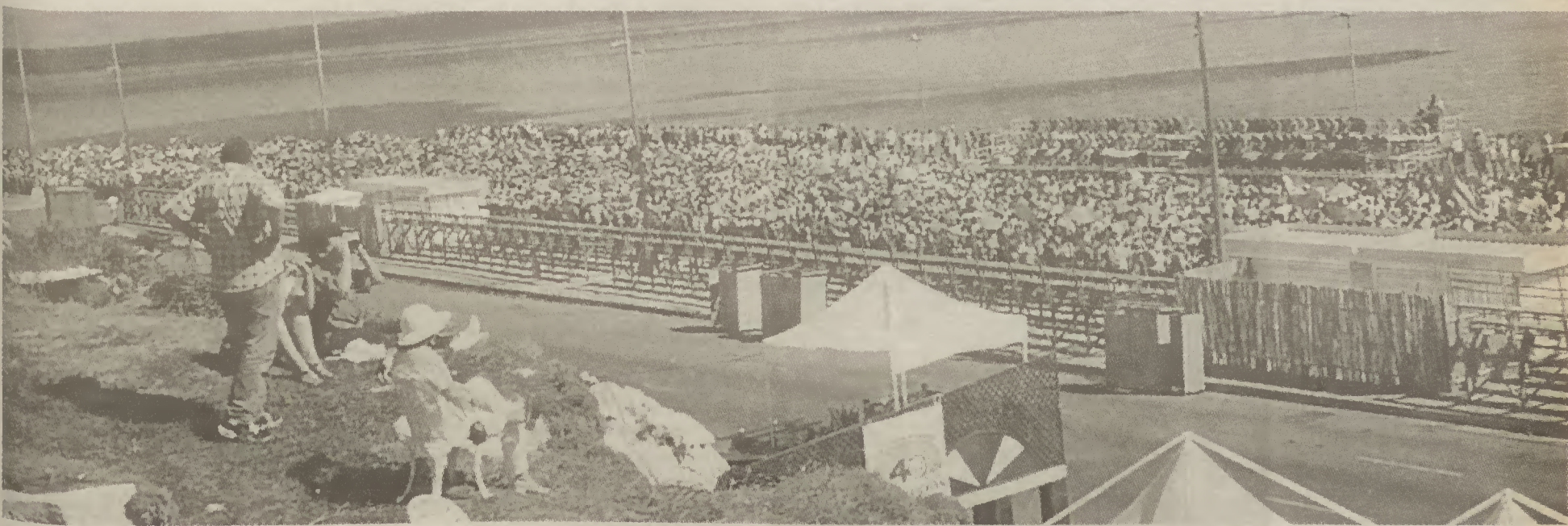
Sai da grande marcha para a contemplar melhor. E fez bem. O povo, caminhando sob o grande sol do Caribe, numa manhã azul, sem nuvens, escaldante,

luminosa, transmitia uma imagem de força e de alegria.

Um jornalista norte-americano, a meu lado, comentou: «Não sou comunista, nunca o serei. Mas estou comovido. Este povo inspira-me um respeito profundo. Nunca antes senti tanta vergonha pelas calúnias sobre Cuba que no meu país são o pão-nosso-de-cada-dia...»

Deste aniversário sai uma mensagem para a humanidade: a resistência é possível. Neste findar do milénio, tão marcado pelo pessimismo, pela covardia, pelo baixar dos braços e toda a espécie de oportunismos, Cuba resiste. E essa resistência, por si só, contém uma maravilhosa esperança. No Caribe um pequeno povo de 11 milhões de habitantes, com um PIB que pouco excede um décimo do português, resiste há mais de quatro décadas ao cerco e às ameaças, à guerra não declarada que lhe move o imperialismo norte-americano, motor e cérebro de uma monstruosa engrenagem política, militar, económica e cultural que ameaça o conjunto da humanidade.

Cuba diz-nos: é possível resistir. Essa a grande mensagem do 26 de Julho, 47 anos após o romântico assalto de um punhado de jovens a um quartel da ditadura de Batista.



O pior e o mais difícil ainda não foi ultrapassado

As fotos publicadas referem-se ao 47.º aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada, em que esteve presente uma delegação do PCP

(...) «O bloqueio genocida, rigoroso e brutal contra Cuba alcançou a triste glória de se converter no mais prolongado da história. Sempre houve no Congresso dos Estados Unidos legisladores que, de uma forma ou de outra, se opuseram a essa política de hostilidade e agressões contra o povo cubano. Durante anos tentaram limitar ou reduzir o rigor desse propósito tão criminoso de render pela

fome e pela doença um povo que é indomável. O seu contributo tem crescido nos últimos tempos. Essas iniciativas chocam com o facto de um conjunto de pérfidas leis, emendas e medidas governamentais terem dado origem a um verdadeiro nó górdio legislativo deliberadamente, cujo desenredo é impossível, a menos que seja aplicada a fórmula da personagem da lenda: cortá-lo de uma vez mediante uma lei aprovada por ambas as Câmaras, e aprovado pelo presidente da nação, que perdeu quase por completo o controlo das injustas medidas económicas contra Cuba.

«A iniciativa de autorizar a venda de alimentos e medicamentos ao nosso país, promovida por um crescente número de legisladores, reflecte uma tomada de consciência e o propósito de pôr fim ao que, em termos estritamente jurídicos, constitui uma acto de genocídio definido com toda a exactidão no Tratado da Convenção para a Prevenção e a Sanção do Delito de Genocídio, e no Convénio relativo à Protecção devida às Pessoas Civis

em Tempo de Guerra, em 1948 e 1949, respectivamente, assinados pela quase totalidade dos Estados do mundo, incluindo Cuba e os Estados Unidos. A privação de alimentos e medicamentos à população de qualquer país está terminantemente proibida mesmo em casos de guerra. Esses tratados, concedem inclusive o direito de julgar esses factos nos tribunais do país vítima.

«A mafia cubano-americana opõe-se com raiva a que a proibição de vender alimentos e medicamentos seja levantada, mas mesmo que tal se verifique, é absolutamente impossível conciliá-la com as outras leis e emendas que fazem parte do bloqueio. Um país que tem suportado tal carga e que tem sido afectado directa ou indirectamente em mais de 100 mil milhões de dólares, não estará em condições de adquirir alimentos nem medicamentos enquanto estiver submetido a essa política de bloqueio e de guerra económica que o priva dos recursos indispensáveis para isso. É justo admitir que, para os que se

opõem a tão nefasta política contra o nosso país, qualquer pequeno passo rumo à eliminação do bloqueio constitui um motivo de satisfação, e nós temos o dever de agradecer os seus nobres e construtivos esforços. Mas resulta igualmente compreensível o nosso dever de advertir o nosso povo e a opinião pública internacional que Cuba não resolveria absolutamente nada, nem pode aceitá-lo, nem contaria com recursos para a aquisição de alimentos e medicamentos nessas condições. A isso se deve acrescentar que durante anos os governos dos Estados Unidos fizeram tábua rasa das resoluções aprovadas pela maioria dos países representados na Assembleia Geral das Nações Unidas.

(...) «A lei assassina, o bloqueio genocida e a guerra económica devem cessar totalmente, e cessarão!»

Excerto do editorial publicado nos jornais Granma, Juventud Rebelde e Trabajadores, no dia 24 de Julho de 2000.



Livros

Memórias de livros

Sendo a memória o que é, a gente lembra-se de quase tudo mas, à medida que o tempo vai passando - e ele passa, ele passa... - vão-se esfarelando memórias e guardando-se, muito involuntariamente, se bem me parece, alguns momentos que, atentando neles, foram não só significativos, mas ficaram a marcar tempos e rumos da vida de cada um. São por vezes recordações muito simples. Por exemplo, em 1958 - que nem tudo se passou nos anos sessenta - subi as escadas já muito gastas do *Diário de Lisboa*, ladeadas de azulejos que figuravam tesouras, rolhas e demais apetrechos de censura, o inimigo mais visível de quantos ali trabalhavam. Ao cimo, o Mário Castrim, o sorriso por baixo dos óculos e do bigode, armado de paciência - armado não, que era uma bondade natural, como depois tive ocasião de saber - para aturar mais um puto entre os muitos que se haviam tornado «amigos do *Diário de Lisboa Juvenil*» e que colaboravam com textos, desenhos, poemas, naquelas fraternas páginas e nesse projecto onde pontificavam o Castrim - e o Manuel Agra, que também era ele próprio - e o Augusto da Costa Dias, e a Helena, e o Tossan com os seus bonecos, o seu grafismo e a sua jovialidade. Depois disso, para além de o conhecer, fiquei a saber mais sobre o mundo dos jornais, nesse velho prédio onde cheirava a chumbo e a tinta. Mas fiquei a saber muito mais sobre outras coisas mais valiosas - a camaradagem, a fraternidade, a persistência nos ideais, a vontade de fazer melhor, a responsabilidade de dar a cara e o nome. Por isso, mais de quarenta anos depois, era o Castrim mais novo do que hoje sou e eu próprio um miúdo de abundante cabelo - onde é que ele já vai -, me lembro de subir aqueles degraus como se inciasse uma vida nova. Oitenta anos, Mário? Já? Perduram, não apenas na memória, mas no tempo que continuamos, muitos, a construir, os valores que então aprendi. Ali não éramos sócios, éramos «amigos» - palavra subversiva - do «Juvenil» - palavra perseguida. E havia letras e, além delas, trabalho colectivo. E também convívios. E concursos. E os prémios eram livros.

● Leandro Martins

Crónicas da Idade Média

● Ruben de Carvalho

O jornalista

Há centenas, talvez milhares de páginas procurando definir o que é um jornalista. As mais das vezes, acaba-se numa solução puramente funcional - o jornalista é o profissional que trabalha num órgão de comunicação social e, de uma forma ou outra, elabora notícias, informação.

O esforço de definição traz consigo a necessidade de procurar balizar os requisitos, os talentos, as características que previamente se poderão definir como necessárias - ou pelo menos convenientes - para o exercício da profissão. Ornada de romantismos diversos, apresentada como percurso de triunfo social e político, fonte de poder ou de proeminência, a própria procura de que é objecto faz aumentar a busca de factores que definam os seus contornos, iluminem os seus requisitos.

Mais de dois séculos decorridos sobre a estabilização da profissão e das suas exigências, várias décadas passadas sobre o aparecimento e crescente sofisticação de ensino de grau superior com vista ao seu exercício, o jornalismo mantém-se como uma daquelas actividades com saberes passíveis de aquisição por via académica, mas cuja efectividade só se atinge, por um lado, com uma insubstituível experiência e, por outro, exigindo difusas e indefiníveis capacidades e talentos que o fazem bordejar os subjectivos requerimentos da criação artística.



Desenho de João Abel Manta

Os professores e responsáveis de escolas de jornalismo fazem em tons e formulações diversas uma afirmação que resume tal visão: «Aqui, não se fazem jornalistas; criamos condições para que os nossos alunos o sejam. Sê-lo ou não, depende deles.»

Esta dependência acaba muitas vezes a residir na prosaica capacidade de obter um posto de trabalho que assegure o efectivo exercício profissional. Mas o que se oculta naquela asserção é a consciência, a afirmação da indispensabilidade de uma *qualquer coisa*, de um traço de carácter, uma capacidade particular que torna alguém potencialmente num jornalista, da mesma forma que

uma mesma indefinível *qualquer coisa* se exige a um médico ou a um pintor.

«... escreve muito bem...»

A facilidade no manusear das palavras aparece muitas vezes como uma necessidade inerente à profissão. Leia-se, mesmo como um factor que indicia a capacidade, a *qualquer coisa* por ela requerida.

Quem anda muitos anos por redacções já concluiu que isso do escrever bem - mais ainda, escrever com facilidade e clareza - é útil... mas não é aquela *qualquer coisa*...

Um jornalista, na esmagadora maioria dos casos, *escreve* - mas não é um escritor. O centro da sua actividade não reside no acto de escrever, antes este resulta de um conjunto de circunstâncias que lhe são anteriores e é motivado e enquadrado por outras que lhe sucedem.

Num escritor, literariamente considerado, o acto de escrever constitui praticamente um fim em si, a concretização mais ou menos compulsiva de uma necessidade de expressão individual e profunda. Que o escrito seja ou não lido não é, naturalmente, indiferente ao autor - mas tal facto não exerce uma influência constante e determinante. Stendhal pode ter ficado décadas como um desconhecido que tal facto nada alterou à sua qualidade literária ou à sua pulsão criadora, o facto de só «Mensagem» ter sido editada em vida de Fernando Pessoa nada modifica à dimensão do poeta ou à necessidade criadora dos seus heterónimos.

Bem diversa é a situação do jornalista. As palavras que alinha constituem obrigatoriamente uma peça de uma cadeia sem o percorrer da qual cada uma das fases perde sentido. No início, encontra-se um facto observado e considerado de interesse social, merecedor portanto de divulgação alargada; na outra extremidade um suporte - jornal, rádio, televisão - que fornece informação sobre ele junto de um número alargado de pessoas. No meio, como puro elemento necessário ao funcionamento desta cadeia, o jornalista escreveu, ou fotografou, ou filmou, confirmou, enquadrado, titulóu, paginou, enfim, individual e colectivamente assegurou um conjunto de operações funcionalmente definidas.

Que escreve fácil e claro, que fotografe técnica e esteticamente de forma eficaz, que possua um *background* cultural e informativo que lhe permita compreender, enquadrar o facto noticiado e enriquecer a informação que sobre ele fornece são outros tantos factores que melhoram a sua acção: mas o que essencialmente a determina, aquilo que inevitavelmente terá de presidir ao acto profissional é a *vontade* e a *necessidade* de transmitir informação sobre um facto que se *reconheceu* como tendo interesse público. É aí que começa o acto jornalístico.

A *qualquer coisa* necessária é isso: capacidade de reconhecer na realidade o noticiável, vontade de o tornar noticiado.

O público

Faz parte da crónica, das memórias, do imaginário do jornalismo o constante e próximo convívio dos seus profissionais com as gentes do espectáculo em geral, e muito especialmente do teatro.

Não se trata, já se vê, de um problema de horários de vida, de coincidências boémias mais ou menos romaneadas...

A verdade é que duas coisas unem os profissionais das redacções e dos palcos: por um lado, o público; por outro, o tempo.

Representar uma peça teatral perante uma sala sem um espectador é um acto tão gratuito quanto escrever uma notícia ou publicar um jornal que ninguém lê... O actor pode ter toda a vontade do mundo, o jornalista toda a gana informativa - mas a razão de ser do acto que os define reside na existência do público. Aí começa uma relação essencial, definitiva, condicionante, tão atribulada como todas as que assumem esse papel.

Além disso, na concretização de actos com forte carga subjectiva e pessoal - representar ou escrever - ambos sofrem um tipo de imposição que ignora estados de espírito momentâneos para se apresentarem como imposições profissionais mais próximas do acto mecânico e manual do que do criador e estético. As coisas podem correr melhor ou pior - mas têm de correr.

O público está lá, nos palcos dir-se-á «*the show must go on*», na redacção dir-se-á «*já estamos atrasados para o fecho*»...

Porquê?

Porque carga de água veio tal arrazoado acolher-se hoje a estas páginas - perguntar-se-á o leitor. ...

Há uma razão.

Completo a arredondada idade de 80 anos uma personagem que é um retrato vivo dessa compulsiva necessidade de comunicar com o público que define o homem de jornais.

Em rigor, o nosso homem fez de tudo e, por acaso, até se enquadra naquele grupo dos que, desde as verdes juventudes, foi caracterizado como tendo «muito jeito para escrever»... Desse jeito brotaram textos literários, poesia e outros géneros vários - quase todos porém com um alfa e ómega em páginas de jornais.

Para além disso, inventou ao longo das citadas numerosas décadas inúmeras formas de falar com as pessoas e com elas estabelecer pontes.

Com hortícola atenção ao tratamento dos pepinos desde tenra idade, aí pelos anos 60 dedicou-se a criar jovens leitores e jovens escribas mediante suplementos «Juvenis» nos jornais da tarde do País. Pouco depois, numa intuição única, lançou-se à nascente televisão como gato a bofe e «vampirizou» a sedução do pequeno ecrã para a levar à leitura dos textos que todos os dias (repita-se: todos os dias!) escrevia sobre o que antes se passara.

A lista continuaria longa, mas estas páginas acolheram durante anos uma «Gazetilha», exercício único de poesia satírica a que talvez se possa chamar popular, mais que não seja porque popular se tornou de facto entre os leitores do «Avante!», como hoje ainda aqui o são os seus «Pontos Naturais».

Junte-se a tudo isto uma coerência e uma firmeza ideológica, um constante radicalismo crítico, tal como Marx o definiu: ser radical é ir à raiz das coisas.

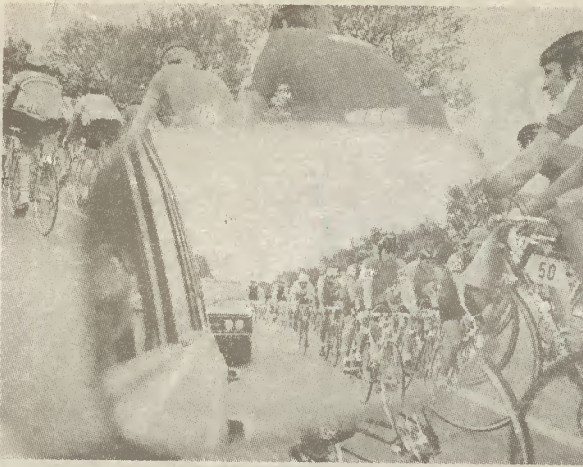
De forma que, explicar como é um jornalista pode resolver-se dizendo - é assim como o Mário Castrim.

E, de caminho, parabéns!

Desporto

• José Pascoal

Competição sem guerra de palavras é coisa ao jeito de sopa sem sal. Neste capítulo, o Tour tem sido, ao longo da sua história, um rico armazém de condimentos ao serviço da cozinha da polémica. Este ano, porém, para espanto de muita gente, pareceu vazio. Esquecidos os escândalos de 1998 [Affaire Festina] e os debates que se seguiram no ano seguinte, durante o chamado Tour da renovação, a Grande Boucle de 2000 parecia conde-



saber. O norte-americano não gostou e respondeu-lhe com a violência de quem sabe contrapor a elegância à boçalidade, a ironia à banalidade. Mas tudo isto não passou de exercícios de fogo de artifício verbal. O Tour terminou sem estrondos nem explosões.

Magia do Tour está congelada

nada a não proporcionar qualquer tipo de pretexto a quem se péla por uma discussão acalorada, tenha ela, na sua origem, motivos válidos ou não.

Foi, por isso, necessário esperar pela segunda semana, para se assistir a qualquer coisa com algum tempero. Mesmo assim, não passou de animada troca de piropos entre duas personalidades da corrida, o norte-americano Lance Armstrong, texano que, depois de ter vencido o cancro, recebeu, pela segunda vez consecutiva, os louros do Tour, e o sempre controverso Marco Pantani, italiano que, após os seus triunfos no Giro e no Tour em 1998, tem tido vida e carreira agitadas, em consequência de taxa de hematócrito superior aos 50 por cento admitidos como valor legal pela Comissão Médica da União Ciclista Internacional (UCI).

Tudo começou na penúltima etapa do Giro de 1999, em Madonna di Campiglio, um dia antes da grande final, em Milão, onde *il pirata* [alcunha por que ficou conhecido, resultante do lenço que usa para tapar a cabeça rapada] deveria ter sido consagrado como vencedor pela segunda vez consecutiva. Mas nem lá chegou. Dali, partiu directamente para a sua Cesenatico natal, vergado ao peso da vergonha. Tinha acabado de perder a etapa que tinha ganho com uma actuação que ninguém pode esquecer e de ser, pura e simplesmente, eliminado da corrida. Seguiu-se um ano de interrogatórios na polícia e nas autoridades desportivas, de avanços e recuos e, sobretudo, de muitas incertezas quanto ao seu futuro como desportista.

Mas Pantani é capaz de tudo. De tão depressa se impor como um campeão (escalada de Courchevel), como, logo a seguir, capitular como um derrotado. De recorrer a pretexto esfarrapado para justificar o desaire e esconder a vergonha (perdeu quase 14 minutos no dia seguinte, a caminho de Morzine) com o mesmo deslante com que se transformara em fanfarrão depois do triunfo. É que se o justificou, plenamente, em Courchevel, a vitória no mítico Ventoux, três dias antes, tinha-lhe sido oferecida por Armstrong. Mas o italiano não apreciou o gesto de quem se revelara cavalheiro, e fê-lo

À espera

Lance Armstrong, esse miraculoso corredor - como gostam de lhe chamar os franceses para realçar também a sua vitória sobre um cancro, há quatro anos - conquistou o seu segundo triunfo consecutivo e parece querer contrariar a opinião de que pode, também, juntar o seu nome à lista restrita daqueles que já venceram cinco vezes tão importante competição velocipédica: Anquetil, Merckx, Hinault e Induráin.

Campeão do Mundo de estrada aos 21 anos, Armstrong viu-se obrigado a encostar a bicicleta em 1996 em consequência de um cancro nos testículos, antes de se impor com um grande atleta. E o norte-americano só poderia escolher o seu velho ofício de corredor de bicicletas para fazer tão vital demonstração de vida. Quem superou com tamanho êxito o martírio da quimioterapia, não tem medo da dor nem do sofrimento, quando tem pela frente colos míticos como Hautacam, Mont Ventoux ou Courchevel. Senhor de uma força que a ligeireza do seu pedalar não deixa supor e de um rosto de mármore que não deixa perceber se e quando sofre, ele é, indiscutivelmente, o grande ciclista da actualidade, mas é também o atleta sobre quem continuam a recair suspeitas.

E, por mais injusta que possa parecer esta apreciação, em face dos êxitos obtidos, a verdade é que todos pensam no seu nome, quando dentro de dois ou três meses forem conhecidos os resultados das análises feitas às urinas recolhidas durante o Tour com vista a detectar sinais de Eritropoietina (EPO) nos seus corpos. Nessa altura, poderão ser desmentidos alguns resultados dos controlos *anti-doping* efectuados (todos negativos).

Toda a magia do Tour está, por enquanto, congelada, como as amostras de urina e sangue recolhidas. Nessa altura se poderá saber também se estamos perante uma nova idade do *doping*, onde a biologia poderia suplantar a química, indetectável por laboratórios que entram sempre atrasados numa guerra que parece não ter fim. Nessa altura, poder-se-á saber também em que corpos foram encontrados vestígios de corticóides, de salbutamol e outras substâncias e se valem as receitas médicas e os justificativos apresentados, e se o recurso sistemáticos aos «medicamentos» não continua a ser a pior enfermidade do desporto profissional.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Jogos de Verão

Romance

Era Uma Vez
uma vez era
vez era uma
uma era vez
vez uma era
era uma vez

Tudo estava além, além
de Pedrouços e Belém

Depois, Era tornou-se hera
Uma ficou mais duas
em vez de Vez, foi de vez

E depois? Depois casaram
não mais erumavezaram

A hipotenusa

mau
a
u forte
m mau
a
u norte
p
o mau
r
t porte
então mostre-me lá o passaporte!

Viver

O mal
o bem
sinal
sem
senti
do
sem ti
Partido

A brasa e o gelo

A luta
s
s
u
m
o lume

da bruta
s
da brasa

mas
com o desvelo
nas
mãos de gelo

Claro

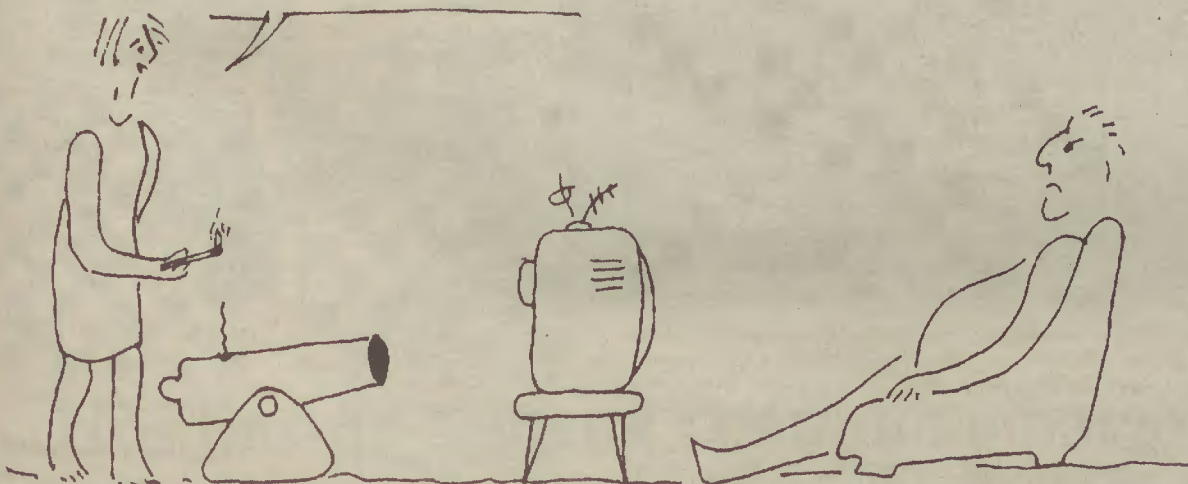
Vá!
O futu
ro está
cru
zado

cru
mas não cru
ci
fi
ca
do

Cartoon

• Monginho

PODES NÃO SAIR DAÍ...
MAS ESTOU DECIDIDA
A PRESTAR A MINHA HOMENAGEM
AO CASTRIM!



Cinema
• Rogério Feitor

Objecto artístico e comercial

O assunto, por enquanto, não tira o sono a ninguém: a redefinição comercial que acompanha o projecto cinematográfico aparece como mais uma vitória dos representantes da globalização à escala planetária.

Na sua vertente de meio de comunicação, o domínio de determinados países parece imparável: esclareça-se, a indústria cinematográfica norte-americana é já a mais lucrativa no seu país. Enquanto que, a nível de produção, a indústria cinematográfica europeia se aproxima cada vez mais da sua congénere norte-americana, a níveis de exibição o outro lado do Atlântico domina com uma confortável quota de cerca de 90%. Não esquecer, porém, que a aproximação europeia se baseia fundamentalmente numa aproximação estilística: cada vez se notam menos diferenças entre as grandes produções europeias



para que os respectivos inícios de carreira fossem realmente feitos atrás dos projectores. Mas não explicava nem substanciava o modo de o fazer. Enquanto isso, pretendia que quase toda a totalidade do regime de subsídios fosse para quem tivesse apresentado já fortes qualidades na vertente comercial, assegurando assim a carreira dos filmes daqueles que se pautavam apenas pelo público que levavam às salas, descurando o aspecto artístico, cultural e social, que toda a obra de arte deve possuir. Da nomeação dos júris, apenas dizia que deveriam ser constituídos por fortes personalidades culturais, ficando a decisão final, claro está, para o próprio ministro da Cultura. As grandes distribuidoras que dormissem descansadas.

norte-americanas. Casos se passam que até a língua é a mesma, como se nos avisassem já que o futuro da economia global será a universalização da língua do país dominador: a língua inglesa (é o caso, entre outros, do filme mais caro da história francesa - "O Quinto Elemento", realizado por um director francês e sendo a sua equipa técnica constituída maioritariamente por seus conterrâneos, os principais actores eram de origem anglo-saxónica, sendo o filme falado em inglês).

O avanço desta ideia de colocar toda a população mundial a falar a mesma língua já ultrapassou o simples caso caricato: em muitas empresas portuguesas já se coloca o inglês como língua principal, e um cronista brasileiro, na tentativa de chamar a atenção para os problemas do Brasil, começou a escrever as suas crónicas em inglês, na esperança de que alguém influente nos Estados Unidos começasse a dar atenção à crítica situação económica do país.

A estratégia norte-americana é simples: o segundo maior poder a nível mundial, os meios de comunicação, têm de ser completamente dominados. E o cinema é apenas uma das suas vertentes.

O caso português

O nosso caso rapidamente se determina: em cerca de 29 filmes diferentes em exibição, 21 são norte-americanos e apenas sete são de outras paragens, sejam elas asiáticas, europeias ou africanas. Em termos de proporcionalidade, os Estados Unidos possuem 72% dos filmes exibidos, ficando o resto do mundo representado em 28%. Os portugueses, neste momento, permanecem silenciosos.

O antigo ministro da Cultura pautava-se por uma política de declarações sem qualquer conteúdo prático, como começa já a ser rotineiro nesta governação socialista, que de socialista apenas tem o nome.

Defendia, no seu projecto de lei, que os recém-licenciados da Escola Superior de Cinema deveriam receber incentivos para que os respectivos inícios de carreira fossem realmente feitos atrás dos projectores. Mas não explicava nem substanciava o modo de o fazer. Enquanto isso, pretendia que quase toda a totalidade do regime de subsídios fosse para quem tivesse apresentado já fortes qualidades na vertente comercial, assegurando assim a carreira dos filmes daqueles que se pautavam apenas pelo público que levavam às salas, descurando o aspecto artístico, cultural e social, que toda a obra de arte deve possuir. Da nomeação dos júris, apenas dizia que deveriam ser constituídos por fortes personalidades culturais, ficando a decisão final, claro está, para o próprio ministro da Cultura. As grandes distribuidoras que dormissem descansadas.

Equilíbrio

Uma posição radicalmente oposta também está errada. Não se pode, não se deve tomar a posição de uma elite isolada, defendendo a exibição em circuitos *underground* daquelas preciosas pérolas cinematográficas para apenas alguns resistentes. A posição deve ser de equilíbrio. Tanto está errado assumir tentativas de globalização de comportamentos e sentimentos como na aposta de uma perspectiva pessoal e pedante de exílio cultural voluntário.

A escolha é difícil: qual a decisão a tomar? Devido à permanente e eterna tentativa de integração do indivíduo numa sociedade justa e humana, devido aos permanentes sinais culturais e sociais recebidos do exterior, devido à eterna e não utópica luta da defesa dos direitos do Homem, devido a tudo o que acentua cada vez mais a clivagem da verdadeira esquerda e a falsa esquerda a puxar para o centro, a decisão parece estar tomada. Principalmente quando os direitos do ser humano são substituídos pelos privilégios económicos de uma cada vez mais pequena minoria, interessada em entreter uma cada vez mais numerosa maioria. E, como já dizia o famoso realizador italiano Roberto Rossellini, «quando não se sabe qual o caminho do Dever, escolha-se o mais difícil».

Pontos Cardeais

Convenções

A campanha eleitoral para as presidenciais norte-americanas estão a entrar na recta final. Agora vai ser a consagração do candidato republicano - George Bush Jr. -, a que se seguirá a do democrata Al Gore, actual vice-presidente de Bill Clinton. O espectáculo reservado para a consagração de Bush Jr. vai ter, nem mais nem menos, que 15 mil jornalistas a fazer a sua cobertura!

É caso para se dizer que os republicanos nem necessitam de levar apoiantes para compor a sala do espectáculo da consagração - os jornalistas chegam e sobram para mostrar o grande «apoio» do «povo americano» à candidatura deste governador do Texas, que quer «restituir o orgulho nacional» aos norte-americanos certamente aproveitando os seus particulares talentos governativos, onde avulta a sua grande capacidade de decisão em recusar comutações de pena aos condenados à morte no estado do Texas.

Enfim, uma palhaçada. Mas como os presidentes norte-americanos são há muito (desde Kennedy, imagine-se!) eleitos por menos de metade dos eleitores (dado que a maior parte dos norte-americanos também há muito que deixaram de acreditar nas virtualidades da «grande democracia dos EUA»), afinal de contas bate tudo certo...

Previsões

Muito solene, o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, veio a público anunciar borrasca. As «vacas magras» vêm aí, disse ele. Há que acabar com o «consumismo desenfreado», há que promover a «contenção salarial», se não a derrapagem da nossa economia pode ser irreversível.

Engraçado. Só não se lembrou de dizer que os

lucros das grandes empresas, empresários, bancos, seguradoras e etc. não param de crescer e não se vislumbra derrapagem que lhes afecte a vida.

Ao contrário da «democracia americana» atrás citada, há aqui qualquer coisa que não bate certo.

Ou bate. Só que é sempre para o mesmo lado...

Cortes

Como se estivesse tudo sincronizado por relógio, o ministro das Finanças, Pina Moura, veio logo a seguir a Vítor Constâncio anunciar que irá haver grandes cortes na despesa corrente da maior parte dos ministérios (11, mais concretamente) no próximo Orçamento de Estado, «apertar de cinto» a que se junta corte no investimento público e... a inevitável «contenção salarial» da administração pública.

Mais uma vez tudo a bater certo - e sempre para o mesmo lado.

Tão de esquerda que eles são...

Reformas

Para completar o ramalhete, o presidente do Instituto da Segurança Social, senhor Pereira da Silva, veio às páginas do *Diário de Notícias* advertir que «o Estado não vai continuar a ter capacidade para continuar a pagar sozinho as pensões» de reforma.

Há, aliás, mais coisas que o Estado gerido pelo PS continua a não ser capaz de fazer, nomeadamente acabar com a fuga aos impostos e aos descontos para a Segurança Social das grandes empresas e empresários.

Em contrapartida, está muito capaz de fazer outra coisa, pelo que se vê: é entregar os rios de dinheiro da Segurança Social à voracidade do capitalismo, transformando-a em mais um grande negócio para as seguradoras...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Cabo; debaixo de; nome da mascote da Expo 98. 2 - Raiva; pref. de origem latina, que exprime a ideia de alguém de, do lado de cá de, deste lado de; destino. 3 - Antes de Cristo (abrev.); sideral; compreender. 4 - Fem. de seu; tratar de; alegre. 5 - Permutar; juro de um capital. 6 - Rasoura; outra coisa; sétima nota da escala musical; lítio (s.q.). 7 - O espaço aéreo; designa a pessoa de quem se fala; átomo; grupo de átomos ou molécula que perdeu a sua neutralidade eléctrica por ter captado ou perdido um ou mais electrões, adquirindo carga positiva (catião) ou negativa (anião); que exprime admiração, dor, alegria, etc. (interj.); Conselho de Imprensa (abrev.). 8 - Perversa; aquelas; ante-meridiano (abrev.); parte do lombo do boi, entre a pá e a extremidade do cacheço. 9 - Fraquejar; destampara. 10 - Qualquer estilhaço; oferta; partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significa sim. 11 - Oráculo; baluarte; designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc. (interj.). 12 - Cacete; camareiro; contente. 13 - Gavinha; cordel delgado; objecto velho.

VERTICAIS: 1 - Carregar com lastro; pedra de afiar. 2 - Sarar; lâmpada potente de automóvel e de outros veículos. 3 - Pedra de amolar; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); sínio. 4 - Suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; lista descritiva. 5 - Traço. 6 - Quebradura; pequeno arco; grito aflitivo. 7 - Sorri; lírio; garbo. 8 - Serve para indicar que os objectos que constituem um todo são considerados ou tomados um a um ou grupo a grupo; última porção do intestino delgado. 9 - Sinal cabalístico; toca; Anno Domini (abrev.). 10 - Aqueles; nome próprio masculino; corja. 11 - Dar pancada em. 12 - Cintilar; composição poética de assunto elevado e destinada ao canto. 13 - O m. q. gabarito; viço; partícula afirmativa do dialecto provençal. 14 - Representação mental; cariopse. 15 - Correia dupla que sustenta o estribo; partículas metálicas produzidas pela lima.

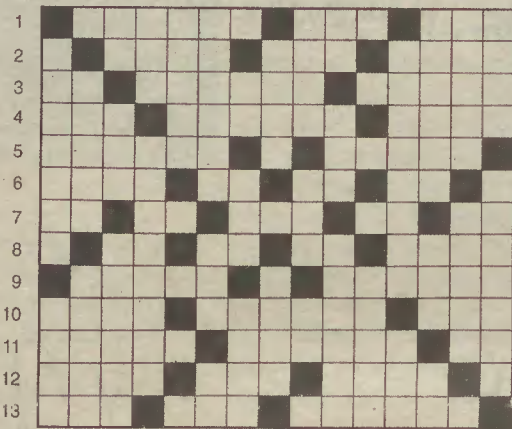
Silf; soa; AD; 10 - Os; Rui; malha. 11 - Bater. 12 - Faguhar; ode. 13 - Cabarr; cio; oc. 14 - Ideia; centro. 15 - Loro; limalha.

VERTICAIS: 1 - Lastro; cote. 2 - Curru; farol. 3 - M; a; s; ma; caco. 4 - Ada; c; a; l; i; o; g; o. 5 - R; i; s; c; a. 6 - R; o; t; u; r; a; a; n; o; a; t. 7 - R; i; h; i; s; b; r; o. 8 - C; a; d; a; d; e; o. 9 - a; b; C; l; 8 - M; a; s; a; m; a; c; e; n. 9 - F; a; h; r; a; b; r; a. 10 - C; a; c; o; o; b; l; a; t; a. 11 - O; r; a; c; u; l; o. 12 - T; o; c; o; a; t; o. 13 - E; l; o; f; i; o; l; a; r; e; c; o. 14 - A; r; t; i; f; i; c; i; o. 15 - R; a; s; a; a; t; s; i; l; i; a. 7 - A; r; t; i; f; i; c; i; o.

HORIZONTAIS: 1 - Amarrar; sob; Gil. 2 - O; d; i; o; c; i; s; t; a; d; o. 3 - A; C; a; s; t; r; a; l; s; a; b; e; r. 4 - S; u; a; g; c; u; i; d; a; r; g; a; r; o. 5 - T; r; e; o; a; r; u; s; a; r. 6 - R; a; s; a; a; t; s; i; l; i; a. 7 - A; r; t; i; f; i; c; i; o.

SOLUÇÃO:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

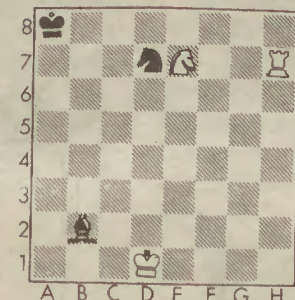


Xadrez

DCCLXIV - 3 DE AGOSTO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X30

Por: **Frédéric Lazard**
«L'Italia Scacchistica», 1926

Pr.: [3]: Cd7 - Bb2 - Ra3
Br.: [3]: Cc7 - Td7 - Rd1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X30 [F. L.]

1. Rc2, Bd4; 2. Cf5, Cb3; 3. Tc7, Bc5;
4. Tc5, Bb4; 5. Rb3 e.g.
1. ... Ba1; 2. Rb1, Bb4; 3. Cf5, Cb3; 4. Tc7, Bc5; 5. Tc7, Bb4; 6. Tc4 e.g.

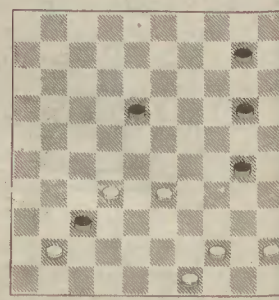
A. de M. M.

Damas

DCCLXIV - 3 DE AGOSTO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D30

Por: **C. Schamp**
«NL», 1954

Pr.: [5]: 10-18-20-30-37
Br.: [6]: 32-33-41-44-45-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D30 [C. Sch.]

1. 32-28, (37x46=D); 2. 28-23, (18x38);
3. 49x43, (38x40); 4. 45x5=D +
1. ... (31x42); 2. 29x7 e +

A. de M. M.



Palmela

Vamos falar...
... sobre OS PROBLEMAS
DA DROGA

Hoje, quinta-feira, às 21h30
no Espaço Convívio da JCP na Rua Jaime Afreixo,
com a participação de Sofia Costa

Pavilhão do PCP nas Festas do Lavradio

Bar e quermesse – Divulgação da Festa
De 28 de Julho a 6 de Agosto

Montemor-o-Novo

Parque de Exposições, Mercados e Feiras
ALMOÇO-CONVÍVIO promovido pelos REFORMADOS DO PCP
Domingo, dia 5
10h – Bota-fora de Cartas
13h – Almoço
15h – Intervenções dos convidados; Jogos tradicionais; Baile
(Inscrições até 2 de Agosto no CT do PCP)

S. Pedro da Cova

Festa da Unidade/2000

Sexta e Sábado – 4 e 5 de Agosto

na Gandra (junto ao Café Tony)

Sexta-feira, 21h30 – Noite de Fado

Sábado, 21h30 – Grupo de Dança

Estrelas de Silveirinhos FC

22h – Intervenção política por Sérgio Teixeira

23h – Música popular com Manuel Freire

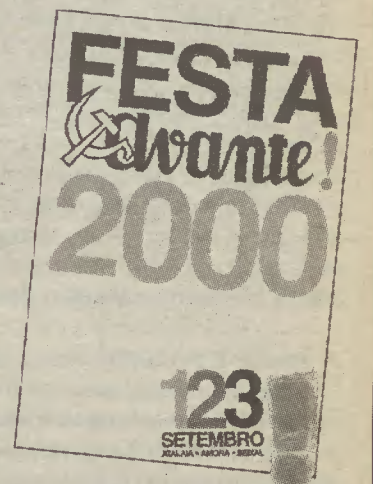
Espaço das 5 às 10

Ao fim da tarde, todos os Sábados,
das 17 às 22

no Centro de Trabalho da Graça
Largo da Graça, 104, 1.º, Lisboa

Dia 5:
Jornada
de Trabalho
da
Organização
do Concelho
de
Benavente

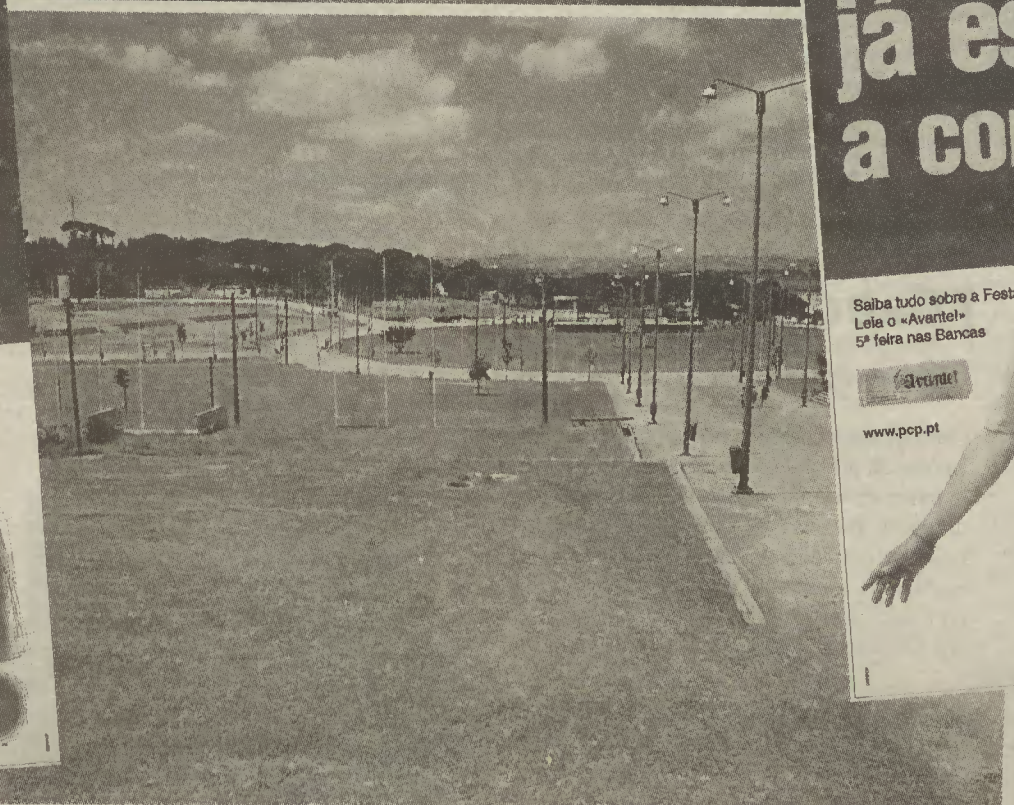
Almoço-convívio



FESTADO Avante 2000
já estamos
a construí-la

Compra já a tua EP

123
SETEMBRO
ATALAIA • AMORFA • SEXUAL



FESTADO Avante 2000
já estamos
a construí-la

Seiba tudo sobre a Festa
Lê o «Avante!»
5ª feira nas Bancas

Avante!
www.pcp.pt

123
SETEMBRO
ATALAIA • AMORFA • SEXUAL

Nos fins-de-semana continua a haver trabalho para todos!

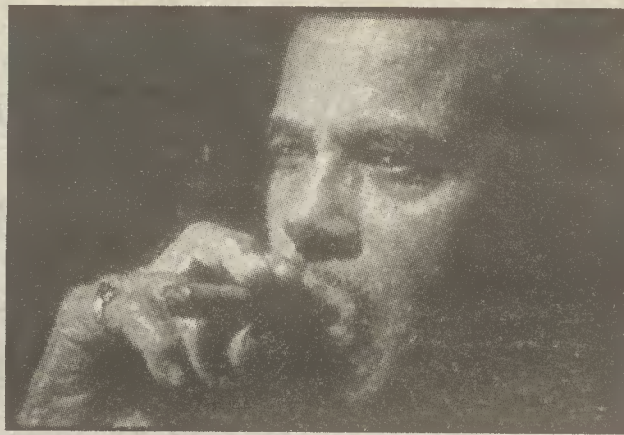
Participa! (Nos dias 1, 2 e 3 de Setembro a Festa retribui!)

ATVer

Harry Belafonte, em
«Kansas City», de
Robert Altman



Cartaz de «A Triade de Xangai»,
de Zhang Yimou



«Quando a Cidade Dorme», uma obra-prima de John
Huston

Kansas City (Quinta, 23.00, RTP 2)

Com acção situada no período da Grande Depressão, este filme de **Robert Altman** reconstitui com elevado sentido do pormenor uma época bem caracterizada, desvendando-nos os bastidores do crime e da alta política através da história de uma jovem que rapta a mulher de um político influente para que este se veja obrigado a salvar o marido das mãos de um *gangster*, dono de um clube de jazz. Apesar de fortes reservas em relação à construção dramática do argumento, sublinha-se entretanto a importância primordial da música neste filme – a cargo, aliás, de grandes músicos de jazz actuais. Nos principais papéis, **Harry Belafonte** e **Jennifer Jason Leigh**.

A Triade de Xangai (Sexta, 23.15, RTP 2)

Uma história passada nos meandros impenetráveis e obscuros do mundo dos *gangsters* em plena Xangai, contada através dos olhos de um jovem adolescente que vem da província para ser criado de *Bijou*, cantora de cabaret e amante de um «padrinho» da mafia local. O filme sofre, assim, neste concreto processo narrativo, dessa visão unilateral que não pode por natureza abarcar mais do que o olhar do jovem vê, assim destruindo irremediavelmente, quando o faz, a lógica do próprio dispositivo dramático. Mesmo assim, o filme é visualmente impressionante nas deambulações da câmara e nas sequências dos decadentes interiores noctívagos, sendo a principal intérprete feminina a deslumbrante **Gong Li**.

Quando a Cidade Dorme

(Segunda, 23.00, RTP 2)
Verdadeira obra-prima do filme negro, esta peça cinematográfica de **John Huston** estabeleceu em definitivo tudo aquilo que muitos cineastas gostariam de ter criado: atmosfera única, diálogos ímpares, interpretações soberbas, fotografia esplendorosa, *mise-en-scène* de génio, no explanar sincopado da história de um assalto a uma jóia de joalheria perpetrado por um criminoso acabado de sair da prisão. Como é de bom tom, tudo corre bem de início e tudo acaba mal depois, com peripécias aqui impossíveis de narrar. Pelo caminho, surge num pequeno papel **Marilyn Monroe**, ao lado dos fabulosos **Louis Calhern**, **Marc Lawrence** ou **Sterling Hayes**. A não perder!

Eva (Terça, 23.00, RTP 2)

A actriz **Eve Harrington** (**Anne Baxter**), é premiada pela interpretação de uma peça e o filme recorda-nos o seu percurso artístico: ela conseguira imiscuir-se na intimidade de **Margot Channing**

(**Bette Davis**) e seduzira o influente crítico *Addison de Witt* (**George Sanders**). Ao regressar a casa depois da cerimónia de entrega do prémio, ela é esperada por uma admiradora, *Miss Caswell* (**Marilyn Monroe**) – e logo ali se percebe que poderá acontecer a *Eve* o que esta fizera a *Margot*... Um argumento notável e delicioso e, ao mesmo tempo, o retrato de uma arrivista e do seu envolvimento nos bastidores do mundo do Teatro numa outra obra-prima, agora de **John Mankiewicz**, sublime no que se refere à montagem, à encenação, à interpretação!

As Melhores Intenções

(Quarta, 00.05, RTP 1)
Sintoma de indisfarçável incompetência e crime de lesa serviço público não deixa de ser a escandalosa hora de transmissão deste filme-estrela na nossa televisão que, com argumento de **Ingmar Bergman** (mas realizado pelo talentoso **Bille August**), se debruça sobre o mundo pessoal e as «memórias» do grande mestre, aqui evocando seus pais e a sua própria origem. Um atmosfera inconfundível, um bom gosto extremo, nesta insinuante crónica de época.

... e ainda

Agosto, de Jorge Silva Melo (Quinta, 01.05, RTP 2)
Felicidade, de Todd Solondz (Sábado, 02.10, RTP 2)
Contacto, de Robert Zemeckis (Segunda, 22.45, RTP 1)
Viver, de Zhang Yimou (Segunda, 02.00, RTP 1)
Desengano, de Fritz Lang (Quarta, 23.00, RTP 2)

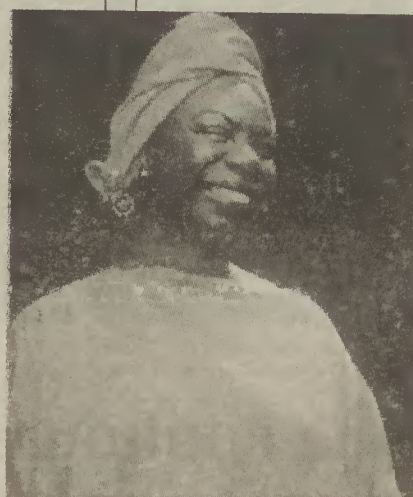
Cabo e Satélite

«Geração rasca»?

Contrariando uma certa ideia feita acerca da perda de valores da juventude actual ou do seu individualismo, uma série de seis episódios diários (escondidos às 14.20, como é o caso de hoje) faz-nos contactar com seis histórias exemplares de seis jovens diferentes. É no canal *La Cinquième*. (La Cinquième, quinta, das 14.20 às 14.45)

Uma grande voz negra

Até quem não gosta muito de jazz ou de blues é incapaz de ficar indiferente à voz grave e calorosa, bem como à presença imponente desta grande senhora do canto afro-americano. Ela é **Nina Simone** e vai estar no *Muzzik*, no próximo sábado, numa noite que lhe é dedicada a partir das 20.55, primeiro com um documentário e depois com um concerto realizado no Olympia (Paris) em 1990. (*Muzzik*, sábado, entre as 20.55 e as 23.30)



Quinta, 3

VRTP 1

07.00 Euronews
09.30 Quem Manda sou Eu
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
16.00 A Mentira
17.00 Sozinhos em Casa
17.30 Roseira Brava
19.00 Regiões
19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
21.45 Bacalhan com Todos
22.45 Parque Maior: «O Fado»
00.50 24 Horas
01.15 Ciclismo: Volta a Portugal
01.30 «O Oitavo Dia» (de Jaco van Dormael, Fr./Belg./1996, com Daniel Auteuil, Pascal Duquenne. *Drama*)

VRTP 2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00 Ciclismo: Volta a Portugal; às 14.00 Euronews; 16.30 Informação Gestual)
17.30 Matas, Bosques e Brenhas
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Os Simpsons
20.30 Cidade Louca
21.00 Tempos de Ciência
22.00 Jornal 2
23.00 «Kansas City» (de Robert Altman, EUA/1995, com Jennifer Jason Leigh, Miranda Richardson, Harry Belafonte. *Ver Destaque*)
01.05 «Agosto» (de Jorge Silva Melo, Port./Fr./1987, com Christian Patey, Olivier Grunveller, Manuela de Freitas. *Drama*)



Inspirada no filme de Kubrick, «Shinning» é uma série a espreitar na RTP 2 (sábados)

VSIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Jornalistas
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 O Cravo e a Rosa
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Laços de Família
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Cocktail» (de Roger Donaldson, EUA/1988, com Tom Cruise, Bryan Brown. *Drama*)
02.25 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
12.10 Concurso: Um Por Todos
13.30 TVI Jornal
14.30 O Direito de Nascer
15.45 Bataloon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Pontapé de Saída
20.10 Marés Vivas no Havai
21.10 Entre Marido e Mulher
21.50 Investigação TVI: Os Duques de Bragança
23.20 «Prisioneiros, A Revolta» (de John Frankenheimer, EUA/1994, com Kyle MacLachlan, Samuel L. Jackson. *Telefilme / Drama*)
01.25 Seinfeld

Sexta, 4

VRTP 1

07.00 Euronews
09.30 Quem Manda sou Eu
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
16.00 A Mentira
17.00 Sozinhos em Casa
17.30 Roseira Brava
19.00 Regiões
19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
21.45 João Nicolau Breyner
23.45 «Norma Jean e Marilyn» (de Tim Fywell, EUA/1996, com Mira Sorvino, Ashley Judd. *Telefilme / Drama*)
02.15 24 Horas
02.40 Ciclismo: Volta a Portugal
02.55 «Mercenário Sem Lei» (de Rick King, Can/1995, com Lorenzo Lamas, Peter Coyote. *Policial / Ficção Científica*)

VRTP 2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
17.30 Mistérios do Egipto (Estrela)
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Simpsons
20.25 Cidade Louca
21.00 Jornal d'África
21.30 Dinheiro Vivo
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.15 «A Triade de Xangai» (Yao A Yao Dao Waipo Qiao, de Zhang Yimou, R.P.China/Fr./1995, com Gong Li, Li Baotian. *Ver Destaque*)
01.15 Departamento de Homicídios

VSIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Jornalistas
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 O Cravo e a Rosa
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
21.30 Laços de Família
22.30 Sai de Baixo
23.30 «Perigo... Reação em Cadeia» (de Ian Barry, EUA/1980, com Steve Bisley, Anna-Marie Winogster. *Thriller*)
01.30 Último Jornal

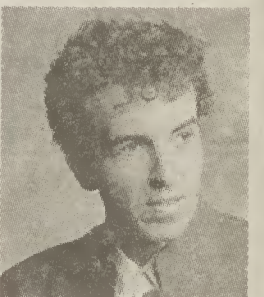
VTVI

09.00 Animação
12.10 Concurso: Um Por Todos
13.30 TVI Jornal
14.30 O Direito de Nascer
15.45 Bataloon
17.15 Futebol: Bayern Munique-Galatasaray
19.20 Directo XXI
20.00 Pontapé de Saída
20.10 Futebol: Real Madrid-Manchester United
22.10 Olho Vídeo
22.40 Reis da Música Nacional
01.15 Seinfeld
02.15 «O Esforço de Uma Vida» (de Christopher Leitch, EUA/1997, com Swozie Kurtz, Courtney Peldon. *Drama*)

Sábado, 5

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Jet Set
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta Portugal
16.00 Futebol: Liverpool-Benfica
18.00 Top +
19.05 Aqui Europa
19.30 Ciclismo: Volta Portugal
20.00 Futebol: Belenenses-Sporting
22.00 Telejornal
23.10 Santa Casa
01.00 24 Horas
01.15 Ciclismo: Volta a Portugal
01.30 «Nadja» (de Michael Almereyda, EUA/1994, com Suzy Amis, Galaxy Craze. *Terror*)



O barítono **François Le Roux** estará em foco no «Artes de Palco» desta semana (domingo, RTP 2)



«O Cravo e a Rosa» (com a actriz **Adriana Esteves**) é uma comédia romântica, todos os dias na SIC

VRTP 2

07.00 Euronews
12.00 Iniciativa
14.00 «George, O Rei da Selva» (de Sam Weisman, EUA/1997, com Brendan Fraser, Leslie Mann. *Aventuras*)
15.40 «História Interminável» (de Wolfgang Petersen, RFA/1984, com Barret Oliver, Noah Hathaway. *Fantástico*)
17.00 Documentário: Açores
18.00 Desporto
19.00 Tina Turner
20.00 Fortunas Fabulosas
21.00 Jornal 2
21.45 Magazine 2001
22.45 Uma Mulher do Século: A Rainha-Mãe
23.15 Sim, Sr. Ministro
23.45 Valha-me Deus
00.15 Gente como Nós
00.45 Shining
02.10 «Felicidade» (Happiness, de Todd Solondz, EUA/1998, com Jane Adams, Cynthia Stevenson, Ben Gazzara. *Comédia*)

VSIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 O Cravo e a Rosa
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 O Maior Cabaret do Mundo
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «Nem 8 nem 80» (de Penelope Spheeris, EUA/1998, com Marlon Wayans, David Spade. *Comédia*)
02.20 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
10.30 O Sótão do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
12.30 Contra-Ataque
14.45 4.º A Fundo
15.00 «O Homem dos Milagres» (de Larry Pearce, EUA/1998, com John Ritter, Meredith Baxter. *Fantástico*)
17.00 Futebol: Jogo para os 3.º e 4.º lugares do Torneio «Centenário do Bayern»
19.05 Directo XXI
20.00 Futebol: Final do Torneio «Centenário do Bayern»
22.00 Jardins Proibidos
23.10 Lux
24.00 «Prisão de Menores» (de Noel Nesserck, EUA/1996, com Mel Harris, Nicholle Tom. *Drama*)
02.00 Seinfeld
03.00 «Zona Implacável» (de Lamar Card, EU/1994, com Terry O. Quinn, Anne Graham. *Thriller*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



«Marylin: A Última Investigação» é um documentário sobre as causas da morte do grande mito de Hollywood, no «Artes e Letras» desta semana (RTP 2)

Domingo, 6

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil / Juvenil
- 12.30 3ª. Calhau a Contar do Sol
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
- 16.00 Made in Portugal
- 17.15 Animais em Grande Plano
- 18.10 «Pequenos Marotos» (de Penelope Spheeris, EUA/1994, com Travis Tedford, Bugall. Comédia / Infantil)
- 19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Tourada
- 22.30 «O Especialista» (de Luis Losa, EUA/1994, com Sylvester Stallone, Sharon Stone. Policial)
- 00.30 Prazeres
- 01.30 24 Horas
- 01.45 Ciclismo: Volta a Portugal
- 02.00 «A Vingança do Clã» (de John Irvin, EUA/1989, com Patrick Swayze, Liam Neeson. Policial)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.30 Arquivos do Entendimento
- 12.30 Tesouros Perdidos do Mundo Antigo (Estreia)
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Ricos e Famosos
- 15.00 «Táxi Para o Canadá» - nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 16.00 Desporto
- 18.00 Mediterrané, Miroir du Monde
- 19.45 Onda Curta
- 20.30 Artes e Letras: «Marylin: A Última Investigação»
- 21.30 Horizontes da Memória
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 Uma Mulher de Branco (Estreia)
- 24.00 Faenas
- 00.15 Artes de Palco: «Viva a interpretação» (de François Manceaux, com o barítono François Le Roux)

▼ SIC

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Muita Lóco
- 15.30 Walker, O Ranger do Texas
- 17.45 «Michael» (de Nora Ephron, EUA/1996, com John Travolta, Andie MacDowell, William Hurt. Comédia Fantástica)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.10 Bom Baão
- 21.40 Residencial Tejo
- 22.45 Sai de Baixo
- 23.40 «O Exterminador Implacável 2» (de James Cameron, EUA/1991, com Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton. Acção / Ficção Científica)
- 02.15 Último Jornal

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Espaço Religioso
- 11.10 Missa
- 13.00 Portugal Português: Curia
- 13.45 Caras Lindas
- 15.00 «Fim do Paraíso» (de Graeme Clifford, EUA/1998, com Michael Milhoan, Mike Doyle. Drama)
- 17.00 Cocktail Nacional
- 19.00 Directo XXI
- 20.00 «A Loira e o Detective» (de Armand Mastroianni, EUA/1994, com Pamela Anderson, Randi Ingerman. Comédia)
- 22.00 Jardins Proibidos
- 23.10 «Chantagem Fatal» (de Jonathan Sanger, EUA/1992, com Shamen Doherty, William Devane. Drama)

Segunda, 7

▼ RTP 1

- 07.00 Euronews
- 09.30 Quem Manda Sou Eu
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.20 Concurso: Só Números
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Mentira
- 15.00 Sozinho em Casa
- 16.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 17.35 Roseira Brava
- 19.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 19.30 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Só Números
- 21.45 Serviço de Urgência
- 22.45 «Contacto» (Contact, de Robert Zemeckis, EUA/1997, com Jodie Foster, Matthew McConaughey, Tom Skerritt. Ficção Científica)
- 01.30 24 Horas
- 02.00 «Viver» (Huoche, de Zhang Yimou, R.P.China/Hong-Kong/1993, COM Ge You, Gong Li, Jiang Wu. Drama)

▼ RTP 2

- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
- 17.30 Austrália Selvagem
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.00 Simpsons
- 20.25 Cidade Louca
- 21.00 Rotações
- 21.30 Bombordo
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 «Quando a Cidade Dorme» (Asphalt Jungle, de John Huston, EUA/1950, com Sterling Hayden, Louis Calhern, Jean Hagen. Ver Destaque)
- 00.50 O Cupido

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Jornalistas
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Rex, O Cão Polícia
- 17.00 Malhação
- 18.00 O Cravo e a Rosa
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Laços de Família
- 22.30 Roda dos Milhões
- 00.40 Sai de Baixo
- 01.20 Último Jornal
- 02.05 «Nascida Ontem» (de Luis Mandocki, EUA/1993, com Melanie Griffith, John Goodman. Comédia Romântica)

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.10 Concurso: Um Por Todos
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 O Direito de Nascer
- 15.45 Batatoon
- 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas no Havai
- 21.00 Olho Vídeo
- 22.00 Crianças SOS
- 23.10 Ficheiros Secretos VII
- 00.10 Causa Justa
- 01.15 Seinfeld

Terça, 8

▼ RTP 1

- 07.00 Euronews
- 09.30 Quem Manda Sou Eu
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.20 Concurso: Só Números
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Mentira
- 15.00 Sozinho em Casa
- 16.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 17.35 Roseira Brava
- 19.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 19.30 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Só Números
- 21.45 Mãos à Obra
- 22.20 Sabadabado
- 00.30 24 Horas
- 01.00 Os Hughleys
- 02.00 «Academia de Comandos» (de Wei Lo, Hong-Kong/1979, com Jackie Chan, Nora Miao. Artes Marciais)

▼ RTP 2

- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
- 17.30 Matas, Bosques e Brenhas
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.00 Simpsons
- 20.30 Cidade Louca
- 21.00 O Lugar da História
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 «Eva» (All About Eve, de Joseph L. Mankiewicz, EUA/1950, com Bette Davis, Anne Baxter, George Sanders. Ver Destaque)
- 01.15 A Queda das Dinastias

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Jornalistas
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Rex, O Cão Polícia
- 17.00 Malhação
- 18.00 O Cravo e a Rosa
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.15 Laços de Família
- 23.45 Sai de Baixo
- 00.30 «O Clarim da Guerra» (de John Irvin, EUA/1998, com Ron Eldard, Frank Whaley. Guerra)
- 02.30 Último Jornal
- 03.05 Toda a Verdade: «Combate Moral»

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.10 Concurso: Um Por Todos
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 O Direito de Nascer
- 15.45 Batatoon
- 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas no Havai
- 21.05 Seinfeld

Segue-se ao «Mundo Vip» e é uma versão aumentada e mais cara (agora no Moulin Rouge!), chama-se «O Maior Cabaret do Mundo» e pode ver-se na SIC (sábados)

Quarta, 9

▼ RTP 1

- 07.00 Euronews
- 09.30 Quem Manda Sou Eu
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.20 Concurso: Só Números
- 13.00 Jornal da Tarde
- 15.00 Sozinho em Casa
- 16.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 17.35 Roseira Brava
- 19.00 nenhuma informação fornecida pela RTP em tempo útil
- 19.30 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Só Números
- 21.50 Estrelas do Mar
- 23.25 NBA: Jam Session
- 23.35 24 Horas
- 00.05 «As Melhores Intenções» (Den Goda Viljan, de Bille August, Suécia/Din./1991, com Samuel Frøler, Pernilla August, Max Von Sydow. Ver Destaque)

▼ RTP 2

- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
- 17.30 Austrália Selvagem
- 17.30 Grandes Mistérios e Mitos do Séc. XX
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Desporto
- 20.00 Simpsons
- 20.25 Cidade Louca
- 21.00 Sinais do Tempo / Zoom
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 «Desengano» (Clash By Night, de Fritz Lang, EUA/1952, com Barbara Stanwyck, Paul Douglas, Robert Ryan. Drama)
- 00.50 Nós e o Nosso Corpo

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Jornalistas
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Rex, O Cão Polícia
- 17.00 Malhação
- 18.00 O Cravo e a Rosa



Homenagem a Mário Castrim. Há dez anos na Casa do ALENTEJO

- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Laços de Família
- 22.30 Capitão Roby
- 23.20 Sai de Baixo
- 00.10 «Terror na Auto-Estrada» (de Robert Harmon, EUA/1986, com Rutger Hauer, Jennifer Jason Leigh. Terror)
- 02.10 Último Jornal

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.10 Concurso: Um Por Todos
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 O Direito de Nascer
- 15.45 Batatoon
- 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas no Havai
- 21.00 Futebol: Sporting-Real Madrid
- 23.00 «Savior - O Mercenário Americano» (de Peter Antonijevic, EUA/1999, com Damis Quaid, Nastassja Kinski. Acção)
- 01.05 Seinfeld



TVisto

Correia da Fonseca

O homem que escolheu o destino

Era uma vez um menino que um dia entrou numa espécie de prisão que não era uma prisão e que, quando dez anos depois de lá saiu, era um homem feito. Mas um homem a valer, não desses de faz-de-conta. Anos mais tarde, havia ele de escrever a estória do coelhinho que queria ser homem e ao longo de ingenuidades e tontices aprenderia que isto de ser homem é mais exigente do que ele, coelhinho, com muita gente, supunha. Como foi não sei, mas o menino que se tornou homem durante os tais dez anos de quase prisão tornou-se homem mesmo. Acrescentarei sem medo nenhum de enganar-me: como há poucos. De tal modo que, por mim, não conheço mais nenhum como ele. Um dia havia de

muitos, só alguns. Foi uma opção por gosto, decerto, mas também já pelo desejo de multiplicar a esperança, de dar uma contribuição para a mobilização do futuro no gosto de ler, eventualmente de escrever, de entender. Radicou no mesmo espírito, creio, o que o próprio Mário Castrim considera ter sido o melhor trabalho da sua vida: o «Diário de Lisboa Juvenil», por onde passaram e quase sempre se iniciaram dezenas de nomes relevantes da literatura e do jornalismo. Mais ou menos por esse tempo fez crítica literária, e fê-lo com a sabedoria e o rigor de quem conhece o trabalho literário por dentro, não apenas ou sobretudo pela discursividade dos tratados. Com tudo isto e por tudo isto, estava Mário Castrim em condições de ser nome grande da literatura. Porém, já no que fazia eram detectáveis claros sintomas da existência de um vírus que o iria impedir de continuar no caminho que qualquer outro seguiria sem hesitar: o vírus, nele incurável, da utilidade social imposta pela mais coerente das fraternidades da solidariedade que não olha aos custos que terá de pagar. Foi por isso, sem dúvida por isso, que aceitou o convite para fazer crítica de TV no «Diário de Lisboa». Pela denúncia quotidiana das armadilhas que a televisão lança, da sua então condição de arma empunhada pela ditadura fascista e sempre, mesmo depois de 74, prostituída ao serviço da anestesia e da ignorância militante, do «clorofórmio ao domicílio» de que um dia falara profeticamente Mário Dionísio, Mário Castrim renunciou ao lugar que teria na primeira fila da escrita portuguesa. As crónicas de TV que durante perto de quarenta anos publicou dão claro testemunho dos raros méritos do escritor. Mas Castrim escolheu ser útil, alinhou no combate como só ele poderia fazer. Muito acima das detracções viscosas, das calúnias infames, ganhou a admiração e o respeito da gente honesta das mais diversas tendências. Durante o fascismo, o «Canal da Crítica» era não só um lugar de resistência. Escreveu Aragon: «Il est contagieux l'exemple du courage.» Mário Castrim era contagioso. Todos estes anos depois, é inútil procurar na imprensa portuguesa um crítico de TV que tenha, como Castrim, o sentido do essencial, a lucidez, o permanente cuidado de integrar a televisão no quadro global da sociedade em devir, a cultura, ainda e sempre a coragem. Inútil procurá-lo na imprensa portuguesa, mas também na estrangeira que conheço, e é claro que neste tema conheço alguma. Mário Castrim podia ter sido um grande escritor de méritos reconhecidos, já o disse. Não foi porque escolheu o seu destino: o de no-lo entregar, de o usar na defesa de cada um de nós e dos que se nos seguirem. É, de longe, o máximo da partilha. Inutilmente? Não creio, mas recordo Rostand: «Il est plus beau lorsqu'est inutile.» Por isso tantos hoje repetem, em variação de uma frase que muitos lhe dirigiram num momento em que a censura tentou calar Castrim: «Obrigado, Mário!»

O vírus

Publicou, isso sim, textos para a infância e juventude. Mas não

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O inimputável

Alberto João Jardim é, ao mesmo tempo, a imagem e o próprio espelho da hipocrisia que tem liderado o poder político em Portugal nos últimos 20 anos.

Como por milagre e sem excepção, todos os governos constitucionais do regime democrático têm admitido a Alberto João Jardim os mais incríveis abusos - tão diversos em qualidade e quantidade, que já não deve restar uma única acusação grave que a autoridade do Estado democrático não possa accionar contra este homem.

De proponente confesso da desintegração do País via «independência» da Madeira a indutor encoberto de bombismos e outros crimes de extrema-direita («Meus amigos, afiem as facas! Limpem as espingardas! Onde está a nossa gente que ganhou 74 e 75?», regougava ele ainda em 1994), Jardim já fez de tudo como presidente regional: insultou instituições e governantes, denegriu o Estado e o regime, afrontou as leis da República, violou a legalidade democrática, legislou inconstitucionalmente e, do poleiro em que transformou a sua presidência, praticou todo o tipo de desmandos, desde uma gestão ruinosa, incompetente e altamente lesiva dos interesses da Região e do País à prepotência mais variada sobre os cidadãos, numa flagrante e permanente usura de poderes e competências.

Tudo servido num estilo entre a caricatura e o caricato que o próprio vem meticulosamente construindo ao longo do tempo, onde Jardim tão facilmente mostra as cuecas em público como renega o que afirmou momentos antes.

A sua última ofensiva teve lugar na festa do PSD-Madeira. Após reiterar a sua recusa em acatar uma lei da República recentemente aprovada (consagrando a descriminalização do consumo de droga), Jardim acusou «Lisboa» de estar dominada por lobbies «gay» e de droga, enquanto o seu «homem de mão» para as boçalidades mais comprometedoras - o secretário-geral e líder parlamentar do PSD-M, Jaime Ramos - especificava que esta lei tinha por trás «as grandes ligações entre os grandes traficantes da droga e os homens de esquerda deste país».

Todavia, nem a sombra de um reparo institucional alguma vez adejou sobre ele, como se Alberto João Jardim houvesse há muito atingido o estatuto de imunidade para o regime e os poderes da República. Ou seja: para não terem a maçada (ou a coragem...) de travar a governação flagrantemente corrupta, ditatorial e incompetente de Alberto João Jardim à frente do governo regional da Madeira, os guardiães da República preferem olhá-lo como «inimputável» para, na prática, o consagrarem com intocável. Jardim agradece e conta com isso.

O que Jardim não contava era levar o par de murros que levou de um oficial general que, em 1978, lhe irrompeu pelo gabinete dentro para assim lhe demonstrar que estava errada a sua acusação de que os militares eram «efeminados».

Nessa altura, o Jardim valentão mostrou o que valia e meteu o rabo entre pernas.

Entretanto, como mais ninguém lhe foi às ventas, ganhou alento e continuou a provocar tudo e todos para obter o fundamental: a impunidade dos seus desmandos governativos e o permanente fechar de olhos ao buraco sem fundo das suas ruinosas administrações - buraco que, ano após ano, se alarga à velocidade de muitos milhões de contos tirados do erário público e de que ninguém lhe pede contas.

«Inimputável»? Talvez. Mas muito, muito esperto...

A fazer de parvo está o País.

Por pôr em causa o sistema público de Segurança Social

CGTP contesta Pereira da Silva

A CGTP reage às declarações do presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, considerando que se trata de um acto de irresponsabilidade política que vai contra as próprias teses do Governo.

A CGTP-IN enviou uma carta ao ministro Rodrigues, classificando as declarações do presidente

do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), em entrevista ao «Diário de Notícias» de segunda-feira, como «extrema-

O Instituto não pode ter à frente alguém que defende a privatização da Segurança Social

mente graves» e «um acto de completa irresponsabilidade política».

Recorde-se que Pereira da Silva pôs em causa o sistema público de segurança social, afirmando que o

Estado «não tem capacidade para ser o único provisor das pensões».

A central sindical considera que as suas afirmações «vão no sentido de desacreditar o sistema junto dos trabalhadores e da opinião pública» e que estas são tanto mais graves quanto se pode constatar que entram em contradição frontal com as teses defendidas pelo próprio Governo.

A CGTP-IN diz que «não é aceitável» que o presidente de um instituto público, tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, ataque de forma tão devastadora uma lei aprovada pelo Parlamento e promulgada pelo Presidente da República.

«É também intolerável, altamente irresponsável e vexatório para o Governo que o referido presidente se permita delinear uma estratégia governamental de aliança com o patronato contra os sindicatos, em sede do futuro Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social», sublinha.

A central sindical estranha ainda que Pereira da Silva assumia uma posição de ataque à segurança social que ultrapassa em muito aquilo que ele próprio defendeu na Comissão do Livro Branco.

«Um instituto público que tem por missão acautelar os interesses da Segurança Social pública não pode ter à sua frente um presidente que assume claramente os interesses privados como futuro para a segurança social», conclui.



Para a Central, as afirmações de Pereira da Silva visam desacreditar o sistema junto da opinião pública

Trabalhadores ilegais tratados como escravos

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu denunciou, segunda-feira passada, em conferência de imprensa no Porto, a situação de trabalhadores de leste ilegais em Portugal «tratados como escravos» e que trabalham mais de 12 horas por dia contra 60 contos por mês.

A denúncia foi feita em pelo dirigente sindical Albano Ribeiro, que defendeu a legalização e a integração plena dos imigrantes de Leste em Portugal, exigindo a tomada de medidas que levem à «eliminação do trabalho de escravos». Nesse sentido, disse que vai propor reuniões com todos os responsáveis do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) dos distritos de Viseu, Braga, Vila Real e

Aveiro. De acordo com Albano Ribeiro, há nestes distritos trabalhadores de Leste que «vivem em condições que não são próprias para seres humanos».

As reuniões com os responsáveis do IDICT têm como objectivo exigir medidas para «pôr termo a esta situação», afirmou o sindicalista, que pretende ver alargado a toda a região o entendimento estabelecido no Grande Porto entre os parceiros sociais do sector.

«Muitos trabalhadores romenos e ucranianos, que estiveram a subsistir da caridade e a dormir ao relento, estão hoje a trabalhar em empresas idóneas, porque o sindicato, no quadro das relações institucionais, conseguiu que muitos fossem contratados legalmente com todas as regalias contratuais», sublinhou.

Na conferência de imprensa esteve presente Ivan Tsvik, um ucraniano a residir há cerca de um ano em Portugal, que foi apontado como um exemplo do trabalho desenvolvido pelo sindicato no Grande Porto, onde a situação dos trabalhadores de Leste (cerca de mil) «está perfeitamente enquadrada».

Albano Ribeiro defendeu uma maior actuação em termos institucionais e nos locais de trabalho para que a clandestinidade desapareça do sector da construção civil, considerando que as vítimas «não são só os estrangeiros, mas também os trabalhadores nacionais».

Segundo o dirigente sindical, existem cerca de 145 mil trabalhadores portugueses clandestinos «que trabalham à hora, ao metro, à peça».

Greve lança caos no aeroporto

O aeroporto de Lisboa viveu na segunda-feira uma situação caótica, sem controlo de saídas e de entradas de estrangeiros, devido à greve levada a cabo pelos inspectores e subinspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pela aprovação de «uma nova lei orgânica adequada à realidade do SEF» e contra as «péssimas condições» em que trabalham. Os subinspectores e inspectores que se encontravam no aeroporto apenas asseguravam os serviços mínimos.

Outra questão que está na origem da greve, cuja adesão rondou os 100 por cento, é a falta de pessoal,

quer na carreira de investigação e fiscalização quer na carreira administrativa. Matérias como as progressões na carreira, a actualização salarial, a criação de serviços sociais, a instituição do seguro de risco, as colocações e transferências completam o quadro de reivindicações dos trabalhadores.

Em declarações à Agência Lusa, Gonçalo Rodrigues Martins, presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, disse existirem em Portugal cerca de 500 inspectores e subinspectores para um serviço «que precisa do dobro de gente».

O Sindicato exige, ainda, o pagamento das horas extraordinárias e a entrada em vigor do regulamento de prevenção e piquete, aprovado há dois anos, que estando apenas dependente de um despacho ministerial obriga, contudo, a que os trabalhadores façam fins de semana e noites e «não recebam por isso».

É uma questão de «falta de vontade política», explicou este sindicalista, para quem o Governo não dá «importância ao SEF».

O SCIF convocou novas greves para os próximos dias 7, 8 e 12, enquanto os funcionários do SEF, por sua vez, marcaram uma greve de zelo para os dias 4, 9, 10 e 11.

Concurso de bandas

A JCP do Porto organiza no dia 11 a final do Concurso de Bandas, no Hard Club em Vila Nova de Gaia, às 22 horas. Após as actuações dos Acid Mass, Ectovult, Jelly Mushroom, Funny Bomb e Slimmy, será seleccionada a banda que irá actuar no Palco Novos Valores da Festa do «Avante!», no dias 1, 2 e 3 de Setembro.



00216